

Multiface

Revista do Corpo Discente da
Faculdade de Ciências Econômicas
da UFMG

Vol. 5 n. 2 | 2017

MULTIFACE
ONLINE

Entrevista: Relatos sobre a origem e a
trajetória da Revista Multiface

Mobilidade da Força de Trabalho
Dentro da Zona do Euro
Thaynara Regina Cordeiro de Oliveira

O Trabalho Doméstico Feminino e a
Produção Capitalista: um debate na
New Left Review
Isabella Oliveira Mendes

Subdesenvolvimento Periférico: a
compreensão estrutural no limiar da
idiosincrasia econômica
Eduarda Moura Pereira

Revista Multiface: PET – Programa de Educação Tutorial/ Faculdade de Ciências Econômicas – Universidade Federal de Minas Gerais. Site: face.ufmg.br/multiface. Av. Antônio Carlos, 6627 – FACE/UFMG – salas 3078 a 3080 CEP: 31270-901, Belo Horizonte – MG.

Conselho Editorial

Alexandre de Pádua Carrieri, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Alexandre Mendes Cunha, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Allan Claudius Queiroz Barbosa, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Ana Flávia Machado, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Ana Maria Hermeto, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Ana Paula Paes de Paula, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
André Braz Golgher, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Antônio Del Maestro Filho, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Aureliano Angel Bressan, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Bernardo Campolina, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Carlos Alberto Gonçalves, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Carlos Eduardo Suprinyak, Editor Nova Economia
Deise Luiza da Silva Ferraz, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Fernanda Faria Silva, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Francisco Vidal Barbosa Francisco Vidal Barbosa, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Hugo Eduardo Araujo da Gama Cerqueira, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
João Antônio de Paula, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Kely César Martins Paiva, Faculdade Novos Horizontes, Brasil
Leandro Ribeiro da Silva, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho, Universidade Federal de São João Del-Rei, Brasil
Marco Flávio Resende, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Mariangela Furlan Antigo, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Mauro Sayar Ferreira, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Mônica Viegas Andrade, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Ricardo Teixeira Veiga, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Ricardo Machado Ruiz, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Editores

Ana Carolina Bottega de Lima, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Ivan Prates Sternick, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Diretor de Edição

Cláudio Procópio Damasceno Filho, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Tesoureiro

Josiel Gomes Costa, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Comitê Editorial

Allana Tavares Bastos, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Eduardo Pascoal de Freitas, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Fabiane Sousa, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Giovanni Salvador Santos, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Luís Felipe de Melo Braga Trindade, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Samuel Magalhães Moraes, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Stéphanie Galdino Drumond Guimarães, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Vitor Salomão Mourão, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

É com muita satisfação e alegria que anunciamos a publicação da edição do segundo semestre da Revista Multiface Online (v. 5, n. 2, 2017). O presente número se coloca como continuidade da nossa política de publicação semestral, iniciada no ano de 2016 no formato online, em função do crescimento do número de submissões e do desejo de adequar a Revista ao modelo predominante entre os periódicos da área. Esta edição, que é a 6ª publicada em formato online, vem ainda no ano de comemoração dos 10 anos do surgimento da Revista, dando seguimento a um esforço louvável por parte dos alunos dos PETs da FACE, professores e funcionários que tornaram esse projeto uma realidade.

Em linha com as comemorações feitas no primeiro semestre, com apoio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), os integrantes do comitê editorial da Revista realizaram uma apresentação na XXVI edição da Semana do Conhecimento da UFMG. Nessa ocasião, o comitê apresentou a Revista e o projeto realizado com apoio financeiro e institucional da PRAE para a elaboração do evento em comemoração aos 10 anos do surgimento da Revista. Tudo isso trouxe mais visibilidade e reconhecimento ao nosso trabalho, reafirmando a consolidação da Revista.

Outro fato importante para nossa visibilidade e reconhecimento ocorrido neste ano foi a incorporação da Revista ao recém-inaugurado Periódicos de Minas. Esse portal online de acesso aberto foi criado a partir de iniciativa e trabalhos da Política de Periódicos da UFMG, com apoio da FAPEMIG, e abriga quase 400 revistas científicas sediadas em Minas Gerais. A Revista Multiface Online figura então como um periódico discente alinhado com os critérios exigidos para permanência na plataforma, que inclui períodos de fator de impacto alto, o que é motivo de muita alegria para nós.

A Revista passou ainda por novo processo de atualização e expansão do corpo de avaliadores. A chamada de novos avaliadores, realizada no primeiro semestre de 2017 em âmbito nacional, logrou trazer para o nosso sistema pareceristas de universidades renomadas espalhadas pelo Brasil, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Além disso, a Revista, que era indexada às bases Latindex, DOAJ e SIS, foi indexada agora também ao Google Scholar.

Com isso, estamos seguros em dizer que a Revista se encontra firme enquanto um periódico discente que visa fomentar a pesquisa e a publicação de acesso aberto na graduação, permitindo novas e ricas experiências acadêmicas para autores e leitores. É sob essa ótica que lançamos a presente edição.

Boa leitura a todxs!

O Editor.

RELATOS SOBRE A ORIGEM E A TRAJETÓRIA DA REVISTA MULTIFACE

Mariana Mayumi Pereira de Souza

Mariana Mayumi Pereira de Souza é professora adjunta da Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal Universidade Federal de Viçosa (UFV), Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com período sanduíche na Griffith University. Mariana participou da criação da Revista Multiface, compondo a primeira comissão editorial da revista entre 2006 e 2007.

Confesso que me assustei quando ouvi a notícia de que a Revista Multiface estava completando 10 anos!! Foi um misto de emoções: surpresa (como estou velha!! rsrs...), alegria, nostalgia e, principalmente, orgulho!! Orgulho por ter feito parte de um grupo de sonhadores e por ver que este sonho não só se tornou real como ainda perdura com brilhantismo nos dias de hoje.

Para mim, parece que foi ontem quando realizávamos as primeiras reuniões para sonhar uma revista para os estudantes da FACE. Éramos um grupo de nove petianos dos cursos de Administração, Economia e Ciências Contábeis. Na época, a FACE ainda ocupava o antigo prédio na região central de BH e o PET-FACE ficava no último andar: um corredor, um conjunto de salas e um ambiente carregado de histórias inspiradoras. Lembro-me com muito carinho desse tempo, das diversas tardes que passamos juntos, das reuniões, dos bate-papos, das aspirações e dos sonhos que tínhamos para o futuro. Éramos um grupo de jovens cheios de energia e de ideias. Diversas sementes foram plantadas neste solo fértil. Fico feliz de que a Revista Multiface seja uma das sementes que germinou, floresceu e continua vicejando após 10 anos das primeiras folhagens.

Nossas conversas iniciais sobre a criação da revista eram regadas com muito entusiasmo. Nossa ideia era fazer uma revista diferenciada, atrativa e acessível aos estudantes de graduação: um espaço para que a voz dos estudantes fosse disseminada, seus pensamentos publicados e registrados. Os desafios eram vários: captar textos dos estudantes para pu-

blicar, criar uma arte visual arrojada, conseguir registro ISBN, fazer parcerias, avaliar e revisar os conteúdos.

Aos poucos, fomos conseguindo o apoio do Diretório Acadêmico, dos professores, da direção da FACE e dos diversos órgãos da faculdade (CEPEAD, IPEAD, CEDEPLAR, CEGE, Colegiado de Administração). Conseguimos inclusive o apoio financeiro para viabilizar a audaciosa tiragem de 1000 exemplares impressos da primeira edição!

Esta experiência com a revista Multiface tem me inspirado até hoje sobre o poder de um sonho, quando sonhado em conjunto e com um propósito nobre. Ele se torna muito maior do que seus sonhadores iniciais, continua ganhando vida a partir de outros sonhadores que também acreditam nele e em seu propósito, modificando-o e renovando-o com o passar do tempo. Um sonho vivo, que atesta o potencial dos estudantes de graduação, tanto em conteúdo quanto em poder de realização. Hoje como professora tenho usado o exemplo da revista Multiface para inspirar os estudantes a sonhar e realizar o que sonham, pois somente assim cocriamos o futuro que queremos!

Ulisses Pereira dos Santos

Ulisses Pereira dos Santos é professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Doutor em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com período sanduíche em Georgia Institute of Technology. Ulisses participou da criação da Revista Multiface, compondo a primeira comissão editorial da revista entre 2005 e 2007.

A ideia de criar uma revista orientada para a publicação de trabalhos acadêmicos desenvolvidos exclusivamente pelos discentes da Faculdade de Ciências Econômicas surgiu entre os anos de 2004 e 2005. As inspirações vieram de fontes distintas. A descoberta da existência de uma revista anterior na FACE, que circulou durante a década de 1950 e o lançamento de uma revista acadêmica pelos alunos do curso de ciências sociais, motivaram as primeiras conversas. Mas a maior de nossas motivações, foi certamente a necessidade de criação de um canal para a divulgação dos resultados das pesquisas realizadas pelos discentes. Muitos trabalhos de boa qualidade eram desenvolvidos no âmbito dos programas de iniciação científica e PET, mas acabavam eternamente engavetados. Não existiam espaços destinados exclusivamente à publicação de trabalhos produzidos por alunos de graduação nas áreas de economia, administração e contabilidade. E, além disso, era enorme a dificuldade de publicação em revistas destinadas a pesquisadores já profissionais.

As primeiras discussões sobre a criação de uma revista acadêmica na FACE aconteceram na copa e na sala de reuniões do 13º andar do antigo prédio da faculdade, localizado à Rua Curitiba, 832. Quando amadurecida, a ideia foi apresentada à tutora do PET-ECN, prof. Ana Hermeto, e, por intermédio dela, ao então diretor da faculdade, prof. Clélio Campolina Diniz, que de pronto se mostrou favorável à proposta. No entanto, havia uma condição para que o apoio da diretoria se materializasse, a garantia de que a revista seria destinada a

todos os alunos da FACE, contemplando não apenas os bolsistas, e envolvendo o Diretório Acadêmico.

A gênese da revista foi um processo demorado e de intenso aprendizado. Não tínhamos ideia do que era uma publicação acadêmica e de quais seriam os passos para levar aquela proposta à frente. Descobrimos a necessidade de elaborar um projeto gráfico, definir o tamanho e a quantidade de artigos, os critérios para a seleção, determinar a tiragem da revista e redigir o seu estatuto, além de elaborar um orçamento viável. Nesse processo, a secretaria editorial da revista Nova Economia, àquela época a cargo do prof. Hugo Cerqueira, foi nossa principal fonte de aprendizado.

Uma comissão envolvendo alunos do PET e do DA foi criada para definir as diretrizes para publicação na revista. O projeto gráfico, um dos maiores custos no processo de publicação, foi feito voluntariamente por duas estudantes de design gráfico da UEMG, Blenda Elisa e Marinna Moselli. O dinheiro para arcar com os custos da impressão foi assegurado pela diretoria. O comitê editorial, formado por alunos e professores, se responsabilizaria pela avaliação dos artigos submetidos.

Em 2005 foi lançada a primeira chamada para publicação de artigos da Multiface. A qualidade dos trabalhos selecionados para aquele que seria o primeiro volume da revista pode ser atestada pelo destino profissional de seus autores, na academia, no Estado e na iniciativa privada.

Após mais de um ano de trabalho entre a seleção dos artigos, a editoração e a resolução dos trâmites burocráticos, envolvendo a liberação dos recursos, o primeiro número da

Multiface foi lançado no dia 24 de maio de 2007. Naquele dia, a convite dos meus colegas do PET-FACE, tive a honra de dividir a palavra com os tutores dos PETs economia e administração, a já mencionada professora Ana Hermeto e o professor Marcelo Bronzo, e com o novo diretor da faculdade, professor José Alberto Magno de Carvalho.

Há dez anos atrás, como agora, pude externar o quão valiosa havia sido a experiência de participar da gênese da Multiface e o quanto pudemos aprender no decorrer do processo editorial. Pude manifestar nossa gratidão às pessoas que acreditaram em nossa revista e se esforçaram a ponto de torna-la uma instituição da Faculdade de Ciências Econômicas. Naquele momento pude apresentar nossa esperança de que essa revista se consolidasse como um canal para a divulgação da produção acadêmica do corpo discente da Faculdade.

Hoje, como docente da FACE, posso testemunhar que nossa revista é muito maior do que aquilo que imaginávamos que um dia seria. A Multiface extrapola os limites da faculdade em que nasceu, abrindo espaço para a divulgação de trabalhos acadêmicos de estudantes de graduação de todo o país. A revista mudou, se modernizou, adotou um novo modelo editorial, ampliou seu escopo, criou novos canais de divulgação e se tornou reconhecida. Tudo isso graças às gerações de discentes da faculdade que a abraçaram e a conduziram ao longo da sua primeira década de vida.

É motivo de orgulho para cada um dos membros do primeiro conselho editorial da Multiface saber que a revista permanece mais viva que nunca e consolidada como uma instituição da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG.

Vida longa à Multiface!

Noel Torres Júnior

Noel Torres Júnior é professor adjunto do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo (USP). Noel foi tutor do PET-Administração entre 2011 e 2014, estando presente na transição do formato impresso para o online.

Meu primeiro contato com a revista MULTIFACE ocorreu durante o exercício das atividades de Tutor do PET Administração. Naquela época, alguns alunos do PET estavam diretamente envolvidos em atividades voltadas para a impressão de uma nova edição da revista. Lembro que os mesmos reportaram várias dificuldades. Naquele momento, o grupo queria criar mecanismos para que um maior número de artigos provenientes da área de Administração fossem enviados a revista para avaliação. Os alunos estavam pensando em várias estratégias que melhorasse a divulgação da mesma.

Hoje percebo um cenário bem diferente. Claramente, a revista atingiu um novo patamar e várias das dificuldades reportadas na época não se fazem mais presentes. Acredito que com a edição da revista no formato eletrônico, muitos problemas foram eliminados e outros surgiram. Como no passado, estes novos problemas estão sendo superados e, cada vez mais, a revista vai se consolidando. Parabéns, aos Petianos que já trabalharam na revista e a nova geração que continua fazendo este extraordinário trabalho.

Ana Carolina Bottega de Lima

Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. E-mail: anabottegallima@gmail.com

Ivan Prates Sternick

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. E-mail: ivan.sternick@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho trata da crise do fordismo, tendo como base a teoria das crises elaborada pela Teoria da Regulação, abordando também as origens e os fundamentos dessa escola. No contexto do fim dos anos de crescimento capitalista vigoroso, que se deu na década de 1970, a Teoria da Regulação emergiu como uma nova corrente do pensamento econômico, construindo uma análise do processo e da dinâmica de acumulação capitalista. Em particular, essa escola se consolidou na teoria econômica a partir da elaboração de sua teoria das crises. Assim, forneceu interpretações alternativas a crise dos anos 1970, se contrapondo às explicações da teoria econômica tradicional, ao considerar a crise como um fenômeno endógeno. Partindo dessa proposta para compreender a crise do fordismo, encontrou-se uma teoria com amplo potencial de explicação, e a partir de seu estudo, pode-se obter uma compreensão mais ampla dos fenômenos econômicos.

Palavras-chave: Teoria da Regulação; teoria das crises; crise do fordismo.

ABSTRACT

This paper deals with the crisis of Fordism, based on the theory of crises elaborated by Regulation Theory, also addressing the origins and foundations of this school. In the context of the end of the years of vigorous capitalist growth in the 1970s, the Regulation School emerged as a new stream of economic thought, building an analysis of the process and dynamics of capitalist accumulation. In particular, this school was consolidated in the economic theory from the elaboration of its theory of crisis. Thus, it provided alternative interpretations of the 1970s' crisis, countering the explanations of traditional economic theory, by considering crisis as an endogenous phenomenon. Starting from this proposition to understand the crisis of Fordism, a theory with broad explanatory potential was found, from whose study a broader understanding of economic phenomena can be obtained.

Key words: Regulation theory; theory of crisis; crisis of Fordism.

1- INTRODUÇÃO

A década de 1970 marcou um período conturbado na história recente do capitalismo. Após duas décadas de crescimento econômico sem precedentes nos EUA, Europa Ocidental e Japão a partir dos anos 1950, as principais potências do mundo desenvolvido se viram diante de uma profunda crise de acumulação, marcada pela redução do crescimento, inflação em alta e desemprego elevado. Esse quadro inédito de crise econômica e social se desdobrou em uma crise da própria teoria econômica, e novas estruturas teóricas surgiram buscando superar os arsenais analíticos usados previamente para sistematizar os fenômenos do mundo econômico (e social).

A crise do pensamento econômico provocada pelo fim da Era de Ouro significou o questionamento do pacto keynesiano vigente desde os anos 1950. Isso porque, entre outras razões, esse instrumental teórico, em conjunto com as políticas prescritas por Keynes, não respondia adequadamente aos novos problemas, como a estagflação. É nesse momento histórico que a Teoria da Regulação se afirmou como uma nova corrente do pensamento econômico, construindo com bases marxistas uma análise do processo de acumulação capitalista, de suas regularidades e de suas crises.

Essa nova linha do pensamento econômico formulou, entre outros, novas estruturas teóricas para entender a dinâmica das economias capitalistas. Mais diretamente, forneceu interpretações diferentes para a grande crise dos anos 1970, em contraponto às explicações dadas pela teoria econômica tradicional, que também sofreu profundas transformações nesse período. Para além, a Escola da Regulação se consolidou como um novo marco na teoria econômica, em particular na teoria das crises.

Nesse sentido, o objetivo deste traba-

lho é tratar da crise do fordismo, conforme a teoria das crises elaborada pela Teoria da Regulação, conjuntamente a um tratamento das origens e dos fundamentos dessa escola de pensamento econômico. Entretanto, a disposição lógica do texto se dá de maneira inversa: a Teoria da Regulação será abordada em primeiro lugar, para, finalmente, abordar-se a crise do fordismo sob o instrumental teórico previamente exposto. Busca-se, assim, abordar a trajetória que marcou a transição do modo de acumulação fordista, para um novo modo de acumulação, chamado por alguns autores de "pós-fordista" (cf. LIPIETZ, 1991).

Para tanto, dividiu-se o trabalho em três seções subsequentes e uma conclusão. No item que segue essa introdução, faz-se um panorama do contexto histórico e teórico do surgimento da Teoria da Regulação, juntamente com uma tentativa de identificar suas principais heranças e inspirações. No segundo tópico encontra-se uma revisão dos principais conceitos que perpassam as análises da Escola da Regulação, indispensáveis para entender as conclusões sobre as crises. O terceiro item consiste em uma apresentação da crise do fordismo, abordando-a em suas nuances institucionais que possibilitaram o crescimento sem precedentes das economias capitalistas avançadas, assim como os fatores determinantes que ensejaram a crise desse modo de produção, sendo os precursores da mudança institucional que estaria por vir. Por fim, na conclusão é feita uma breve retomada dos aspectos previamente tratados no artigo como um todo, buscando-se mostrar a relevância atual da discussão.

2- ORIGENS DA TEORIA DA REGULAÇÃO

Esta seção busca compreender as origens dos estudos da Teoria da Regulação, tanto pelo seu contexto, quanto por suas influências teóricas. Assim, no contexto do pós-guerra a

teoria de Keynes ganhou força, impulsionando Estados mais fortes. Estes se valiam de políticas macroeconômicas expansionistas, as quais prezavam pela manutenção do padrão de acumulação fordista, baseado em consumo e produção em massa, e dos Estados de Bem-estar Social, mantendo o padrão de vida da população. Essas ideias mantiveram certo prestígio por um tempo, mantendo como resultado um crescimento e estabilidade - vide a denominação "trinta gloriosos" usada para se referir a esse período.

No entanto, a situação de estagflação e queda da taxa de lucro que se estabeleceu em meados dos anos 70 minou a força dessas ideias e abriu espaço para a ascensão do monetarismo e do liberalismo - mas também de outras correntes de pensamento. Dessa forma, os anos 70 e 80 foram marcados por amplo debate entre os economistas, o qual resultou no surgimento de novas escolas e abordagens, assim como a retomada de outras antigas. É neste período que surge a Escola Francesa da Regulação.

A conjuntura que marcou o fim dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX, portanto, foi determinante para o nascimento da Teoria da Regulação. Segundo Nascimento (1993), a conjunção da crise capitalista, no fim do período de crescimento fordista, e política, com a crise teórica em duas vertentes - keynesiana e marxista - foi fundamental para o surgimento dessa escola. Augusto (2004) chama esse contexto de tripla ruptura, para a qual se desenvolveu uma resposta teórica por parte da Escola da Regulação.

A crise capitalista colocou fim ao período de estabilidade econômica e crescimento iniciado no pós-guerra, marcado por um círculo virtuoso de crescimento dos investimentos e da renda, resultante do aumento da produtividade e dos salários reais. Com o estabelecimento do sistema de Bretton Woods, que colocava o dólar

no centro do sistema monetário internacional, problemas estruturais emergiram. O paradoxo de Triffin, por exemplo, estipula a contradição da continuidade desse crescimento específico, que demandava liquidez por meio de déficit no balanço de pagamentos, ao mesmo tempo em que aumentava a incerteza do sistema internacional e da paridade dólar-ouro. O fim da conversibilidade do dólar e dos controles de capitais marcou o fim desse sistema, acompanhado pela desaceleração da economia mundial e aumento da inflação e do desemprego. Quanto à ruptura política, esta se expressa por um lado na mudança das estratégias políticas, e por outro, através de movimentos, como a revolução mundial de 1968 (WALLERSTEIN, 1999 apud AUGUSTO, 2004) que criticou, no contexto de suas reivindicações culturais, a hegemonia norte-americana e também a esquerda então no poder, com sentimento de decepção ao comparar as políticas postas em prática com as perspectivas originais dessa vertente.

Em relação à conjuntura teórica, por um lado, o keynesianismo se via incapaz de propor políticas sólidas a fim de enfrentar a estagflação, mostrando sinais de esgotamento. Isso se deve, segundo Boyer (1990), à comparação equivocada com a crise de 1929, a qual levou às mesmas políticas, no momento, ineficientes. Apesar disso, algumas dessas ideias são próximas das desenvolvidas pelos regulacionistas, o que remete a um ponto a ser ressaltado: mesmo que a crise dessas teorias tenha sido fundamental para abrir espaço para novas discussões, estas exerceram grande influência sobre a Teoria da Regulação, que inclui determinadas questões trazidas por elas. No caso da teoria keynesiana, Nascimento (1993) destaca que esta, assim como a regulacionista, tem como premissa que o capitalismo é instável intrinsecamente, o que torna seu crescimento igualmente instável. Não obstante, ainda seria possível atingir estabilidade em certa medida,

regulando o crescimento com políticas econômicas adequadas. Além disso, ambas as teorias têm uma visão positiva das instituições.

Boyer (1990) ressalta que embora existam essas semelhanças, a proposta regulacionista é de uma teoria macroeconômica ligada à acumulação de capital. Logo, dentre os autores do keynesianismo, Kalecki fornece bases que se adequam melhor à abordagem marxista do que Keynes. Kalecki (1983[1954]) representa o ciclo econômico por meio do esquema tridepartamental, desenvolvido com base nas equações marxistas de reprodução. Seus estudos apontam que a tendência da economia é de flutuações, com dinâmica instável, e que o crescimento de longo prazo depende de fatores autônomos de demanda, sobretudo, o investimento. Este é visto como o principal determinante do ciclo, de acordo com o Princípio da Demanda Efetiva. A elaboração desse princípio pelo autor é tal que em uma economia monetária, a decisão de gastar é a única autônoma nas transações econômicas e, assim, o gasto irá determinar uma receita de mesma magnitude. O mecanismo básico do ciclo econômico de Kalecki é, de fato, a interação entre o investimento, os rendimentos e a acumulação de capital, compreendido sem noções de equilíbrio. A análise da economia através de uma ótica dinâmica é o principal ponto que faz com a Teoria da Regulação tome alguns conceitos dessa abordagem.

O marxismo, por outro lado, passava por um enrijecimento e, portanto, uma das bases da Escola da Regulação é a crítica ao marxismo ortodoxo (NASCIMENTO, 1993; BOYER, 1990). De certa forma, isso foi resultado das interpretações restritivas da crise que emergiram, como a de Boccara, que olha para a crise ressaltando as formas de concorrência do sistema (NASCIMENTO, 1993). Nesse contexto, um autor marxista que suscitou críticas e exerceu grande influência para essa escola foi Althusser.

O estruturalismo althusseriano, que se formou nos anos 60, apresenta um quadro conceitual geral para a releitura de Marx, no contexto de rejeição da visão teleológica e linear da história. Assim, “propõe a apreensão da totalidade social como um todo complexo, em que as diversas instâncias guardam uma relação de autonomia relativa. Nesse todo complexo estruturado, uma instância age sobre a outra em uma relação de sobredeterminação.” (AUGUSTO, 2004, p. 431). A proposta de Althusser é substituir a causalidade expressiva pela causalidade estrutural.

Tendo em vista que a Teoria da Regulação Francesa se mostrou bem diversa¹, é possível notar as heranças e críticas do marxismo althusseriano em alguns autores, como Boyer, Lipietz e Coriat. De forma geral, Boyer (1990) explica que a Teoria da Regulação rejeita as implicações althusserianas de que um sistema complexo dos modos de produção vai determinar o todo social – o sujeito perdendo poder de ação, ou seja, “história sem sujeito” -, enquanto acata, por outro lado, que os sistemas de modos de produção definem também a estrutura econômica. A Teoria da Regulação, assim, substitui o foco dado pelo marxismo ortodoxo para a reprodução, passando a estudar também as contradições do sistema que explicariam suas crises, ou melhor, a reprodução em função de suas transformações.

Mais do que isso, a Escola de Regulação analisa as relações sociais de modo a identificar a forma institucional que estas tomam em determinado momento histórico ou sociedade, mas privilegiando uma definição estrutural e holista. Para os regulacionistas, a existência

¹ Tanto que há o questionamento sobre a viabilidade de reunir todos os estudiosos sob esse título. Boyer (1990) argumenta contra essa especulação, dizendo de modo geral que os autores da Teoria da Regulação compartilham de “(...) um conjunto de conceitos intermediários que podem ser reinseridos em problemáticas gerais completamente diversas” (BOYER, 1990, p. 56). Um dos objetivos deste trabalho é apresentar esses conceitos de base.

e a reprodução das relações sociais configuram um determinado todo social, uma sociedade. As relações sociais são vistas como estruturas, ao definirem um sistema de lugares hierarquizados, os quais são ocupados pelos indivíduos. A partir disso, o ator, dotado de disposição e percepção da intenção dos outros atores – por meio da interação com estes – não só desempenha seu papel, mas desenvolve uma estratégia, um projeto para reproduzi-lo. Dessa forma, é agente e não apenas ator, pois munido de disposição e representação, estabelece e modifica uma relação social de acordo com um projeto. Convém ressaltar que os regulacionistas consideram a reprodução das relações sociais simultaneamente à sua capacidade de mudança, frente à característica plástica destas – advinda da ocupação ativa dos lugares pelos atores e dos seus desempenhos únicos e de sua própria natureza contraditória (NASCIMENTO, 1993).

A análise, portanto, lança mão do método estrutural e holístico, em oposição ao individualismo metodológico, ao mesmo tempo em que não deixa de considerar as mediações que determinam os comportamentos individuais e coletivos. As relações promovem regularidades no crescimento ou na acumulação, e nos comportamentos, tanto individuais quanto coletivos (BOYER, 1990). Assim, de certa forma, as questões de análise permaneceram sendo as grandes questões marxistas, que remetem ao método marxista de análise. O objetivo específico dos estudos regulacionistas é identificar os diferentes modos de regulação no tempo e no espaço, buscando através desse método, identificar também o impacto das várias relações sociais sobre a economia e sua regularidade ou não-regularidade.

Em síntese, analogamente à teoria de Keynes, a Teoria da Regulação recusa algumas concepções e formulações teóricas marxistas, mas simultaneamente é por estas influenciada. De maneira ampla, as concepções que são re-

jeitadas são aquelas que se baseiam em leis gerais e determinantes para explicar a reprodução e as contradições do capitalismo. Negam-se concepções estruturalistas da reprodução, de forma que as relações sociais seriam condicionadas, mas sem obedecerem a leis. Por sua vez, “[a] ênfase teórica recai sobre as formas particulares que assumem as relações sociais, sobre a plasticidade de que estas são revestidas, sem qualquer predeterminação que explique por que as relações sociais fundamentais do capitalismo assumem tal forma e não outra” (NASCIMENTO, 1993, p. 124). Segundo Boyer (2009), a Teoria da Regulação se inscreve sim na tradição teórica do marxismo, mas com a ambição de melhorar e estender as análises de Marx, fazendo uso dos métodos modernos em economia e das lições do capitalismo desde o fim do século XIX.

Logo, pode-se atribuir a inspiração teórica dos estudos em termos de regulação à tradição marxista, também contendo referências keynesianas. No entanto, os trabalhos de história econômica também foram influentes, à medida que essa abordagem notou a necessidade de uma confluência entre as áreas da história e da teoria econômica, frente à rigidez dos economistas em relação aos seus sistemas de interpretação – já que, como Boyer (1990) argumenta, em casos de discrepância entre esses sistemas e a realidade, os economistas recorrem à inserção de hipóteses ad hoc ao modelo inicial. A maior referência de caráter histórico foi a Escola dos Anais, a partir da qual é ressaltada a importância da documentação histórica para a análise econômica, formando um sistema global de interpretação através de pesquisas pontuais coerentes entre si a fim de contribuir com o estudo da dinâmica das economias capitalistas.

Nesse contexto, a Escola da Regulação também nasce em parte como uma crítica ao

mainstream econômico dos anos 70², cuja confiança num mercado autorregulado, que tende ao equilíbrio, atribui às crises causas exógenas ao sistema. Essa corrente domina o contexto da década de 80, conseguindo lançar as bases para a construção de um sistema econômico e social que seguiria os ideais do neoliberalismo. Para a Teoria da Regulação, o conceito de equilíbrio geral é simplificador, excluindo imperfeições e características dinâmicas da economia. Frente a explicações insatisfatórias das mudanças que perpassam, sobretudo, a década de 70, os pesquisadores que seriam chamados de regulacionistas insistem na tentativa de responder ao “duplo desafio da crise tanto em termos de teoria como de política econômica” (BOYER, 1990, p. 13). Surge um movimento de resposta a essas questões, dentro do qual a Teoria da Regulação começa a se formar.

Boyer (1990) discute que o ponto de partida é pensar na crise como o esgotamento das formas institucionais. Nesse contexto, o trabalho de 1974 *Régulation et crisis du capitalisme* de Aglietta é considerado o fundador dessa escola, segundo Nascimento (1993), ao discutir a regularidade e acumulação em longos períodos, com base no caso dos EUA. Boyer (1990) afirma que a proposta de Aglietta é de estudar uma alternativa para a teoria do equilíbrio geral, com o objetivo de pesquisar as relações sociais, suas transformações de caráter econômico e não-econômico, sua organização em estruturas e a reprodução destas. Sua originalidade consiste na relação estabelecida entre a teoria das categorias marxistas fundamentais e a história econômica e social dos EUA. Dessa forma, conduz à formulação de que a interação entre normas de consumo e de produção é que permite compreender a dinâmica econômica e social e sua variabilidade no tempo e no espaço - e a crise seria advinda da divergência entre

essas normas. As repercussões desse trabalho e de suas ideias estimularam pesquisadores a aprofundar essa questão teórica, corrigindo e acrescentando elementos, culminando com a referida Teoria da Regulação.

A análise econômica realizada pelos autores que compõem essa escola é, então, centrada no crescimento econômico e sua interrupção pelas crises capitalistas, buscando suas variações ou regularidades e suas vinculações às formas sociais vigentes, tentando explicá-lo endogenamente. Assim, os problemas eleitos como fundamentais pela Teoria da Regulação estão circunscritos à questão “(...) da variabilidade no tempo e no espaço das dinâmicas econômicas e sociais” (BOYER, 1990, p. 61). Isso pode ser claramente notado quando Boyer (1990) delinea os três principais problemas, ou paradoxos, que guiam esses estudos da seguinte maneira:

[1] Por que e como, numa formação econômica dada, passamos de um crescimento forte e regular para uma quase estagnação e uma instabilidade das sequências conjunturais? (...) [2] Durante um mesmo momento histórico, como explicar que crescimento e crise assumem formas nacionais significativamente diferentes, com o aprofundamento dos desequilíbrios em certos países e a afirmação de uma prosperidade em outros? (...) [3] Finalmente, por que, apesar de certas invariantes gerais, as crises apresentam aspectos diferenciados ao longo do tempo, por exemplo, no século XIX, no entre guerras e nos dias de hoje? (BOYER, 1990, p. 59-61).

Em cima desses problemas os estudos da Escola da Regulação foram sendo desenvolvidos. Tendo em vista esse objetivo, estes estudos se valem de alguns conceitos fundamentais, que serão apresentados na próxima seção.

² A saber, os novos-keynesianos, como Mankiw (1985), e os novos-clássicos, como Lucas (1972;1973).

3- FUNDAMENTOS E CONCEITOS-CHAVE

Pretende-se, nesta seção, apresentar os conceitos fundamentais em torno dos quais se norteia a Teoria da Regulação, dando ênfase ao conceito de crise, tendo em vista a interpretação que se buscará fazer ainda neste trabalho da crise do fordismo. Entre estes, o primeiro é justamente o conceito de regulação. Boyer (1990) sumariza o conceito usado pela Teoria da Regulação estabelecendo seu ponto central como a "(...) conjunção dos mecanismos que promovem a reprodução geral, tendo em vista as estruturas econômicas e as formas sociais vigentes" (BOYER, 1990, p. 46). Lipietz, por sua vez, define "regulação de uma relação social [como] a maneira pela qual essa relação se reproduz, apesar de seu caráter conflitual, contraditório." (LIPIETZ, 1984, p. 12 apud POSSAS, 1988, p. 196).

Nota-se que esses conceitos ressaltam a regulação como uma série de mecanismos criados pela sociedade a fim de superar suas contradições, com o objetivo de manter sua reprodução, dada a estrutura social e econômica vigente. Possas (1988, p. 196) ressalta que "(...) regulação envolve mais do que a noção de reprodução econômica, embora também inclua necessariamente essa última." Assim, a regulação é uma noção abrangente, também abarcando as condições de estabilidade dos regimes de acumulação.

Isso posto, a repetição – em substituição ao automatismo – das práticas sociais as conferiria regularidade. E, assim, compreender as relações sociais como conjunto de práticas remete ao modelo de toda prática humana, o trabalho (LUKACS, 1979 apud AUGUSTO, 2004). O trabalho, nesse sentido, é uma atividade de um ator que se conforma às exigências de seu objeto (LIPIETZ, 1993 apud AUGUSTO, 2004).

Compreendido o conceito de regula-

ção, este conduz ao conceito de modo de regulação. O modo de regulação em uma situação histórica particular se refere a um conjunto de procedimentos e comportamentos, individuais e coletivos, com propriedades específicas, enunciadas por Nascimento (1993, p. 127) como "(...) reproduzir as relações sociais fundamentais através de um conjunto de formas institucionais determinadas; sustentar e dirigir o regime de acumulação em vigor; assegurar a compatibilidade dinâmica de um conjunto de decisões descentralizadas." Assim, essa noção implica o modo de regulação direcionando os comportamentos individuais, que permanecem com certa autonomia, e determinando os mecanismos de ajuste dos mercados, ao gerar um conjunto de regras.

Tendo em vista esses conceitos, o de modo de produção também é relevante justamente por "(...) explicitar as articulações entre relações sociais e organização econômica." (BOYER, 1990, p. 68). Esse conceito abrange a totalidade das relações sociais que dizem respeito à produção, às trocas e à reprodução. Como já foi explicitado, os regulacionistas concebem a articulação dos modos de produção como determinante da estrutura econômica, a partir da inspiração althusseriana. Além disso, restringindo a análise ao modo capitalista de produção, Boyer (1990) identifica duas características fundamentais deste, as quais seriam: o fato de que a relação de trocas encobre a forma mercantil; e a ocorrência da separação dos produtores diretos dos meios de produção. Assim, o modo de produção capitalista coloca a acumulação como o objetivo final, de forma que esta é realizada conforme um regime de acumulação, sustentado pelo modo de regulação vigente. Este conceito diz respeito às regularidades que asseguram a valorização do capital, ou o crescimento econômico, supondo-se que há continuidade da aplicação rentável do capital "novo" frente à incerteza do futuro, por

conta das convenções.

Boyer (1990) enfatiza que esse regime deve ser coerente, de forma a permitir que as distorções que surgem ao longo do processo sejam absorvidas ou divididas. Este muda com o tempo e o espaço – sendo, por exemplo, extensivo ou intensivo –, seguindo as mudanças da reprodução do sistema, que pode assumir diversas formas. Essas diferentes formas terão contradições próprias e consequências diferenciadas para a dinâmica econômica e a configuração social – as quais podem não ser comparáveis entre si, como destaca Boyer (1990), o que suscita o interesse por um quadro explicativo mais amplo e, assim, pelas formas institucionais, cuja análise foca nas configurações específicas para um determinado país ou determinado momento histórico.

As relações sociais, portanto, são regidas, codificadas e reproduzidas em certo período histórico por meio de convenção e de repetição, formando regularidades, que são as formas institucionais. E estas são definidas de acordo com o modo de produção vigente. Para o capitalismo, Boyer (1990) delinea três formas sociais fundamentais. A primeira é a forma monetária, composta pela moeda e a pela lógica monetária, que reveste as relações sociais fundamentais instituindo os atores do mercado, sendo uma forma de relacionamento entre estes atores. Nesse sentido, os regulacionistas negam a neutralidade da moeda postulada pelos monetaristas, já que a moeda integra a reprodução do sistema mercantil, sendo tão monetária quanto real.

A segunda é a relação salarial – relação capital/trabalho –, relação básica da produção capitalista. Esta está relacionada ao contrato salarial estabelecido entre empresários e trabalhadores, caracterizando as relações mútuas entre os tipos de organização do trabalho, modo de vida e reprodução dos assalariados. De acordo com Boyer (1990), essa relação é

caracterizada pela forma de cinco componentes: meios de produção, divisão social e técnica do trabalho, mobilização e vínculo dos assalariados à empresa, determinantes da renda salarial e modo de vida do assalariado. Logo, ela pode assumir formas variadas, de acordo com o regime capitalista vigente, de maneira que no capitalismo as principais foram a concorrencial, taylorista e fordista.

Por toda a análise é importante o conceito de relação social, a qual decorre sempre de um processo histórico de generalização. As mais básicas são a relação salarial, acima explicitada, e a relação mercantil, a qual se refere ao caráter mercantil do capitalismo. Assim, os agentes se defrontam no mercado e estabelecem relações regulares entre si, sendo um elemento dito “constitutivo” do modo de produção capitalista. Além disso, essa relação também corrobora o surgimento da forma monetária (POSSAS, 1988, p. 197).

Por fim, as formas de concorrência são formas institucionais, definidas como o modo como se articulam as relações entre centros de acumulação. Sem se preocupar tanto com os fenômenos da concentração, apenas considerando que existem formas polarizadas - casos de concorrência perfeita e monopólio - a Teoria da Regulação foca nas suas consequências para a dinâmica da acumulação e do lucro, sobretudo na transição entre regimes de acumulação.

A partir da compreensão desses fundamentos, pode-se explorar a teoria das crises desenvolvida pelos regulacionistas, a fim de se analisar o caso da crise do fordismo. Como já foi mencionado, a Teoria da Regulação surgiu em parte a partir da rejeição dos conceitos de crise existentes no mainstream da teoria econômica, segundo os quais a crise acontece quando a reprodução econômica é bloqueada por eventos exteriores (NASCIMENTO, 1993) - de forma que esse sistema ainda tende a um equilíbrio.

Boyer (1990) destaca que o problema com esse conceito é ele ser a única forma de crise para essa abordagem. Na verdade, a maior parte das teorias econômicas não enfoca, e por vezes nem considera a noção de crise. Não obstante, a Teoria da Regulação tem como particularidade examinar tanto as propriedades de um modo de regulação e de um regime de acumulação, quanto os fatores endógenos de sua desestabilização. Portanto, assim como propõe Possas (1988), pode-se compreender a regulação no contexto esquemático relação social – reprodução – contradição - crise, notando que a crise não é uma antítese da regulação, mas faz parte desta no seu momento contraditório.

Algumas abordagens, em particular a de Marx, já consideravam a crise como endógena, com caráter cíclico. A crise é vista como fase desfavorável, caracterizada pela depuração dos desequilíbrios acumulados internamente durante a fase favorável, de expansão. A característica cíclica dessa visão implica a passagem entre as fases de expansão e estagnação. E isso ocorreria devido às formas institucionais em vigor, afetadas lentamente pelas crises cíclicas (NASCIMENTO, 1993). Os regulacionistas tomam a tradição marxista nesta questão, considerando "(...) que o perfil cíclico da conjuntura resulta das próprias características das formas institucionais, no caso a concorrência e a relação salarial: tendência à superacumulação durante a expansão, em seguida a regressão e o ajuste dos desequilíbrios surgidos durante a fase de recessão, depressão ou crise" (BOYER, 2009, p. 105).

A partir desse conceito, os regulacionistas formulam o seu próprio, afirmando que as crises são originadas da expressão das tendências do modo de regulação e do regime de acumulação, as quais influenciam sua dimensão e seus efeitos (BOYER, 2009). Isso posto, a Teoria da Regulação elabora uma tipologia das

crises, de base estrutural. Boyer (2009) distingue cinco formas dessas crises. A primeira refere-se àquelas originadas por perturbações externas e internas de um novo tipo, incompatível com o modo de regulação, enquanto a segunda seria cíclica, simplesmente a expressão do modo de regulação, correspondendo à fase necessária para a absorção das tensões acumuladas durante a fase de expansão. Em ambos os casos as formas institucionais vigentes continuam viáveis, sendo apenas parcialmente afetadas pelas crises cíclicas.

O terceiro tipo seria a crise no modo de regulação, que ocorre "na" regulação (POS-SAS, 1988), ou seja, quando a regulação desestabiliza o regime de acumulação. Isso acontece quando os mecanismos associados ao modo de regulação não conseguem absorver ou reverter a articulação desfavorável de algumas variáveis, enquanto o regime de acumulação permanece viável. O quarto tipo de crise é a crise do regime de acumulação, a qual eventualmente atinge o modo de regulação. Nesse caso, as contradições no interior das formas institucionais mais essenciais, que condicionam o regime de acumulação, chegam ao seu limite máximo. Os mecanismos correspondentes ao regime vigente deixam de ser corretores e passam a ser desestabilizadores (BOYER, 2009). Isso significa que ocorre um bloqueio do processo de acumulação, não suficiente para uma retomada endógena, e a economia entra em processo de desacumulação crescente. Como também atinge a regulação, torna-se uma crise do modo de desenvolvimento como um todo. Por fim, no quinto tipo ocorre o fracasso da recombinação das formas institucionais que chegaram aos seus limites, resultando no questionamento e no colapso das próprias relações sociais fundamentais, inerentes ao modo de produção. Esta é a crise do modo de produção.

Tendo em mente essa tipologia, a crise do fordismo da década de 70, que suscitou

toda a teoria analisada neste trabalho, seria uma crise do regime de acumulação e do modo de regulação – e suas especificidades são discutidas a seguir.

3- O FORDISMO E SUA CRISE

Nesta seção, buscar-se-á compreender a dinâmica que possibilitou a constituição de um modo de produção fordista, suas implicações econômicas e sociais, assim como sua crise, sob uma perspectiva institucionalista, com nuances regulacionistas. Isso implica compreender as especificidades desse modo de produção e de sua crise a partir da constituição e da dinâmica de suas instituições; ou, no léxico da Escola Francesa da Regulação, a partir da compreensão dos modos de regulação vigentes e de suas inter-relações com o regime de acumulação predominante (cf. LIPIETZ, 1988). Nesse sentido, esta seção apresenta as principais instituições fordistas, para depois tratar propriamente de sua dinâmica de funcionamento e crise.

Marglin (1990) destaca quatro instâncias gerais em que devem ser pensadas as instituições que modelaram o Estado e o mercado entre o pós-guerra e a Crise dos anos 1970. São elas: a estrutura macroeconômica, o sistema de produção, as regras de coordenação e a ordem internacional. A estrutura macroeconômica se refere às relações entre as variáveis macroeconômicas, como salários, produtividade, desemprego, preços, lucros, investimento, poupança e crédito. O sistema de produção é a categoria que engloba a relação entre capital e trabalho, isto é, as relações de produção dentro das empresas. As regras de coordenação, pensadas aqui como modos de regulação, são as instituições por meio das quais se conectam o sistema de produção e a estrutura macroeconômica numa relação dotada de um sentido e de uma coerência de funcionamento;

mecanismos de determinação de salários e de preços estão incluídos nessa instância, assim como o papel do Estado na intermediação do conflito entre capital e trabalho e na garantia de direitos sociais, como será melhor discutido em seguida. Por fim, a ordem internacional se refere ao conjunto de instituições ligadas ao intercâmbio entre os países, seja na órbita econômica, geopolítica ou mesmo militar, em que as demais instâncias estão embutidas.

Para entender o ciclo de expansão das economias capitalistas avançadas, que se estende dos anos 1950 até início dos anos 1970, buscar-se-á ilustrar o funcionamento de cada uma das quatro instâncias acima apresentadas, assim como a suas inter-relações, de acordo com o exposto em Glyn et al (1990). Cada instância é analisada separadamente no que se segue, a título de simplicidade, e depois é feita uma análise em conjunto e de maior grau de complexidade.

No que se refere à estrutura macroeconômica, o boom³ foi marcado pelo pleno emprego de fatores e por um ritmo acelerado do crescimento da produtividade do trabalho. Em virtude da forte presença dos sindicatos e do Estado na regulação do mercado de trabalho, criaram-se mecanismos de negociação que possibilitaram o incremento dos ganhos em produtividade no salário real, o que implicou, em última instância, uma elevação no consumo das classes trabalhadoras, ou um aumento muito significativo da demanda por bens de consumo.

A expansão da demanda foi o principal motor do crescimento e indutor do investimento privado, na medida em que possibilitava a manutenção de altas taxas de lucro, estimulando a demanda por bens de capital e, portanto, a acumulação. Esse foi, em síntese, o “ciclo virtuoso do fordismo” (FERREIRA,

³ Momento que se estendeu do início dos anos 1950 até meados da década seguinte.

1997). Enquanto funcionou, esse ciclo permitiu um crescimento econômico elevado; a distribuição da renda entre lucros e salários pôde se manter, na medida em que ambas as partes se expandiam na mesma proporção. A constituição de um mercado de consumo de massas como pilar central do sistema econômico, levou Hobsbawm (1995, p. 264) a afirmar: "A Era de Ouro democratizou o mercado".

No que tange ao sistema de produção, ou à relação capital-trabalho, o fordismo foi marcado pelo modelo taylorista. Grosso modo, esse modelo, ilustrado pela linha de montagem, é caracterizado, segundo Ferreira (1997, p. 170): (1) pela profunda divisão do trabalho, no sentido horizontal (cada trabalhador desempenha funções muito específicas e repetitivas) e no sentido vertical (separação entre concepção e execução da produção); (2) pela mecanização, culminando na desqualificação do trabalho feito pelo operário; (3) pela produção em massa de bens padronizados; (4) pela norma salarial fordista, ou seja, os incrementos na produtividade são repassados, em parte, para o salário real.

Esse sistema de produção garantiu, até certo ponto, o aumento acelerado da produtividade através da intensificação e supervisão do trabalho. Entretanto, como será melhor explicado na sequência, também foi um dos determinantes da desaceleração da produtividade em fins dos anos 60.

Quanto às regras de coordenação, podem ser subdivididas esquematicamente entre aquelas ligadas à formação dos preços e salários, aos mecanismos de intervenção do Estado no mercado de trabalho e no mercado em geral, e, por fim, às políticas sociais. Essas regras se referem às formas de conexão e interdependência entre o sistema de produção e a estrutura macroeconômica, de modo que criam um sentido no processo produtivo. Esse sentido não é senão a forma à qual a repro-

dução do sistema e a acumulação de capital, ou o regime de acumulação (LIPIETZ, 1988), se adequam.

A formação dos preços se deu, no geral, a partir da soma dos custos ao mark-up, de modo a garantir a margem de lucros. A determinação dos salários foi norteadada por uma rigidez, obtida pelas reivindicações sociais junto ao Estado, que garantia a correção inflacionária adicionada de um ganho real, lastreado pelo crescimento da produtividade. Uma série de garantias trabalhistas foi conquistada pelo movimento operário, de modo que uma ampla proteção ao trabalhador se fez possível. Alguns exemplos de medidas relativas à política social são o seguro-desemprego, o seguro contra acidentes, férias, assistência social, entre outras⁴.

No que se refere à ordem internacional, há uma gama enorme de instituições e fatores em geral que possibilitaram a expansão econômica fordista. Em primeiro lugar, como destacam Glyn et al (1990), foram criadas várias instituições internacionais importantes, que deram as condições para a expansão do comércio então verificada e para a reconstrução dos países arrasados pela Segunda Guerra. O FMI, como instituição financeira responsável por lidar com problemas no Balanço de Pagamentos dos países. Em seguida, o Banco Mundial, incumbido de financiar investimentos de longo prazo sobretudo para países desenvolvidos. O GATT, em terceiro, como o órgão que buscava supervisionar e impedir o aumento de tarifas comerciais que lograssem reduzir a intensidade do comércio internacional. Por fim, mas não menos importante, o Plano Marshall, através do qual uma enorme quantia de dólares foi investida sobretudo nos países da Europa Ocidental, criando as próprias condições

⁴ Vale dizer que, nesse período, foi sobretudo em função da forte participação sindical junto ao Estado e às negociações com o empresariado que essas regras de coordenação puderam se cristalizar.

de crescimento naqueles países e, além disso, criando a própria demanda por investimento norte-americano.

Para além, é importante destacar a existência do sistema monetário convencionado em Bretton Woods, que lastreava o dólar ao ouro em paridade fixa. Ao convencionar a necessidade de câmbios “quase” fixos, esse sistema ensejou o aumento do fluxo de capitais entre os países desenvolvidos. Isso porque, com câmbios estáveis, diminuiu-se o risco do investimento internacional associado à volatilidade cambial. No entanto, posteriormente isso implicaria problemas no Balanço de Pagamentos de vários países, uma vez que, dados seus diferenciais de competitividade e controle reduzido dos fluxos de capital, os déficits no Balanço de Pagamentos, oriundos do desequilíbrio externo, teriam que ser supridos com a queima de reservas (em ouro) ou com endividamento externo.

De outro lado, como indicado pelo paradoxo de Triffin, havia uma instabilidade maior inerente ao sistema. Como, no longo prazo, dada a expansão do comércio internacional, a produção de ouro não seria suficiente para suprir a demanda internacional por liquidez, essa teria que provir de déficits no Balanço de Pagamentos dos EUA. No entanto, os déficits prolongados pressionariam para baixo o valor da moeda norte-americana (e, portanto, a confiança na mesma), minando a estabilidade do sistema. Nesse sentido, pode-se dizer, desde sua gênese, o sistema de Bretton Woods se apresentava como potencialmente instável.

A partir de fins dos anos 1960, uma mudança estrutural pode ser percebida nas instituições que garantiram o crescimento econômico precedente, como assinalam Ferreira (1997), Glyn et al (1990), Marglin (1990) e Castro (1979). A argumentação desses autores busca mostrar, em interpretação oposta às teorias do mainstream, que os Choques do Pe-

tróleo vieram mais como estopim do que como causa da grande Crise de 1973.

No que se refere à estrutura macroeconômica, pelo lado da oferta, o fator chave para se entender a erosão do modo de regulação da relação salarial fordista foi a desaceleração no ritmo de crescimento da produtividade do trabalho (LIPIETZ, 1988). A causa da desaceleração é controversa. Marglin (1990) enfatiza, por exemplo, a associação entre a baixa taxa de desemprego, prolongada por longo período de tempo, e o forte poder de barganha dos sindicatos, que, atrelados à proteção social institucionalizada, desempenharam um papel importante na erosão relativa do funcionamento eficiente do modelo taylorista de produção. Ferreira (1997), por outro lado, argumenta que a desaceleração se deveu a uma crise social derivada da forma taylorista de organização do trabalho. Isso porque a própria natureza exaustiva e degradante do trabalho incitou os trabalhadores ao absentismo, à promoção de greves e à negligência. Além disso, o autor aponta também para a própria rigidez das plantas fordistas de produção, que obliterava a capacidade das empresas de gerar melhorias técnicas e inovações. Castro (1979) também estressa o ponto acerca da influência negativa da rigidez das estruturas competitiva e produtiva para a geração de inovações.

Somados à desaceleração do crescimento da produtividade, outros fatores completaram o quadro crítico que passou a caracterizar o sistema produtivo, que, em última instância, levaram à compressão dos lucros do empresariado (profit squeeze). Os salários reais, em virtude das regras de coordenação previamente mencionadas, continuaram a crescer, marcando, portanto, um descolamento em relação à produtividade do trabalho. Além disso, os custos da função de produção oriundos dos insumos importados subiram acentuadamente no início da década de 70, chegando

ao paroxismo no Primeiro Choque do Petróleo (1973). Por fim, em termos genéricos, o aumento da concorrência internacional limitou a capacidade das empresas de repassar o aumento dos custos para os preços, e, portanto, de manter o mark-up.

Todos esses fatores apontaram para uma direção unívoca: a redução relativa da massa de lucros ante o volume de salários, ou a compressão dos lucros. O efeito disso sobre o modo de regulação, ou ainda, sobre a reprodução do arranjo institucional, foi, em síntese, a sua erosão. Glyn et al (1990) apresentam evidências econométricas para concluir que a queda na margem dos lucros ensejou uma queda no investimento, deteriorando o nível de emprego e rompendo com o ciclo virtuoso do regime de acumulação. Isso porque, na medida em que o desemprego aumentou e a renda diminuiu, o consumo de massas foi afetado, e a demanda, que antes era o principal motor do crescimento, encolheu.

A compressão dos lucros e a queda do nível de renda, sobretudo a partir do Primeiro Choque do Petróleo, aumentaram a tensão quanto ao modo de regulação. Isso porque, dado o quadro econômico negativo, o empresariado não mais aceitou as regras de incremento do salário real e o poder de negociação dos sindicatos. Dessa maneira, portanto, o mecanismo-chave na garantia da estabilidade do sistema, e particularmente da relação capital-trabalho, não mais funcionou. A narrativa predominante à época culpou a rigidez institucional e a poder dos sindicatos pela queda dos lucros, argumentando em prol de uma flexibilização dos compromissos sociais (LIPIETZ, 1991)⁵.

⁵ Lipietz (1991, p. 107) avalia que os países que adotaram medidas no sentido da flexibilização dos compromissos sociais da era fordista (Reino Unido, EUA e França, principalmente) obtiveram piores resultados em termos de déficit comercial e de desindustrialização nos anos 1980, em comparação com países que adotaram outras saídas para a crise.

No quadro internacional, por fim, houve a quebra do sistema de Bretton Woods em 1971, em virtude da insustentabilidade do sistema causada pelas razões acima mencionadas. Além disso, houve uma mudança qualitativa no grau de hegemonia norte-americana, assinalada por Castro (1979), de modo que as empresas norte-americanas passaram a enfrentar maior concorrência internacional dos países recuperados da Guerra e, ao mesmo tempo, os EUA não tinham mais autoridade suficiente para intervir nos países árabes da OPEP e restaurar as condições necessárias ao fornecimento energético barato.

Em suma, as condições para a crise estavam postas, e esta veio com o Primeiro Choque do Petróleo em 1973. A compressão dos lucros e a redução do crescimento se estenderam até o final da década, e um quadro de estagflação marcou vários dos países desenvolvidos, com destaque para os EUA. Não obstante, lembra Lipietz (1988), a espiral recessiva foi evitada, em um primeiro momento, graças à existência de mecanismos que mantiveram o poder aquisitivo global (como a renda permanente dos trabalhadores desempregados, fornecida pelo Estado) e crédito para o investimento. A recessão veio no final da década de 70 com o Segundo Choque e a elevação dos juros dos EUA.

Foi nesse contexto que uma nova ordem econômica e política pôde ganhar forças para suplantiar o quadro institucional e ideológico fordista.

5- CONCLUSÃO

Neste artigo, buscou-se fazer uma breve sumarização das ideias centrais da Escola Francesa da Regulação, destacando suas diferenças em relação a outras teorias, e também o tratamento endógeno dado à crise. A crise, que pode ter natureza diversa, é passível de

ser entendida também como parte do modo de regulação em seu momento contraditório, em que as bases do regime de acumulação apresentam potencial de erosão. Assim, torna-se ela um objeto particular de análise.

Essa abordagem se assenta sobre o estudo minucioso das transformações das condições de produção e do estudo das condições de reprodução do trabalho assalariado, além do estudo sobre as formas institucionais que moldam e condicionam o comportamento individual e as relações sociais (LIPIETZ, 1988; BOYER, 1990). Com isso, tendo o estudo da história como pilar central, apresenta um potencial muito grande, e com baixo nível de abstração, para compreender e interpretar as dinâmicas de transformação das economias capitalistas.

Esse potencial é constatado na análise feita sobre o fordismo e sua crise. Enquanto a teoria convencional, desprovida de instrumental analítico que incorpore a possibilidade de crise, explica-a como um fenômeno exógeno, a abordagem regulacionista possibilita um entendimento complexo do problema. Esse entendimento possibilita, entre outras coisas, a reflexão mais fundamentada sobre o sentido mesmo para o qual as transformações do modo de regulação e do regime de acumulação capitalista apontaram e apontam.

Nesse sentido, entende-se que a Teoria da Regulação é de grande originalidade e relevância para o momento presente. Diante de um cenário renovado de crise no pensamento econômico após a crise de 2008, e das incertezas quanto aos rumos do capitalismo mundial, é de grande utilidade uma abordagem que possa antever as possíveis transformações nas formas de regulação e nos regimes de acumulação. Essa compreensão possibilita, entre outras coisas, a fundamentação mesma da ação sobre os processos sociais de modo a tentar adequá-los aos rumos socialmente mais desejáveis.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, A. G. *Fundamentos metodológicos da Abordagem da Regulação: origem histórica e questões fundadoras*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 427-442, out. 2004.
- BOYER, R. *A Teoria da Regulação: uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.
- BOYER, R. *Teoria da Regulação: os fundamentos*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- CASTRO, A. B. *O capitalismo ainda é aquele*. São Paulo: Forense Universitária, 1979.
- FERREIRA, C. G. *O "Fordismo", sua Crise e Algumas Considerações sobre o Caso Brasileiro*. Nova Economia, vol. 7, n. 2, Dep. de Ciências Econômicas da UFMG, 1997, p. 165-201.
- GLYN, A et al. *The Rise and Fall of the Golden Age*. In: MARGLIN, S. A.; SCHOR, J. B. (eds.) *The Golden Age of Capitalism*. Clarendon Press, p. 39-125, 1990.
- HOBBSAWM, E. J. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KALECKI, M. *Teoria da Dinâmica Econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983[1954].
- LIPIETZ, A. *Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.
- LIPIETZ, A. *As relações capital-trabalho no limiar do século XXI*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 101-130, p. 1991.

LUCAS Jr., R. *Expectations and neutrality of money*. Journal of Economic Theory, v. 4, n.2, p.103-24, abr. 1972.

Artigo submetido em junho de 2017 e aprovado em novembro de 2017.

MANKIW, N. G. *Small menu costs and large business cycles: a macroeconomic model of monopoly*. Quarterly Journal of Economics, v. 100, p. 529-39, mai. 1985.

NASCIMENTO, E. P. *Notas a respeito da Escola Francesa da Regulação*. Revista de Economia Política, v. 13, n. 2 (50), p.120-136, abr./jun. 1993.

POSSAS, M. L. *O projeto teórico da "escola da regulação": alguns comentários*. Novos Estudos CEBRAP, n. 21, São Paulo, p. 195-212, jul. 1988.

MARGLIN, S. A. *Lessons of Golden Age: an overview*. Em: MARGLIN, S. A.; SCHOR, J. B. (eds.) *The Golden Age of Capitalism*. Clarendon Press, p. 1-38, 1990.

Thaynara Regina Cordeiro de Oliveira

Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA.
E-mail: thaynaracordeiro09@gmail.com

RESUMO

Uma das liberdades que os cidadãos da União Europeia (UE) usufruem é a livre circulação de trabalhadores, que inclui os direitos de circulação e residência dos trabalhadores, o direito de entrada e de permanência dos membros da família e o direito de trabalhar noutro Estado Membro da UE e ser tratado da mesma forma que os nacionais desse Estado Membro. Em certos países, aplicam-se restrições a cidadãos de Estados Membros que tenham aderido recentemente à UE. Neste contexto é importante a presente abordagem a respeito da mobilidade da força de trabalho dentro da Zona do Euro, diante dos tratados, regulamentos e jurisprudência aplicados ao assunto, de forma que se tenha um parâmetro dessa mobilidade no atual contexto da União Europeia.

Palavras-chave: Força de trabalho; Trabalhadores; Livre circulação; Zona do Euro; Direito do Trabalhador.

ABSTRACT

One of the freedoms enjoyed by the citizens of the European Union is the free movement of workers, which includes the rights of movement and residence of workers, the right of entry and residence of family members and the right to work in another EU Member State And be treated in the same way as nationals of that Member State. In certain countries, restrictions apply to citizens of Member States who have recently joined the EU. In this context, it is important to approach the mobility of the workforce within the Eurozone, in view of the treaties, regulations and jurisprudence applied to the subject, so as to have a parameter of this mobility in the current context of the European Union.

Key words: Workforce; Workers; Free Movement; Eurozone; Right Workers.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o intuito de analisar a livre mobilidade da força de trabalho dentro da Zona do Euro. A livre circulação dos trabalhadores é fundada na livre mobilidade de fatores dentro da UE, e faz partes dos direitos fundamentais dos cidadãos da comunidade, o que confere ao assunto em pauta, demasiada atenção.

Sob as consequências da Segunda Guerra Mundial, o mundo foi dividido entre duas grandes potências que surgiam, os EUA e a URSS, já que os principais países da Europa, que antes eram as potências mundiais, agora se encontravam destruídos. Os EUA foram essenciais para a recuperação dos países alinhados da Europa, principalmente após a criação de organismos que tinham o intuito de oferecer ajuda para os países que se encontravam destrocados ao término da Segunda Guerra. Só após o fim da bipolaridade mundial que o bloco econômico europeu passaria por novas configurações. Então, pode-se dizer que o final da Segunda Guerra Mundial foi de grande estímulo para o renascimento dos ideais de integração da comunidade europeia.

Tendo em vista os diferentes níveis de integração econômica e política que um grupo de países pode alcançar, a comunidade europeia tem como objetivo a criação de um mercado interno comum baseado na livre mobilidade de fatores, e é a partir dessa livre mobilidade dos fatores que este trabalho abordará a livre mobilidade da mão de obra dentro da Zona do Euro.

A problemática que se propõe analisar é como a mobilidade da força de trabalho se dá diante do atual cenário da União Europeia em função da crise financeira que atingiu a área após 2008. Para tanto, parte-se do estudo da base jurídica que fomenta os direitos do trabalhador e a livre circulação dos mesmos dentro

da Zona do Euro.

A metodologia utilizada será bibliográfica, a partir da base jurídica como o Tratado da União Europeia (TUE) e o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), assim como Regulamentos a respeito da livre circulação dos trabalhadores e seguridade social. Além da análise de dados relativos ao assunto presentes na base de dados oficial da União Europeia, o Eurostat.¹

O presente artigo apresenta-se em duas seções, a primeira aborda a livre circulação dos trabalhadores assalariados e não assalariados, como uma das liberdades que os cidadãos europeus possuem, através da legislação aplicada ao tema. Já a segunda parte, abordará a questão da mobilidade desses trabalhadores dentro da UE após a crise financeira de 2008. Para isso, serão apresentados dados referentes ao emprego e desemprego, assim como dados que justifiquem essa mobilidade.

1. LIVRE CIRCULAÇÃO DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS E NÃO ASSALARIADOS: UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DAS LEGISLAÇÕES

Neste tópico serão abordados aspectos sobre a livre circulação, especificamente a de trabalhadores, através da abordagem dos Tratados e legislações, a fim de estabelecer uma análise sobre a mobilidade dos trabalhadores migrantes da União Europeia.

O art. 45 do TFUE apresenta a livre circulação dos trabalhadores como um direito dentro da União Europeia, abolindo qualquer discriminação em razão de nacionalidade, entre os trabalhadores dos Estados Membros, no que

¹ O Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat) é a organização estatística da Comissão Europeia que produz dados estatísticos para a União Europeia e promove a harmonização dos métodos estatísticos entre os estados membros.

diz respeito ao emprego, remuneração e as demais condições de trabalho.

A livre mobilidade de trabalhadores acarreta em direitos sociais e econômicos que são assegurados através do Regulamento 1612/68 e da Diretiva 90/365 de 28 de junho de 1990 que regulam o direito de entrada, residência e livre acesso ao emprego para o trabalhador assim como para seus dependentes.

Tais direitos implicam em igualdade de tratamento com os trabalhadores nacionais diante de seu exercício de trabalho. São garantidas idênticas condições de trabalho, salário, indenização após serem despedidas, vantagens fiscais, seguro social, também é garantido direito de ensino e formação profissional, acesso a habitação, afiliação sindical, entre outros direitos.

Quanto à seguridade social, todo Estado Membro possui seu próprio regime. A legislação garante que não haja discriminação entre trabalhadores nacionais e migrantes dentro de um mesmo Estado em relação aos benefícios sociais.

O art. 48 do TFUE assegura através do Parlamento e do Conselho, que serão tomadas todas as decisões que garantam aos beneficiários da livre circulação, assim como seus dependentes, a totalização de todos os períodos tomados em consideração pelas diversas legislações nacionais, tanto para fins de aquisição e manutenção do direito às prestações, como para o cálculo destas, assim como o pagamento das prestações aos residentes nos territórios dos Estados Membros.

Apesar da livre mobilidade de trabalhadores dentro da União Europeia ser assegurada através das legislações, existem limitações quanto a essa mobilidade, nos termos do art.45 do TFUE a livre circulação de trabalhadores não é aplicável aos empregos da administração pública, segurança pública (serviços exclusivos relacionados à indústria militar que pode por

em perigo a segurança nacional), saúde pública.

Existem outras possibilidades de limitações quanto à mobilidade de trabalhadores, o Tribunal de Justiça europeu define essas limitações como sendo requisitos obrigatórios, que eram utilizados para a livre circulação de mercadorias. Não basta ter uma lei que garanta tais direitos, tem que se ter em mente os hábitos comportamentais do próprio mercado de trabalho, que preza a contratação de trabalhadores nacionais, assim como a diferença de idiomas, que é um dos maiores entraves para quem não os tem.

Segundo Navarrete (2007, p.128), a colaboração existente entre os Estados Membros e a Comissão, nos chamados mecanismos de compensação de ofertas e demandas de emprego, tem efeitos limitados previsto no Regulamento 1612/68, onde diz que os serviços centrais de emprego dos Estados Membros cooperam estreitamente entre si e com a Comissão, com vista à realização de uma ação comum no domínio da compensação das ofertas e demandas de emprego na Comunidade e a colocação de trabalhadores daí resultantes².

As considerações feitas até agora abordaram a livre circulação dos trabalhadores assalariados. Iremos tratar a partir daqui a livre circulação dos trabalhadores não assalariados incluindo as pessoas físicas e jurídicas (trabalhadores autônomos e empresas).

É direito, tanto das pessoas físicas como das pessoas jurídicas, o estabelecimento e livre prestação de serviço dentro da União Europeia. Há entre ambas diferenças bem sutis quanto a isso. Navarrete (2007, p.131) aponta alguns aspectos que tratam dessas diferenças:

² Art. 13, parágrafo segundo: *Los servicios centrales de empleo de los Estados miembros cooperarán estrechamente entre sí y con la Comisión, con miras a conseguir una acción común en el campo de la compensación de las ofertas y demandas de empleo en la Comunidad y la colocación de trabajadores que de ello resulte.*

- a) A liberdade de estabelecimento permite que qualquer pessoa não assalariada possa abrir um estabelecimento em outro país membro diferente do seu; enquanto a prestação de serviço só será feita em outro país membro desde que este estabelecimento já exista em seu país de origem.
- b) A liberdade de estabelecimento envolve a transferência tanto de material quanto de pessoal para outro país membro, enquanto que a prestação de serviço só envolve transferência de pessoal.
- c) A diferença mais clara reside no campo temporal: a abertura de um estabelecimento em outro país não existe um tempo pré-fixado e se presta de forma continuada, enquanto a prestação de serviços é concebida como uma atividade ocasional.

O direito de estabelecimento é regulado pelos arts. 49º ao 55º do TFUE. O art. 49º³ reconhece como legal que a liberdade de estabelecimento compreende tanto o acesso às atividades não assalariadas e o seu exercício, como a constituição e a gestão de empresas e designadamente de sociedades.

O art. 55º do TFUE diz respeito ao tratamento que os Estados Membros concederão aos nacionais de outros Estados Membros no que diz respeito à participação financeira quanto ao capital das sociedades.

3 Art. 49º - No âmbito das disposições seguintes, são proibidas as restrições à liberdade de estabelecimento dos nacionais de um Estado Membro no território de outro Estado Membro. Esta proibição abrangerá igualmente as restrições à constituição de agências, sucursais ou filiais pelos nacionais de um Estado Membro estabelecidos no território de outro Estado Membro. A liberdade de estabelecimento compreende tanto o acesso às atividades não assalariadas e o seu exercício, como a constituição e a gestão de empresas e designadamente de sociedades, na acepção do segundo parágrafo do artigo 54.º, nas condições definidas na legislação do país de estabelecimento para os seus próprios nacionais, sem prejuízo do disposto no capítulo relativo aos capitais.

Existem dois tipos de restrições diretas quanto à liberdade de estabelecimento, elas se encontram no art. 51º do TFUE, a primeira refere-se a abertura de estabelecimentos ligados ao setor público e, a segunda, através do Parlamento e do Conselho excluem determinadas atividades do direito de estabelecimento.

O TFUE traz em seus arts. 56º ao 62º, a regulação sobre a livre circulação de serviços. São considerados prestações de serviços que são realizadas por pessoa física não assalariada, ou jurídica residente de um dos Estados Membros aos residentes de outros sócios da União Europeia, geralmente em troca de remuneração, esses serviços compreendem atividades de caráter industrial, comercial, artesanais e profissões liberais.

Quanto às pessoas físicas, o art. 56º do TFUE exige a nacionalidade de um Estado Membro e estar estabelecido em um Estado Membro para prestar seus serviços em outro.

A livre circulação de serviços implica que estes têm que possuir as mesmas condições que os nacionais e de acordo com a legislação que vigora no país em que será prestado o serviço.

Está explícito no art. 62º do TFUE que as limitações e exceções serão as mesmas aplicadas ao direito de estabelecimento e que os arts. 51º ao 54º do TFUE⁴ são aplicáveis a

4 Art. 51º As disposições do presente capítulo não são aplicáveis às atividades que, num Estado Membro, estejam ligadas, mesmo ocasionalmente, ao exercício da autoridade pública. O Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando de acordo com o processo legislativo ordinário, podem determinar que as disposições do presente capítulo não são aplicáveis a certas atividades.

Art. 52 1. As disposições do presente capítulo e as medidas tomadas em sua execução não prejudicam a aplicabilidade das disposições legislativas, regulamentares e administrativas, que prevejam um regime especial para os estrangeiros e sejam justificadas por razões de ordem pública, segurança pública e saúde pública. 2. O Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando de acordo com o processo legislativo ordinário, adotarão diretivas para a coordenação das citadas disposições.

Art. 53º 1. A fim de facilitar o acesso às atividades

ambos direitos.

Quanto aos profissionais liberais, Navarrete (2007, p.133) os define como aquelas pessoas que possuem uma graduação e que exerçam uma atividade de caráter não assalariado.

O Parlamento e o Conselho são responsáveis por adotar medidas quanto ao reconhecimento mútuo de diplomas, certificados e outros títulos, a fim de facilitar o acesso dos profissionais liberais na prestação de serviços e que tenham direito de estabelecimento na UE.

As empresas localizadas na UE, também possuem direito de estabelecimento e prestação de serviços na maioria das atividades econômicas reconhecidos, desde que estejam em conformidade com a legislação vigente de cada Estado Membro. Segundo o artigo 54º do TFUE:

As sociedades constituídas em conformidade com a legislação de um Estado-Membro e que tenham a sua sede social, administração central ou estabelecimento principal na União são, para efeitos do disposto no presente capítulo, equiparadas às pessoas singulares, nacionais dos Estados Membros. Por "sociedades" entendem-se as sociedades de direito civil ou comercial, incluindo as sociedades cooperativas, e as outras pessoas coletivas de direito público ou privado, com exceção das que não prossigam fins lucrativos. (TFUE, p. 92).

A legislação traz elementos essenciais

não assalariadas e ao seu exercício, o Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando de acordo com o processo legislativo ordinário, adotarão diretivas que visem o reconhecimento mútuo de diplomas, certificados e outros títulos, bem como a coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativos dos Estados Membros respeitantes ao acesso às atividades não assalariadas e ao seu exercício.

2. No que diz respeito às profissões médicas, paramédicas e farmacêuticas, a eliminação progressiva das restrições dependerá da coordenação das respectivas condições de exercício nos diversos Estados-Membros.

para reger as Sociedades Anônimas Europeias (SAE) e as Sociedades Cooperativas Europeias (SCE)⁵. O estatuto que rege as SAE prevê quatro formas distintas para a criação de Sociedades Anônimas: através de fusão, através da criação de uma sociedade por carteira, através da criação de uma filial comum ou pela transformação da SAE em uma sociedade anônima nacional. Já o estatuto que rege as SCE tem por objetivo facilitar sua constituição e sua transnacionalização, além de garantir os direitos de consulta, informação e participação dos trabalhadores.

A partir da breve análise feita nesta seção dos tratados que regem a livre circulação dos trabalhadores dentro da União Europeia, será tratado próximo tópico a mobilidade da força de trabalho através dos dados coletados no Eurostat.

2. MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO ANALISADA NO ATUAL CENÁRIO ECONÔMICO DENTRO DA ZONA DO EURO

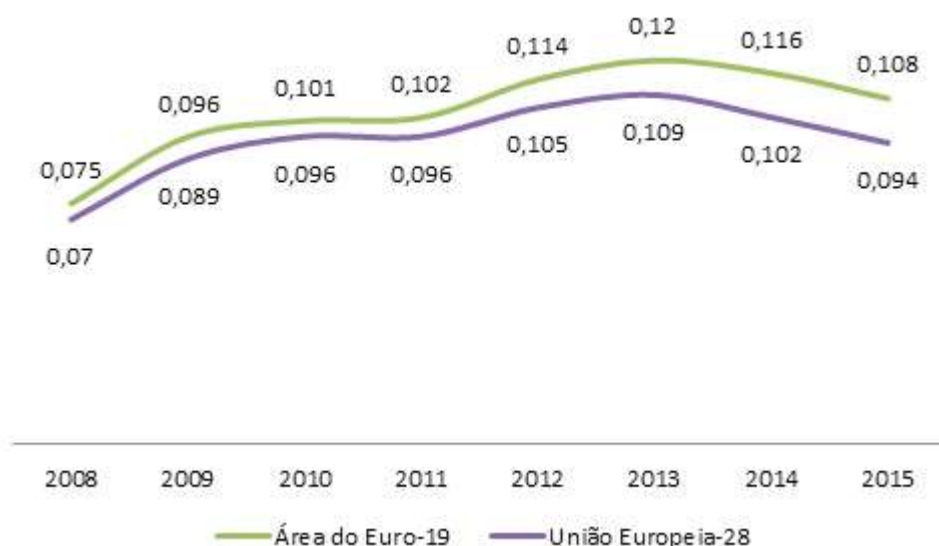
A crise financeira de 2008 e consequentemente a recessão que se seguiu, aumentou de forma significativa a incerteza quanto às perspectivas de emprego. Segundo dados do Eurostat, a taxa de desemprego da UE28 referente a pessoas com idades entre 15 anos ou mais analisada através do NUTS 2⁶, em 2008 5 A SAE foi criada pelo tratado de Amsterdã e seu estatuto é regido pelo Regulamento do Conselho (CE) 2157/2001 e complementado pela Diretiva do Conselho 2001/86/CE de 8 de outubro de do mesmo ano. Ambas normas entraram em vigor em 2004. Já as SCE tem seu estatuto regido pelo ;regulamento (CE) 1435/2003 do Conselho de 22 de Julho de 2003 e pela Diretiva 2003/72/CE do Conselho de 22 de Julho de 2003.

6 A nomenclatura NUTS (Nomenclatura das unidades territoriais estatísticas) é um sistema hierárquico de repartição do território económico da UE, para efeitos de recolhimento, desenvolvimento e harmonização das estatísticas regionais europeias. São feitas análises socioeconômicas das regiões NUTS 1(principais regiões socioeconômicas); NUTS 2 (regiões de base para a aplicação das políticas regionais); NUTS 3 (regiões pequenas para diagnósticos específicos).

estava em 7%, em 2012 foi para 10,50% e em 2015 passou para 9,4%. Já a taxa de desemprego na Área do Euro19, em 2008 foi de 7,5%,

em 2013 chegou a 12% e caiu para 10,8% em 2015, como apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 1- Comparação das taxas de desemprego entre a Área do Euro19 e a União Europeia28



Fonte: Elaborado pela autora com dados da base Eurostat.

Nos Estados Membros da EU28, as taxas de emprego em 2008, atingiram valores com magnitude de 75%, a 79% na Letônia, na Estônia, nos Países Baixos e na Dinamarca com pico 80,4% na Suécia. Em 2012, os valores chegaram a taxas de 74% a 76% na Finlândia, na Dinamarca, na Alemanha e países Baixos, com pico de 79,4% na Suécia. Em 2015, esses valores ficaram entre 74% e 78% em países como a República Checa, a Dinamarca, os Países Baixos, a Alemanha e com pico de 80,5% na Suécia. Esses dados são vistos no gráfico 2.

Após essa análise, percebe-se que as taxas de emprego permaneceram constantes mesmo após a crise e sua posterior recessão. O mesmo acontece quando analisamos a Área do Euro19, as taxas de emprego referente a pessoas com idades entre 15 anos ou mais velho, analisados através do NUTS 2, tirando o ano de 2008 onde a taxa de emprego era de 52,8%,

nos demais anos analisados, essas taxas permanecem constantes, como podemos observar no quadro 1.

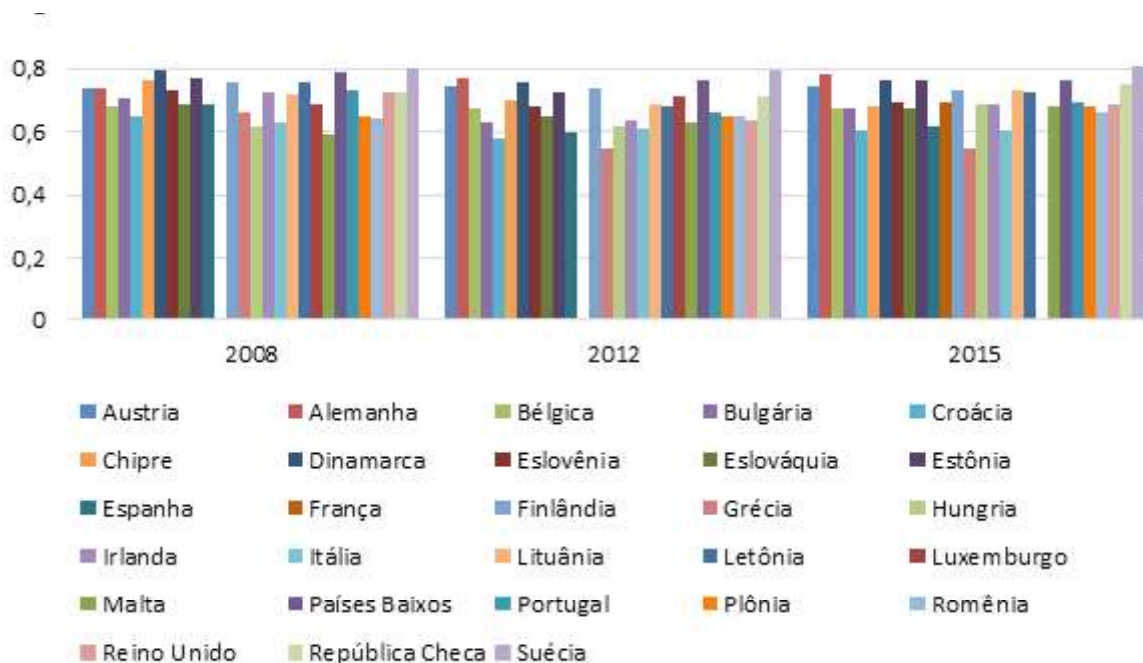
Quadro 1 - Taxas de emprego referente a pessoas com idades entre 15 anos ou mais velho, analisados através do NUTS 2

2008	52,80%
2009	51,50%
2010	51,10%
2011	51,00%
2012	50,60%
2013	50,10%
2014	50,30%
2015	50,60%

Fonte: Elaborado pela autora com dados da base Eurostat

Diante de um cenário aonde as taxas de desemprego chegaram a 12% na Área do

Gráfico 2 - Taxa de emprego dentro da União Europeia28, faixa etária de 20 - 64 anos.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da base Eurostat.

Euro após a crise financeira de 2008, os trabalhadores europeus que se encontram desempregados em um determinado Estado Membro se veem obrigados a procurar emprego em outros Estados Membros da União Europeia.

O quadro abaixo apresenta alguns dados do Eurostat que mostram a distribuição percentual da migração de mão de obra e da principal razão dessa migração que é o desemprego no Estado de origem dos trabalhadores em 2008, na União Europeia.

Quadro 2 - Distribuição percentual da principal razão da migração, por país de nascimento, sexo e idade. (% do total de migrantes) ⁷

PAÍS	2008
Bélgica	11
Alemanha (Até 1990 antigo território da RFA)	:

⁷ Foram os 27 países da União Europeia, com exceção do país declarante. A razão da migração foi trabalho, pois não se encontrou emprego antes da migração.

Irlanda	40
Grécia	47
Espanha	41
França	26
Itália	42
Chipre	21
Lituânia	:
Luxemburgo	9
Holanda	6
Áustria	18
Portugal	28
Suécia	10
Reino Unido	34
Noruega	13
Suíça	14

Fonte: Elaborado pela autora com dados da base Eurostat, (:) dados não disponíveis

Esse quadro apresenta os principais países de onde saíram mão de obra para outros Estados Membros no ano em que a crise acon-

teceu. Observamos então que o país que mais teve mão de obra destinada a outros países da União Europeia foi a Grécia com 47% de desempregados a procura de emprego em outro lugar da Europa, seguido pela Itália com 42%, Espanha com 41% e França com 40%.

O quadro 3 apresenta dados do Eurostat que mostram a taxa de emprego da primeira geração de imigrantes e a principal causa da migração que é o desemprego no Estado de origem dos trabalhadores em 2014, na União Europeia.

Quadro 3 - Taxa de emprego da primeira geração de imigrantes por sexo, idade, anos de residência e motivo da migração⁸

GEO/RAZÃO	Trabalho, não se encontrou emprego antes da migração
Polônia	92,2
Reino Unido	85,9
República Checa	84,3
Suíça	82,1
Finlândia	80,2
Hungria	79,8
Alemanha (Até 1990 antigo território da RFA)	76,0
Luxemburgo	76,0
Noruega	74,6
Itália	74,5
Estônia	73,0
França	72,7
Chipre	71,5
Portugal	69,4
Bélgica	67,1
Áustria	66,4
Suécia	64,4
Espanha	63,2
Grécia	61,5
Eslovênia	60,5
Croácia	53,1
Bulgária	:

⁸ O motivo da imigração foi o trabalho, pois não se encontrou emprego antes da migração, no local de origem.

Letônia	:
Lituânia	:
Malta	:
Romênia	:
Eslováquia	:

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da base Eurostat. (:) dados não disponíveis

Através do Quadro 3, observamos que os países que mais empregaram após migrações de mão de obra devido a crise de 2008 foram a Polônia com 92,2% de empregos gerados, seguido do Reino Unido com 85,9% e a República Checa com 84,3%. Sendo os países que tiveram as taxas mais baixas de emprego foram a Grécia com 61,5%, a Eslovênia com 60,5% e a Croácia com 53,1%, esses países sofreram um impacto maior da crise, logo a maioria dos trabalhadores teve a necessidade de procurar emprego em outros Estados Membros da União Europeia.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo analisar o comportamento da mobilidade da mão de obra dentro da Zona do Euro.

Constatou-se através dos dados analisados, que após a crise iniciada em 2007, as taxas de desemprego dos países a União Europeia, que estavam em 7% em 2008, mantiveram uma trajetória ascendente e chegaram a um patamar de 10,5% em 2012, caracterizando o período de recessão de quatro anos seguidos. Essa taxa de desemprego só começou a diminuir em 2015, quando alcançou 9,4%.

Mesmo com uma queda de 1,1% nas taxas de desemprego, após 2015, os trabalhadores da Zona do Euro tiveram muita dificuldade de arranjar emprego em seu Estado de origem, logo, pudemos observar que os países onde a crise teve um maior impacto foram os que tiveram as menores taxas de emprego e

de onde mais se observa o deslocamento de trabalhadores para outros Estados Membros da Zona do Euro.

A partir desse deslocamento de mão de obra para outros Estados Membros, pôde-se observar que os países que mais empregaram após a crise e o período de recessão, foram aqueles que menos sofreram as consequências da crise. Assim, destaca-se como exemplo, o caso da Polônia que chegou a ter uma taxa de emprego de 92%, seguido pelo Reino Unido com uma taxa de emprego de 85,9%. Em contrapartida, os países mais atingidos pela crise, foram os que tiveram uma maior evasão de mão de obra para outros Estados Membros e conseqüentemente, os que menos empregaram como, por exemplo, podemos citar a Grécia com uma taxa de emprego de 61,5%, a Espanha com 63,2%, e a Croácia com 53,1%.

Observa-se, portanto que as conseqüências mais visíveis do período de recessão subsequente à crise financeira eclodida em 2007/08 e seguida da crise das dívidas soberanas, foram a perda de empregos e o deslocamento de seus trabalhadores para outros países em busca de atividade remunerada.

Longe de esgotar o assunto, este artigo mostra a importância que a legislação europeia que protege a mobilidade dos trabalhadores entre as fronteiras dos países membros do bloco, ajudou, de alguma forma, a aliviar o efeito negativo da crise, permitindo a realocação da mão de obra e a conseqüentemente, levando a um pequeno grau de desoneração dos Estados relação às políticas sociais necessárias a salvaguardar as condições de vida da população que, caso não tivesse a possibilidade de migrar, permaneceria sem emprego.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COIMBRA, Rodrigo; WITTCKIND, Ellara Valenti-
ni. *A livre circulação de trabalhadores e a não
discriminação ao migrante na União Europeia:*
digressões acerca da fraternidade e do reco-
nhecimento nas relações de trabalho. Londrina:
Scientia Iuris, v. 20, n. 1, abr. 2016.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. *Versões con-
solidadas do Tratado da União Europeia e do
Tratado sobre o Funcionamento da União Eu-
ropeia e Carta dos Direitos Fundamentais da
União Europeia.* Bruxelas: Rev.8, 2015.

EUROSTAT. *Distribuição percentual da principal
razão da migração, por país de nascimento,
sexo e idade.* Disponível em <[http://
appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.
do?dataset=lfso_08resr&lang=en](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=lfso_08resr&lang=en)>. Acesso em
06 fev. 2017.

EUROSTAT. *Emprego e Desemprego (LSF): Es-
tatísticas ilustradas.* Disponível em <[http://
ec.europa.eu/eurostat/web/lfis/statistics-illus-
trated](http://ec.europa.eu/eurostat/web/lfis/statistics-illustrated)>. Acesso em 06 fev. 2017.

EUROSTAT. *Taxa de Emprego por sexo,
idade e idade (grupo 20-64).* Disponível em
<[http://ec.europa.eu/eurostat/web/products-
datasets/-/t2020_10&lang=en](http://ec.europa.eu/eurostat/web/products-datasets/-/t2020_10&lang=en)>. Acesso em 06
fev. 2017.

NAVARRETE, Donato Fernández. *Fundamen-
tos Económicos de La Unión Europea.* Madrid
(ESP): Thomson, 2007.

**Artigo submetido em abril de 2017 e
aprovado em novembro de 2017.**

O TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO E A PRODUÇÃO CAPITALISTA: UM DEBATE NA NEW LEFT REVIEW

Isabella Oliveira Mendes

Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. E-mail: bella.om@gmail.com.

Resumo

O debate sobre o trabalho doméstico ganhou força no campo marxista durante a década de 1970, na esteira do ressurgimento dos movimentos organizados de mulheres por direitos no mundo capitalista central. O trabalho que aqui se apresenta revisitou esse debate a partir da exposição e análise da interlocução, em uma sequência de artigos, entre Wally Seccombe (1974; 1975) e Coulson et al (1975) nas páginas do periódico britânico *New Left Review* em torno da criação de valor pelo trabalho doméstico não remunerado. Consideram-se as posições defendidas por esses autores como representativas de um contraponto de posições recorrente em diversos momentos do debate sobre trabalho doméstico como um todo. Recorre-se por fim a Miles (1983), Rubin (1993) para compreender, a partir desses exemplos, as limitações dos termos em que foi travado o debate e seus possíveis desdobramentos.

Palavras-chave: marxismo, trabalho doméstico, valor, feminismo marxista.

Abstract

The marxist domestic labour debate took place in the 1970s following the rise of the women's liberation movement in central capitalism. The present article revisited this debate through the analysis of the different points of view presented in the sequence of articles by Seccombe (1974; 1975) and Coulson et al. published in the british journal *New Left Review* on the creation of value by unpaid domestic labour. The presented standpoints are considered to be representative of recurring oppositions that are identifiable throughout the whole domestic labour debate. Miles (1983), Rubin (1993), are referred to in the analysis as providing a good framework to understand the limits of the terms in which occurred the debate.

Keywords: marxism, domestic labour, value, marxist feminism.

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre o trabalho doméstico ganhou força na década de 1970, na esteira do ressurgimento dos movimentos organizados de mulheres por direitos no mundo capitalista avançado. Nesses países, durante o período pós-guerra o afluxo de mulheres casadas¹ ao mercado de trabalho foi rápido e crescente, acirrando e trazendo ao debate público as contradições das relações sociais de sexo inter e intraclasse, no mercado de trabalho e no interior dos lares. O que seria posteriormente chamado de segunda onda do movimento feminista, que havia tomado corpo na década anterior, foi marcado pela organização de mulheres em movimentos feministas, sindicatos, partidos políticos e no movimento estudantil, e tinha entre suas reivindicações centrais aquelas relativas ao mundo do trabalho: a igualdade salarial no mercado de trabalho, a denúncia da sobrecarga das mulheres com a responsabilidade integral pelo trabalho doméstico, o reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho e a reivindicação de salários em troca de sua realização, além de pautas como direitos reprodutivos, serviços de saúde direcionados a mulheres, entre outras.

Concomitantemente, as décadas de 1960 e 1970 também foram um período de avanço nas formulações teóricas feministas e diferenciação dos 'feminismos' em correntes de pensamento mais claramente delineadas. Tornaram-se patentes, com o ganho de relevância

¹ Segundo Secombe (1975), a taxa de participação das mulheres solteiras na força de trabalho teria ficado estável ao longo dos primeiros três quartos do séc. XX nos países capitalistas centrais. Até meados do século, essas mulheres trabalhavam fora do lar para viver até o casamento, quando deixavam os empregos. A grande mudança econômica e cultural responsável pela "invasão" das mulheres no mercado de trabalho no pós-guerra foi, portanto, resultado de pressões econômicas e transformações nos padrões culturais dentro e fora dos lares no que se refere às mulheres casadas.

e magnitude do proletariado feminino, os conflitos de interesses em diversos campos de reivindicações como expressões, no interior dos movimentos feminista e operário, de relações sociais antagônicas - entre mulheres feministas, como conflitos de classe e raça, e entre homens e mulheres da classe trabalhadora como conflitos de sexo. Para o marxismo, a força e visibilidade que ganhava a luta das mulheres, tanto em novos quanto em tradicionais espaços de construção política lançaram luz renovada à questão da reprodução da força de trabalho sob o capitalismo.

O trabalho doméstico, especificamente, foi objeto de intenso debate entre marxistas no esforço de compreensão do papel econômico da mulher como trabalhadora doméstica e da família dentro da ordem produtiva capitalista. Havia consenso em torno do fato de que a realização de trabalho doméstico, responsável pela produção de valores de uso de consumo direto dos trabalhadores, era necessária à reprodução da força de trabalho (HIMMELWEIT, 2001). Segundo Himmelweit (2001), a discussão teria se iniciado a partir da reivindicação, por setores do movimento feminista, de salários para o trabalho doméstico. Essa reivindicação teria se baseado no argumento de que o trabalho doméstico seria um trabalho como outro, no sistema capitalista, porque participava da produção da mercadoria força de trabalho. A pauta, polêmica, teria gerado intensos debates em pelo menos duas ordens interrelacionadas: a primeira seria estratégica, a partir da ponderação de que a reivindicação de salários para o trabalho doméstico poderia levar simplesmente à reafirmação do lugar da mulher no lar, re-institucionalizando seu afastamento do espaço público. A segunda ordem, teórica: se de fato as relações de produção de valores de uso dentro do lar seriam de alguma forma comparáveis à produção de mercadorias sob relações de pro-

dução capitalistas. O que estava em questão, para marxistas e para os movimentos operários e de mulheres, era a base material na origem de uma unidade estratégica para as lutas de ambos os movimentos (COULSON et al, p. 60).

Chama a atenção que essa tentativa de compreensão da situação da mulher no sistema capitalista tenha colocado em questão categorias e conceitos basilares do pensamento marxista: os conceitos de trabalho, de valor, a validade do conceito tradicional de modo de produção, a teoria da exploração, entre outros. O presente trabalho tem por objetivo lançar luz sobre os limites que se colocaram às tentativas de compreensão do trabalho doméstico no modo de produção capitalista a partir do marxismo e se concentra em uma interlocução entre artigos publicados no periódico *New Left Review* entre 1974 e 1975, a partir da publicação, por Wally Seccombe, de uma análise do papel econômico da dona de casa no modo capitalista de produção. Seu artigo gerou duas respostas de marxistas feministas - um artigo por Margaret Coulson, Branka Magaš e Hilary Wainwright e um por Jean Gardiner - e uma réplica do primeiro autor, em números seguintes do mesmo periódico². Considera-se que esses textos apresentam um contraponto de duas posições típicas ao longo do todo o debate: uma mais conservadora, que compreende a exploração das mulheres como um capítulo da exploração

2 Essa sequência de artigos foi escolhida para análise pelos seguintes motivos: a) a relevância do periódico dentro do meio marxista, congregando parte significativa da intelectualidade do campo entre seus leitores e colaboradores; b) a disponibilidade de seu arquivo *online*, viabilizando o acesso às publicações em tempo hábil; c) por ter havido a interlocução explícita entre os envolvidos, facilitando a identificação dos principais pontos do debate. A ênfase nesta análise recairá sobre a questão do papel da família e da mulher na produção de valor e na reprodução material do sistema capitalista. Por limitações de espaço, este trabalho se concentrará na interlocução entre Wally Seccombe e Coulson, Magaš e Wainwright, não tratando diretamente da resposta de Jean Gardiner ao artigo de Seccombe, publicada no mesmo número.

do trabalho pelo capital; a outra que se propõe a analisar as relações sociais entre os sexos como uma estrutura independente do capital.

Este trabalho está estruturado em três seções, além desta introdução: uma expõe os principais argumentos apresentados em cada texto analisado, uma de considerações sobre o debate a partir de referências pertinentes e uma terceira de considerações finais.

2. O DEBATE NA NEW LEFT REVIEW

2.1 Wally Seccombe: "The housewife and her labour under capitalism"

New Left Review n. 83, 1974.

Wally Seccombe se propõe, em seu texto, a compreender o papel econômico da dona de casa (*housewife*) - ou seja, daquela trabalhadora responsável pelo trabalho doméstico no interior dos lares sem vender sua força de trabalho no mercado - a partir do esquema teórico apresentado por Marx em *O Capital* para a economia capitalista. Isso seria possível, segundo o autor, porque em Marx o consumo de meios de subsistência pelo trabalhador e a reprodução da força de trabalho foram considerados partes do mesmo processo (SECCOMBE, 1974, p. 4). O fetiche da forma salário, que em Marx serve para obscurecer a extração de mais-valia do trabalhador pelo capitalista, para Seccombe teria ainda um segundo nível, mais profundo: obscurecer a relação do trabalho doméstico com o capital que se dá durante a reprodução da força de trabalho. Isso só seria possível porque existe, no modo capitalista de produção, uma separação entre a unidade doméstica e a unidade industrial e a dona de casa não mantém relação direta com o capital (SECCOMBE, 1974, p. 7).

O valor da força de trabalho, assim como o de qualquer mercadoria, é correspon-

dente ao tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção. Habitualmente, considera-se que este, por sua vez, corresponderia ao valor dos bens necessários à subsistência do trabalhador industrial e de sua família, comprados no mercado com seu salário. Seccombe não nega que o valor desses bens componha o valor da força de trabalho. Argumenta, entretanto, que quando se considera que o valor da força de trabalho corresponde apenas ao valor desses bens, parte do tempo de trabalho necessário à reprodução é desconsiderado: o trabalho de processamento desses bens (cozinhar alimentos, lavar roupas, limpeza da casa, etc.), que pode ser realizado tanto pela dona de casa quanto pelo próprio trabalhador, em trabalho adicional ao seu trabalho industrial.

Produz valor todo trabalho que produz mercadoria, seja ela tangível ou não. Para Seccombe, esse trabalho adicional realizado no interior dos lares se cristalizaria na mercadoria força de trabalho a ser vendida no mercado, produzindo, portanto, valor. O fato de esse trabalho ser realizado em espaço privado, ou seja, sem possibilidade de socialização, seria irrelevante: como outros trabalhos realizados fora de relações capitalistas de produção, o fato de ter seu produto vendido em um mercado capitalista abstrairia suas origens e daria a esse trabalho a característica de trabalho humano abstrato³. Assim, o trabalho doméstico no capitalismo seria caracterizado por uma dualidade específica: apesar de produzir mercadoria, não tem relação com o capital, portanto, não seria regido pela lei do valor e não poderia produzir mais-valia (SECCOMBE, 1974, p. 9).

Como no caso de outros trabalhado-

³ "In the production of commodities, the specific social character of private labour carried on independently consists in the equality of every kind of that labour by virtue of its being human labour which character, therefore assumes in the product, the form of value(...)" Marx, K. *Capital, I*, p. 79 *apud* Seccombe (1974, p. 9).

res improdutivos, argumenta, seria compatível com o esquema marxiano que o valor do trabalho doméstico fosse correspondente ao tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho da própria dona de casa. Assim, *ao trabalho da dona de casa corresponderia uma parcela do salário do trabalhador homem* ganho sob relações de produção capitalistas. A segunda dimensão do fetiche da forma salário, portanto, seria que o salário, que em geral é interpretado como pagamento por força de trabalho, na realidade seria pagamento pelo trabalho doméstico: a força de trabalho, mercadoria como qualquer outra, nada mais seria do que trabalho passado cristalizado (trabalho doméstico) comprado por seu valor de uso (capacidade de produzir valor). Sendo o trabalho cristalizado na mercadoria força de trabalho, estaria no trabalho doméstico, de fato, a origem da mais-valia; a exclusão da dona de casa das relações salariais diretas é o que permitiria o obscurecimento dessa relação vital entre trabalho reprodutivo e capital, permitindo sua inexistência nos esquemas analíticos que tratam do capital (SECCOMBE, 1974, pp. 12-13).

Uma consequência importante da separação do lar dos meios de produção capitalistas teria sido a desigualdade do desenvolvimento relativo das forças produtivas no lar e na indústria. Estando apartado do capital por estar no espaço privado, todo trabalho realizado na unidade doméstica está fora da regência da lei do valor e, portanto, não teria as condições proporcionadas pela competição capitalista para passar por sucessivas inovações técnicas e organizacionais que trariam ganhos de produtividade no mesmo ritmo daquele trabalho executado sob relações capitalistas de produção. Não tendo relação direta com o capital, não teria havido interesse em seu aumento de produtividade para além da via da introdução de bens de consumo de massa poupadores de

trabalho. Esse fato teria tido algumas consequências importantes para a compreensão da família no capitalismo avançado (SECCOMBE, 1974, pp.17-18):

1. A progressiva erosão da “autonomia e vitalidade da unidade doméstica” com a socialização de todos os tipos de trabalho que pudessem ser aprimorados (a exemplo de parte importante da educação/treinamento da força de trabalho), reduzindo o papel da família na ordem social e esvaziando-a de sentido.
2. Aumento da desigualdade na capacidade técnica entre homens (operários) e mulheres (donas de casa).
3. Progressivo aumento da insuficiência material da unidade doméstica, tornando-a cada vez mais subordinada à formação capitalista.

Sintoma da perda de sentido social da família seriam, segundo o autor, os frequentes diagnósticos de “crise na família” no debate público e o manifesto aumento da insatisfação das donas de casa com sua própria situação. Essa insatisfação, entretanto, ainda não teria encontrado formas viáveis de organização dessas mulheres para a luta social. A separação das esferas pública/privada (masculina/feminina), sendo o mundo público tomado como o mundo das relações reificadas e o privado como mundo das relações pessoais e extra-econômicas, seria atribuído ao mundo privado (às mulheres) o papel de absorver tensões geradas pela vida pública e da luta de classes. O isolamento da dona de casa no lar dificultaria ainda que ela percebesse sua condição de opressão como membro “não trabalhador” da classe trabalhadora. A dependência do salário do único membro da família que vende sua força de trabalho exigiria maior flexibilidade de sua própria capacidade de trabalho, levando frequentemente à

auto-negação e que a ela seja a que faça sacrifícios para assegurar a saúde do trabalhador e a sobrevivência dos filhos (futuros trabalhadores) (SECCOMBE, 1974, p. 19).

Dessa forma, sendo todas as suas relações com o capital mediadas pelo marido, é em sua relação com ele que surgem os conflitos que, na realidade, seriam, segundo o autor, conflitos de classe. Ao reconhecer em seus maridos e nas pessoas do sexo masculino a origem da sua opressão, as mulheres estariam confundindo um conflito com o capital com um conflito pessoal, concentrando erroneamente suas capacidade de organização e luta; para Seccombe, a única saída real para as mulheres seria a libertação do enclausuramento no espaço privado, engajando-se diretamente na produção social e integrando a organização de trabalhadores ao lado dos homens. Isso as colocaria diretamente na arena de disputa política e levaria inclusive a uma divisão mais igualitária do trabalho no interior dos lares (SECCOMBE, 1974, pp. 20-22).

2.2 Margaret Coulson, Branka Magaš e Hillary Wainwright: “The housewife and her labour under capitalism’ – a Critique” *New Left Review* n. 89, 1975.

O artigo publicado por Coulson, Magaš e Wainwright é uma resposta crítica aos pontos aqui expostos do texto de Seccombe. A principal crítica das autoras a Seccombe é de ordem política: o autor teria oferecido ferramentas para o enquadramento teórico do trabalho doméstico na ordem produtiva capitalista sem se aproximar da discussão essencial: a opressão da mulher, sujeito sexuado realizador desse trabalho. Argumentam ainda que seria contraditório que o trabalho doméstico produzisse valor sem estar submetido à lei do valor e, além disso, assinalam que o papel central das mu-

lheres para a dinâmica capitalista contemporânea seria não o seu papel como donas de casa, mas sua dupla função como donas de casa e como trabalhadoras assalariadas (COULSON *et al.*, p. 60).

O erro teria sido identificar a categoria “mulher” à “dona de casa”, tendo sido incapaz de articular as duas esferas do trabalho feminino – doméstico e sob relações capitalistas – coerentemente, identificando que os sujeitos responsáveis pelo trabalho doméstico acumulam, e não substituem, esse trabalho com o trabalho assalariado (COULSON *et al.*, p. 60). Teria sido ainda incapaz de explicar a divisão trabalho entre o sexos mesmo no trabalho assalariado ou por que, mesmo após as mulheres ocuparem postos de trabalho no mercado capitalista, os conflitos sociais de sexo não deixaram de existir, pelo contrário: o acelerado desenvolvimento das forças produtivas no pós-guerra só produziram mais manifestações de revolta nas mulheres - o florescimento do movimento feminista na década de 1960, a disputa por espaço no movimento sindical e a organização de mulheres trabalhadoras em torno de pautas próprias.

Segundo as autoras, nenhuma dessas questões encontra explicação na análise de Secombe justamente em razão de sua proposição central: a caracterização do trabalho doméstico como trabalho criador de valor, colocando a opressão feminina como simplesmente uma camada adicional da exploração capitalista (COULSON *et al.*, p. 60). Elas argumentam que o trabalho doméstico não cria valor pelos seguintes motivos:

1. O produto imediato do trabalho doméstico seriam valores de uso para consumo, e não a mercadoria força de trabalho diretamente (conforme argumenta Secombe) ou qualquer mercadoria direcionada para o mercado (COULSON *et al.*, p. 62).
2. Como a dona de casa não vende sua força de trabalho no mercado, seria inadequada a sua comparação com um trabalhador improdutivo qualquer para argumentar que ela também produz valor.
3. O trabalho doméstico de fato contribuiria para a produção da mercadoria força de trabalho do trabalhador. O que mediaría a relação desse trabalho com o restante do produto social, entretanto, seria o contrato de casamento e não mercado, não podendo as condições privadas de sua produção, portanto, serem abstraídas. Só a troca no mercado, em uma economia capitalista, teria a capacidade de permitir a equivalência entre diversos tipos de trabalho concreto em trabalho abstrato (COULSON *et al.*, p. 63).

Dessa forma, o conceito de ‘trabalho abstrato’ não poderia se aplicar ao trabalho doméstico e ainda “(...) it is this aspect which gives it its *specific privatized character and which provides a material basis for the relative autonomy of women’s oppression from the central axis of capitalist exploitation*”. (COULSON *et al.*, p. 63. Grifos meus). Ou seja: a opressão feminina teria raízes outras que não a exploração capitalista, e suas especificidades só podem ser compreendidas, de acordo com as autoras, fora do arcabouço da teoria do valor trabalho; dessa forma, uma análise estrutural do trabalho doméstico no capitalismo, com alto nível de abstração, conforme propõe Secombe, seria impossível. Em seu lugar, propõem-se a compreender a especificidade do casamento burguês - isto é, do contrato de casamento sob o capitalismo -, a natureza de sua estabilidade (COULSON *et al.*, p. 65) e os impactos da lei do valor sobre a organização do trabalho do-

méstico.

Coulson *et al.* (p. 66) concordam que o desenvolvimento do modo de produção capitalista teria progressivamente esvaziado a família de sentido. Em sociedades pré-capitalistas, a família era uma unidade produtiva e a mulher criadora de excedente produtivo cuja troca seria mediada pelas relações conjugais ou de parentesco. Segundo as autoras, nesse momento o trabalho feminino era tomado como complemento necessário do trabalho masculino, ainda que inferior. O avanço do mercado sobre as diversas relações sociais teria tirado da unidade familiar todo aquele trabalho capaz de gerar excedente, o que teria comprometido o sentido e a estabilidade do contrato de casamento: "the marriage contract, previously based on the solid foundation of material production, has in conjunction with other capitalist relations become 'voluntary' and therefore less stable" (p. 66).

Se não diretamente subordinado a ela, o trabalho doméstico está sujeito a efeitos indiretos da lei do valor. Ao longo da história do modo de produção capitalista as autoras identificam três fatores primordiais de impacto disruptivo da lei do valor sobre a organização do trabalho doméstico: o primeiro e mais evidente seria o suprimento de trabalhadoras para a produção capitalista em momentos de expansão e sua reabsorção nos momentos de desaceleração. Para as mulheres, esse fator teria consequências fundamentais: possibilitar sua independência econômica e o rompimento de seu isolamento no espaço doméstico, levando a sua organização nos movimentos sindical e feminista. Assim, os movimentos de mulheres e o engajamento feminino na luta sindical seriam reflexos dessas tensões geradas pela lei do valor em relações sociais não capitalistas - aquelas mediadas pelo contrato de casamen-

to (COULSON *et al.*, p. 67). Como Seccombe não considera a dupla jornada feminina, esse impacto não está presente em sua análise.

O segundo, único levado em conta na análise de Seccombe seria o surgimento de novas tecnologias no ambiente doméstico, por meio da massificação do consumo de eletrodomésticos. Esse fator teria contribuído para a racionalização do trabalho doméstico e liberado tempo para as trabalhadoras se engajarem no trabalho remunerado e na construção política, favorecendo o florescimento do movimento feminista e a disputa feminina pelo movimento sindical (COULSON *et al.*, p. 67).

O terceiro fator, de crucial importância, teria sido o impacto sobre o escopo e intensidade do trabalho doméstico por meio da socialização de funções tradicionais da dona de casa através de empresas capitalistas ou pelo Estado. Esse fator tem duas consequências importantes: libera mulheres de tarefas no interior dos lares ao mesmo tempo em que demandam mão-de-obra feminina no mercado de trabalho. Essa combinação favorece a apropriação feminina do espaço público e o engajamento político dessa população. A organização feminina em torno de pautas trabalhistas próprias levou a conquistas como, por exemplo, legislação garantindo equiparação salarial com os homens desempenhando a mesma função em diversos países a partir de 1970 (COULSON *et al.*, p. 68).

Coulson *et. al* procuraram demonstrar, em seu texto, que a mera inserção das mulheres no mercado de trabalho é condição necessária, mas não suficiente para que se alcance a emancipação feminina e o fim da divisão sexual do trabalho. Estaria na socialização do trabalho doméstico a chave para o florescimento da luta social por direitos das mulheres e apenas um programa socialista que tenha este entre seus

objetivos seria capaz de libertá-las de sua “es-cavidão doméstica” e possibilitar uma “coor-denação harmoniosa da produção e consumo”. Defendem que a libertação feminina deve ser, portanto, uma pauta estratégica da classe tra-balhadora e um pré-requisito para um verda-deiro socialismo (COULSON *et al.*, p. 69)

A análise de Wally Seccombe teria sido, portanto, demasiado simplista ao concluir que o problema da opressão feminina era simples resultado de seu enclausuramento lar. A opres-são feminina teria raízes diversas e deve ser compreendida independentemente da opres-são de classe, para que a integração analítica e estratégica entre classe e sexo seja feita pos-teriormente de maneira adequada. Dessa for-ma, a organização autônoma das mulheres por suas próprias pautas seria pré-condição para o avanço das lutas sociais.

2.3 Wally Seccombe: “Domestic Labour: reply to critics”

New Left Review n. 94, 1975

O segundo texto de Seccombe é uma réplica às críticas colocadas por Coulson *et al.* ao seu primeiro artigo. Considera positiva a ên-fase dada pelas autoras à relação entre a li-bertação feminina e a revolução socialista e à dupla jornada de trabalho das mulheres. Trata, nesse segundo texto, do principal tema desen-volvido por elas: os impactos diretos da lei do valor sobre o trabalho doméstico.

Na primeira seção do artigo, dedica-se a refutar os argumentos de Coulson *et al.* de-fendendo que o trabalho doméstico não criaria valor. Apresentam-se aqui as respectivas res-postas aos pontos apresentados anteriormente neste trabalho (SECCOMBE, 1975, p. 87):

1. A maior parte dos trabalhos, segundo Seccombe, não criaria mercadorias di-

retamente, mas valores de uso. O im-portante, entretanto, seria a existência de um mercado de trocas generalizadas no qual se opera a equalização dos ti-pos de trabalho, ainda que os trabalhos concretos estejam distantes da merca-doria final que é comercializada.

2. A existência de salário não seria crité-rio para se afirmar se um trabalho cria valor. Produtores independentes, não submetidos a relações salariais, criam valor porque comercializam o produto do seu trabalho em um mercado capi-talista.
3. A maneira como as trocas de trabalho ocorrem dentro da família seria irre-levante para a constatação de que o trabalho doméstico cria valor. O que permitiria a abstração do trabalho do-méstico privado seria a troca da força de trabalho no mercado, relação que ocorre externa e independentemente do contrato de casamento, seja ele for-mal ou não.

Seccombe defende que a análise da or-ganização doméstica em seus próprios termos, fora da análise do modo capitalista de produção, teria o efeito deletério de dividir a classe traba-lhadora e desencadear debates inócuos sobre estratégias de organização feminina. Para ele, a conexão entre o trabalho doméstico feminino e o trabalho assalariado se daria por meio do “fluxo de valor” no interior das famílias, que se iniciaria com a entrada dos bens salário no lar e sairia como força de trabalho renovada para o mercado. A separação entre a unidade domés-tica e a indústria, apesar de real, encobriria um “substrato oculto” de conexão entre o trabalho doméstico e o mercado, por meio desse fluxo de valor responsável por equalizá-lo a todos os outros trabalhos da economia (SECCOMBE, 1975, p. 89). Em um mundo no qual o modo

de produção capitalista é predominante, o valor regularia tanto aquele trabalho que está sob domínio direto do capital quanto aquele que não está, não sendo, portanto, contraditório que se considere que o trabalho doméstico produz valor mas não está sujeito à lei do valor: não estando em relação direta com o capital, sua produtividade não seria de interesse para a produção de mais-valia.

A respeito do impacto dos ciclos capitalistas sobre trabalho doméstico, ressalta que seria um equívoco comum que se subestime a importância do caráter sócio-histórico do valor da força de trabalho, o que é significativo para a compreensão da relevância da capacidade adaptativa do trabalho doméstico. O autor entende como elementos disruptivos da ordem doméstica as mudanças na produtividade do trabalho no setor de bens salário e as variações salariais⁴. As qualidades adaptativas da família, por sua vez, seriam a intensidade variável do trabalho doméstico e a possibilidade de a dona de casa vender ou não sua força de trabalho no mercado.

Sendo o valor da força de trabalho sócio-histórico, ao mesmo tempo em que ganhos de produtividade reduzem o valor da força de trabalho, eles também podem significar o aumento da quantidade e qualidade dos bens necessários demandados pela classe trabalhadora, o que poderia compensar a redução no valor da força de trabalho. Caso isso aconteça, o aumento na produtividade do trabalho não significará redução na carga de trabalho da dona de casa. E, ainda, se a classe trabalhadora for incapaz de reter parte dos ganhos de produtividade para si, a dona de casa deverá aumentar a intensidade do seu trabalho para

4 Sobre o último, lembra que além de ser equivalente ao valor da força de trabalho, é também resultado da barganha entre capital e trabalho; a cada ganho de produtividade, é resultado da correlação de forças nessa disputa a parcela desse ganho que ficará com a classe trabalhadora.

manter o padrão de vida da família trabalhadora⁵. É dessa forma que se articulam o papel de trabalhadora doméstica e assalariada da dona de casa: "It is at this point that her capacity to intensify her domestic labour or, alternatively, seek a supplementary wage plays a pivotal role in preserving the working-class living standards and cushioning the squeeze of capital" (SECCOMBE, 1975, p. 91). A decisão entre procurar ou não um trabalho assalariado é interpretada pelo autor como um "trade-off de valor".

A dona de casa só decidiria por entrar no mercado de trabalho se o salário pudesse comprar bens o suficiente para reduzir o tempo de trabalho doméstico necessário para a reprodução da família. Os limites dessa substituição seriam estruturais, dados pelo modo de produção em determinado momento histórico (SECCOMBE, 1975, p. 92)⁶. A decisão de vender a força de trabalho no mercado por parte da dona de casa seria, portanto, nada mais do que mero cálculo econômico; preconceitos e a moral condenatória desse tipo de atitude não seriam capazes de fazer frente ao imperativo econômico, atestando a força do capital na busca por dominar cada vez mais âmbitos da vida social (SECCOMBE, 1975, p. 94).

A disponibilidade à classe trabalhadora de bens e serviços domésticos no mercado

5 Concretamente, isso significaria, por exemplo, cozinhar mais em casa e reduzir o consumo de alimentos processados ou pré-cozidos, lavar roupas em casa em vez de na lavanderia, etc.

6 Seccombe avalia, aceitando as críticas de Coulson et al., que no momento em que escreve a produtividade do trabalho doméstico estaria de fato aumentando, reduzindo o tempo de trabalho necessário à realização de diversas tarefas domésticas de modo que pudessem estar disponíveis para entrar no mercado de trabalho assalariado. Entretanto, esse aumento de produtividade não acompanharia, ainda, o aumento de produtividade da indústria e, em especial do setor de bens salário. Esse aumento da diferença dos níveis de produtividade entre o trabalho doméstico e industrial teria, no pós guerra, sido responsável por compelir as mulheres casadas ao trabalho assalariado.

tanto criaria as pré-condições materiais para a substituição de trabalho doméstico feminino por mercadorias, quanto a necessidade de um segundo salário na família para pagar por elas. O desenvolvimento dessa indústria, portanto, teria um impacto decisivo sobre o tempo que as mulheres dedicam ao trabalho assalariado (SECCOMBE, 1975, p. 94).

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O DEBATE

O debate marxista sobre o trabalho doméstico permaneceu inconcluso (Himmelweit, 2001). Ainda na década de 1960, em um texto que se tornaria referência para o feminismo marxista, Mitchell (1966, p. 16) acusava a intelectualidade marxista do séc. XX de um 'apagamento' da questão feminina do debate teórico e político. Segundo a autora, um dos motivos para esse apagamento teria sido a inadequação das formulações sobre o tema pelos socialistas clássicos, de tom excessivamente economicista e restringindo a análise às instituições da propriedade privada, ou seja, falhando em reconhecer a opressão feminina como uma estrutura de corpo próprio. Quase duas décadas mais tarde, Miles (1983) avalia o debate que havia acontecido na década de 1970, identificando como falta que teria permeado todas as contribuições a relutância em compreender os limites inerentes à análise puramente econômica da situação da mulher – ou seja, o mesmo reducionismo econômico.

Wally Secombe é feliz ao delimitar, logo nos primeiros parágrafos de seu primeiro texto, que sua proposta se restringe a uma análise da função econômica do trabalho doméstico⁷. Entretanto, na prática, vai além: ao

⁷ "Granted that Marx did not explicitly elaborate an analysis of domestic labour, there is nothing in his work, so far as I am aware, that prevents one from doing so. (...) The denial of domestic labour's economic function (the reproduction of labour power) has had detrimental repercussions on other elements

of a Marxist analysis. For instance, the nuclear family unit has never been adequately situated by Marxists within the capitalist social formation and it has often been assessed, quite inadequately, as an entirely superstructural phenomenon" (SECCOMBE, 1975, p. 4).

tentar 'esticar' uma versão esquemática da teoria marxiana para tratar do trabalho doméstico, fornece um modelo analítico complexo que, apesar de ser, nas palavras de Rubin (1993), *ambicioso* ao localizar o trabalho doméstico no coração da dinâmica capitalista compreendendo-o como a origem da mais-valia, reduz a situação de opressão feminina a uma espécie de 'dupla exploração' pelo capital. Isso torna seu esquema incapaz, conforme criticam Coulson *et al.*, de explicar *por que* as responsabilidades pelos tipos de trabalho são divididas tão claramente entre os sexos – por que as pessoas do sexo feminino são submetidas a essa dupla exploração e os trabalhadores homens, de alguma forma, conseguem escapar dela – e chegar a algum caminho que de fato serviria para explicar a situação das *mulheres* – e não de um trabalhador doméstico genérico – na sociedade de classes. Afinal, "(...) explicar a utilidade das mulheres para o capitalismo é uma coisa; afirmar que esta utilidade explica a gênese da opressão da mulher é outra bastante diferente" (RUBIN, 1993, p. 4). Mesmo em seu texto de réplica às críticas, essa questão – a meu ver, a mais essencial – é sumariamente ignorada.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que admite que a dona de casa tem seu trabalho expropriado por um segundo mecanismo de exploração além do que já submete os trabalhadores homens, Secombe não reconhece as relações entre homens e mulheres como relações sociais conflituosas. Seus textos evocam a imagem de uma família operária surrealmente harmônica, na qual marido e esposa seriam parceiros na luta pela sobrevivência tomando decisões racionais sobre alocação de tempo no mercado de trabalho e na esfera doméstica.

of a Marxist analysis. For instance, the nuclear family unit has never been adequately situated by Marxists within the capitalist social formation and it has often been assessed, quite inadequately, as an entirely superstructural phenomenon" (SECCOMBE, 1975, p. 4).

Admite que divisão do trabalho entre homens e mulheres no interior dos lares se daria devido ao menor valor dos salários femininos no mercado de trabalho e é reconhecidamente desvantajosa pelas mulheres, enclausuradas no lar, absorvendo e gerindo uma série de tensões colocadas pela situação de opressão vivida por toda a família, mas não comenta a funcionalidade desse arranjo para os homens trabalhadores como grupo social.

Os problemas da análise de Seccombe têm implicação política fundamental. Sua descrição do processo econômico em termos de fluxos de valor leva a conclusões questionáveis sobre estratégia política: reduzindo a questão da mulher à questão da exploração capitalista do trabalho doméstico, posiciona-se contra a organização autônoma de mulheres como uma estratégia que dividiria e enfraqueceria a classe trabalhadora. Assim, além de desviar-se da tarefa de *explicar* a maneira específica como se dá a divisão do trabalho entre os sexos, mina a possibilidade de expansão do debate a outras dimensões relevantes às mulheres trabalhadoras.

Coulson *et al.* avançam ao compreender corretamente as consequências políticas negativas da análise de Seccombe e a autonomia da opressão feminina em relação à opressão de classe, sem desconsiderar a funcionalidade da primeira para a segunda. Enfatizam ainda o papel estrutural do contrato burguês de casamento na intermediação entre a mulher reclusa no espaço privado e o restante da vida social (ver Pateman, 1993 e Rubin, 1993). Propõem, além disso, que uma reconstrução histórica da opressão feminina seria essencial para compreendê-la em sua complexidade. Percebendo uma perda da função estrutural da família nuclear na sociedade capitalista⁸, enxergam

⁸ Diferentemente das sociedades pré-capitalistas, nas quais a família, como unidade produtiva, seria essencial para a reprodução da formação social.

sua progressiva perda de sentido à medida em que se desenvolvem as forças produtivas. Daí, portanto, as condições materiais de libertação das mulheres no capitalismo a partir da socialização do trabalho reprodutivo - seu caráter privado sendo a origem da subordinação das mulheres. Considero, entretanto, essa saída insuficiente: ao relegar o problema à condição de 'herança' de formações sociais pré-capitalistas desviam-se da tarefa de compreender suas raízes e, mais importante, sua dinâmica em nossa sociedade.

Repetem assim problema semelhante ao presente em Seccombe: ao limitar efetivamente a análise da situação da mulher ao momento de realização do trabalho doméstico no lar, suas discordâncias com o primeiro autor se restringem a sua condição - se capitalista ou não, se criador de valor ou não - dentro do sistema. Sua análise também não é capaz de fornecer explicações para dimensões centrais das vidas das mulheres que à primeira vista não estão diretamente relacionadas ao trabalho doméstico, mas que são fundamentais para a compreensão das relações entre homens e mulheres no capitalismo. Conforme notou Miles (1983), a questão da violência perpetrada sistematicamente por homens contra mulheres, caracterizada hoje como *violência de gênero*, foi uma questão que curiosamente não apareceu em nenhum momento desse debate, não tendo sido nem mesmo levantado pelas teóricas que se consideravam feministas. Voltaremos a essas questões nas considerações finais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nem as propostas de estratégia e previsões políticas de Seccombe nem as de Coulson *et al.* se concretizaram. Claramente, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho não foi condição suficiente para a libertação

das mulheres, que continuam sendo as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos ao mesmo tempo em que a elas são reservados os postos mais precários do mercado de trabalho. Por outro lado, a socialização de parte do trabalho doméstico através do Estado, como nas experiências de *welfare state*, não ocorreu sem contradições e é uma conquista que se vê ameaçada na medida em que a socialização dos custos da garantia desses serviços se torna uma ameaça à acumulação capitalista.

Entretanto, o resgate do debate marxista sobre o trabalho doméstico se faz relevante, passados mais de 40 anos, como parte de um necessário movimento de retorno da centralidade das questões relacionadas ao trabalho⁹ para o movimento feminista, das quais (ao menos parte dele) se afastou significativamente em especial a partir da década de 1990. As ideias desenvolvidas pelos/as autores/as envolvidos forneceram ferramentas para a melhor compreensão do papel estrutural para a acumulação de capital de um trabalho no qual é gasto parcela considerável do tempo de quem o realiza, mas que não é intermediado diretamente pelo mercado capitalista senão através da mercadoria força de trabalho. Por essa contribuição, o texto de Wally Secombe (1974), entre outros, é referenciado ainda hoje como um clássico na literatura sobre trabalho doméstico não remunerado no capitalismo.

Conforme destacado na seção anterior, tanto Mitchell (1966) quanto Miles (1983), respectivamente antes e depois do desenvol-

9 Em tempos de crise internacional despontam indícios de que esse retorno esteja acontecendo. Um exemplo é a surpreendente organização de uma greve geral de mulheres através de uma articulação internacional do movimento feminista mobilizado em mais de 30 países no último 8 de março. Entre as pautas estavam a denúncia da superexploração do trabalho feminino pelo capital, da dupla jornada de trabalho, da diferença salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho e pautas relacionadas à migração. Ver <<https://www.8mbrasil.com/inicio>>

vimento do debate, acusam a intelectualidade marxista de apagamento da questão feminina, ou de reducionismo econômico em seu tratamento. Ao considerar as mulheres simplesmente trabalhadoras domésticas, perde-se o fio condutor que liga os diversos mecanismos que *reforçam e atualizam* o que Coulson *et al.* consideram 'herança' pré-capitalista: a subordinação das mulheres aos homens em todos os âmbitos da vida social. O tratamento dado naquele momento à questão deixou uma série de questões em aberto sobre a relação estrutural entre opressão feminina e sistema produtivo que não parecem em vias de se resolver. O que explicaria a permanência da segmentação horizontal e vertical do mercado de trabalho e a estagnação dos diferenciais salariais entre homens e mulheres em economias avançadas, após décadas de declínio¹⁰? Ou a observada correlação entre o avanço do controle social sobre os corpos e da violência contra as mulheres em momentos de crise ou de intensificação da exploração do trabalho, dinâmica que é observável ao longo de toda a história do capitalismo, em todos os lugares do planeta que o sistema logrou alcançar¹¹?

E o que dizer do Sul global, onde a desagregação das relações sociais previamente existentes das chamadas "comunidades tradicionais", com a introdução de relações capitalistas de produção, frequentemente introduz novos mecanismos de sujeição femininas antes inexistentes¹²? Um olhar para a periferia do ca-

10 O exemplo dos EUA é claro: relatório anual do Institute for Women's Policy Research (2017) registra a estagnação, a partir da década de 2000, dos salários femininos no patamar de cerca de 80% dos masculinos, após décadas de crescimento sustentado do indicador no país.

11 Frequentemente promovidos pelo Estado ou pela Igreja, como mecanismo de controle da reprodução da força de trabalho. Para um estudo detalhado, ver Federici (2010).

12 Ver Federici (2013) sobre políticas aplicadas pelo Banco Mundial para a substituição de agricultu-

pitalismo – na qual, vale dizer, a figura da dona de casa em tempo integral pouco existiu fora das camadas dominantes – ajuda a apreender aspectos da complexa relação entre subordinação feminina, trabalho doméstico, exploração do trabalho das mulheres e capitalismo, a que se acrescenta ainda a dimensão racial. Por exemplo: como tratar, da situação de uma massa de mulheres trabalhadoras domésticas que, somente no Brasil, são mais de 7 milhões, em sua maioria negras e cujo salário é a principal fonte de sustento de suas famílias? Como explicar a resiliência da racialização e da feminização da ocupação e como relacionar sua relevância, em termos de ocupação da força de trabalho, com a convivência histórica do país com períodos de alto desemprego e emprego precário¹³?

Todas essas questões adquirem relevância intensificada no presente século, quando se leva em conta o contexto de crise prolongada e de avanço neoliberal pela intensificação da exploração do trabalho, elevação do desemprego e privatização de recursos naturais comuns, processos que guiam a atenção daqueles que buscam compreender a dinâmica do capital para a periferia do sistema. As questões pertinentes ao Sul global ganham relevância. A observação da população que constitui toda a classe de despossuídos dessa região - desempregados e subempregados urbanos, trabalhadores do campo, trabalhadores sem terra, povos tradicionais, etc. - mostra uma patente feminização e racialização da pobreza e das piores condições de vida. Como parte da investigação sobre a dinâmica contemporânea do capitalismo global, a compreensão das origens

ra de subsistência por monocultura para exportação em diversos países africanos, subvertendo para isso as relações previamente existentes entre homens e mulheres com a introdução do regime de propriedade privada da terra.

13 Ver Furno (2016).

e dinâmica das relações sociais entre homens e mulheres soma-se a uma série de desafios teóricos e políticos que se tornam menos contornáveis a cada dia.

REFERÊNCIAS

- BROWN, H. *Marx on gender and the family: acritical study*. Brill, 2012.
- COULSON, M.; MAGAŠ, B.; WAINWRIGHT, H. 'The Housewife and her Labour under Capitalism'-a critique. *New Left Review*, n. 89, p. 59, 1975.
- FEDERICI, S. *Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.
- _____. Mujeres, luchas por la tierra y globalización: uma perspectiva internacional (2004). In: _____. *Revolución en punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Madrid: Traficantes de sueños, 2013.
- FURNO, J. C.; et al. A longa abolição no Brasil: transformações recentes no trabalho doméstico. 24/02/2016. 140 fls. *Dissertação - Unicamp*. Campinas, 2016.
- GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S.; SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. *Sociologia & antropologia*, v. 1, n. 1, p. 151, 2011.
- HIMMELWEIT, S. The discovery of "unpaid work": the social consequences of the expansion of "work". *Feminist Economics*, v. 1, n. 2, p. 1-19, 1995.
- _____. Trabalho doméstico. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- INSTITUTE FOR WOMEN'S POLICY RESEARCH. The Gender Wage Gap: 2016. Relatório. Washington, 2017. Relatório. Disponível em <https://iwpr.org/wp-content/uploads/2017/09/C459_9.11.17_Gender-Wage-Gap-2016-data-update.pdf>
- KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos-CEBRAP*, n. 86, p. 93-103, 2010.
- MILES, A. Economism and Feminism: Hidden in the Household A Comment on the Domestic Labour Debate. *Studies in Political Economy*, v. 11, n. 1, p. 197-209, 1983.
- MITCHELL, J. Women: the longest revolution. *New Left Review*, n. 40, p. 11, 1966.
- OROZCO, A. P. Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Orgs.). *Análises feministas: um outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: SOF, 2012.
- PATEMAN, C. *O Contrato Sexual* (1988). Tradução de Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- RUBIN, G. O tráfico de mulheres. *Notas sobre a 'Economia Política' do sexo*. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993
- SECCOMBE, W. The housewife and her labour under capitalism. *New Left Review*, n. 83, p. 3, 1974.
- _____. Domestic Labour: Reply to Critics (NLR 89). *New Left Review*, n. 94, p. 85, 1975.

**Artigo recebido em maio de 2017 e
aprovado em novembro de 2017.**

SUBDESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO: A COMPREENSÃO ESTRUTURAL NO LIMIAR DA IDIOSSINCRASIA ECONÔMICA

Eduarda Moura Pereira

Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.
E-mail: eduardamourap@hotmail.com.

Resumo

O presente trabalho objetiva-se a delinear uma compreensão do subdesenvolvimento latino-americano a partir de sua perspectiva estrutural e dependente. Para tanto, são recuperadas algumas das contribuições literárias à teoria do desenvolvimento, e estabelecidos os impedimentos estruturais – tanto econômicos, quanto sociais e internacionais – à superação da subordinação periférica. Nesse sentido, iniciaremos com uma explanação geral sobre a derrocada dos pressupostos clássicos no início do século XX, para em seguida examinarmos o aporte teórico concedido através da literatura do Imperialismo, da Teoria da Dependência, e da abordagem Cepalina, e suas significâncias na fundamentação das análises estruturais. Finalmente, faz-se um diagnóstico da especificidade dessas estruturas nos países dependentes, à luz da realidade brasileira, a fim de apreender o subdesenvolvimento em sua totalidade, para além das causalidades de natureza puramente econômica.

Palavras-chave: dependência, estrutura, periferia, subdesenvolvimento.

Abstract

The present work aims to delineate an understanding of Latin American underdevelopment from its structural and dependent perspective. Therefore, some of the literary contributions to development theory are recovered, and structural impediments to overcome peripheral subordination – both economic, social and international – are established. In this sense, we will begin with a general explanation of the collapse of the classical assumptions in the early twentieth century, and then examine the theoretical contribution granted through the literature of Imperialism, Dependency Theory, and the Cepal approach, and their significance in the Structural analysis. Finally, a diagnosis is made of the specificity of these structures in dependent countries, in the light of the Brazilian reality, in order to understand underdevelopment in its totality, in addition to purely economic causalities.

Keywords: dependency, structure, periphery, underdevelopment.

1. INTRODUÇÃO

A involução do *laissez faire* e a consequente derrocada da teoria clássica, por efeito das crises capitalistas no início do século XX, marcaram a inauguração de uma nova vertente da ciência econômica que procurava corporificar a análise do desenvolvimento mundial. Esta, por sua vez, incumbiu-se de uma interpretação universalizada, em detrimento à desmedida confiabilidade na liberdade de mercado como pré-condição ao pleno acesso às disposições materiais, pela integralidade das populações circunscritas a esse sistema. É a partir desse ponto, e em especial após a Segunda Guerra Mundial – quando as grandes potências procuraram frear o avanço soviético no plano ideológico e econômico – que a literatura econômica se voltou a uma problemática essencial: o que explicava a divergência nos níveis de progressão dos diferentes países do globo?; se a liberdade mercadológica não fora suficiente para garantir à toda população as condições materiais mínimas, deveriam haver obstáculos ao desenvolvimento socioeconômico que não se pautavam apenas nas falhas de mercado.

As concepções keynesianas e as premissas marxistas, precursoras na valoração do papel das coordenações governamentais na economia, e que salientavam a deficiência dos imperativos de mercado, geraram grande influência no advento das teorias do desenvolvimento em suas diversas facetas e, pela primeira vez, salientaram a importância das observações sociais. Nesse sentido, o atraso dos países periféricos passou a ser entendido como uma questão que não se bastava nas explicativas economicistas; era preciso voltar-se às condições estruturais e entender todas as significâncias trazidas pela sociedade internacional na sua interpretação

centro-periferia para caracterizar a relação de dependência dos países subdesenvolvidos aos países desenvolvidos do mundo capitalista. Como uma interpretação sociológica e política embasada majoritariamente na conjuntura latino-americana, as concepções da dependência não foram por si só teorizações acerca de estratégias para o desenvolvimento, mas influenciaram muitas delas. Nessa perspectiva, a relação de dominação que acontece entre os países centrais e os países periféricos determina uma barreira à equiparação dessas nações em termos econômicos, sociais, tecnológicos e comerciais e garante a manutenção de um ciclo vicioso nas economias periféricas, que mina o aproveitamento ótimo dos recursos, e assegura a luta de classes determinante da desigualdade entre os povos da mesma nação. Essa relação de dominação edificou-se através dos séculos desde o período da colonização – feita de forma exploratória na América Latina em contraste à natureza ocupacional com que se deu na América do Norte – e fortificou-se com a fase imperialista do capitalismo de meados do século XIX até o início do século XX.

Ante tais considerações, e consentindo com a classificação proposta por Kuznets, entenderemos o subdesenvolvimento no presente artigo como “a incapacidade de proporcionar níveis de vida aceitáveis para uma grande proporção da população de um país, resultando em misérias e privações materiais” (KUZNETS; 2010, p. 164). Nesse sentido, exploraremos o aspecto internacional para compreender como essas privações se constroem relativamente em um quadro dicotômico – de um lado os países desenvolvidos e, do outro, aqueles subdesenvolvidos, cujas características ali se apresentam. Isto posto, e fugindo das interpretações que tratam essa problemática como uma questão elementar de alocação perfeita de recursos e deficiência

de progresso tecnológico, é preciso enfatizar o caráter estrutural do subdesenvolvimento e destacar a importância de uma análise voltada a universalidade do dilema socioeconômico. Compreendendo as amarras impostas à periferia pela dominação centrista e suas influências na manutenção do arcabouço de classes intranações, poderemos fundamentar respostas à nossa pergunta pregressa: o que garante a divergência nos níveis de progressão dos diferentes países do globo vai além das explicações idiossincráticas de crescimento econômico.

2. A ESTRUTURAÇÃO DA DEPENDÊNCIA: COMO SE DÁ E COMO SE INTERPRETA

Dada a explanação introdutória, devemos agora voltarmos à interpretação de como formou-se secularmente as estruturas de dependência na sociedade internacional. Como já foi dito, os processos de colonização exploratória influenciaram vigorosamente a forma com que se daria a relação de classes intranações, mas foi principalmente com o avanço do capitalismo financeiro no século XIX que o mundo começou a ser dividido no que percebemos hoje como a dicotomia centro-periferia. A exportação imperialista de capital, a insalubridade das características da elite periférica e a manutenção de uma estrutura produtiva voltada ao favorecimento externo, garantem a perpetuação das más condições de classe, que se refletem majoritariamente na desigualdade socioeconômica da periferia.

2.1 O Imperialismo: uma breve explanação

Não cabe aqui uma análise histórica das sequelas calcadas pela colonização nos países periféricos, mas devemos nos atentar, ao menos sucintamente, à problemática do imperialismo e

seus resultados de conjuntura socioeconômica para esses países. Da forma como ocorre no século XIX, “o enorme desenvolvimento da indústria e o processo notadamente rápido de concentração da produção, em empresas cada vez maiores, constituem uma das características marcantes do capitalismo” (LÊNIN; 2011, p. 118), e essa concentração produtiva na mão dos monopolistas detentores de grandes montantes de capital, significou uma necessidade de expansão do mercado para novas áreas com grande potencial para o consumo.

A relevância cada vez maior da retenção de capital foi o gatilho para o desenvolvimento de grandes sistemas financeiros nos países centrais, guiando o modelo capitalista para novas concentrações que agora ocorriam não só na esfera produtiva, mas também no âmbito bancário. Despertou-se nesse cenário uma oligarquia financeira inteiramente voltada aos interesses lucrativos que caracterizou o capitalismo moderno: já não se exportava mais somente mercadorias, como nos tempos de livre concorrência, mas sim capital. Esse excedente de capital proporcionado pela concentração dos monopólios, unificou mercados e engrandeceu a indústria, a agricultura, o comércio e os bancos, inaugurando um novo cerne capitalista onde ele é usado para, e tão somente, a exportação lucrativa aos países atrasados, onde o lucro é ainda mais elevado em virtude do baixo preço da terra, reduzidos salários e matéria prima barata.

A necessidade de expansão do mercado na fase monopolística do capitalismo deve-se sobretudo a sua inerente tendência para a estagnação e decomposição (LÊNIN, 2011). Como amplifica-se a produção, o excesso de mercadoria e capital deve ser escoado para o exterior, já que a demanda interna se torna insuficiente para impedir colapsos de oferta.

É partindo-se dessa necessidade que o mundo periférico começa a ser dividido entre as grandes nações, cujas imposições de capital permitem a formação de novos mercados, novas fontes de matérias primas e inéditas esferas de influência. Estas, por sua vez, à medida com que se tornam dependentes do capital estrangeiro, encontram-se inseridas em um sistema que gera concentração de privilégios, impossibilidade de uma libertação efetiva das classes menos favorecidas, custos severos para a saúde ambiental, desinteresse com as demandas sociais básicas, exploração e parasitismo e, por fim, restrições a um sistema democrático efetivo (WRIGHT, 2006).

2.2 A tipificação das elites periféricas e as três interpretações da dependência

Ao longo do último século as diversas interpretações do subdesenvolvimento desembocaram em uma possível premissa essencial: "a industrialização era uma condição para o crescimento porque o valor agregado per capita é maior nas indústrias de transformação, na medida em que elas exigem mão-de-obra mais qualificada do que a agricultura ou a mineração" (BRESSER-PEREIRA; 2010, p. 22). Levanta-se a partir daí uma questão fundamental relativa a quem seria o articulador desse processo de industrialização, e quais seriam as qualidades essenciais destes para a otimização das transformações produtivas.

Em um sistema capitalista, as principais forças motrizes de um processo de industrialização alicerçam-se nas mãos dos detentores de capital, cujos rendimentos podem ser transformados em investimento produtivo e aplicações tecnológicas. Quem representa tais indivíduos nos países subdesenvolvidos é o estrato elitista, já que nessas nações a divisão de classes é especialmente exacerbada.

Não obstante, decorre-se na periferia uma problemática limitante acerca da ineficiência dessas elites na promoção da industrialização devido à caracterização de suas ações. Ao invés de dedicarem-se à promoção de matrizes produtivas que ampliem o valor agregado da economia, suas rendas são majoritariamente dedicadas ao consumo conspícuo, ou seja, àqueles gastos em bens e serviços adquiridos com o propósito de expor riqueza. Nesse sentido, mesmo diante de oportunidades econômicas para transformações na produção, esses indivíduos recebem as perdas potenciais de capital devido às possíveis falhas de mercado e, portanto, relegam seus rendimentos à salvaguarda do dispêndio elementar.

Adicionando-se ao receio de assumir riscos econômicos ligados à promoção da inovação, que geram conversões capitalistas não-cíclicas – o que caracterizaria o papel do agente empreendedor em Schumpeter (1961) –, os capitalistas periféricos temem também a perda de seu status social, defensor dos seus níveis de condição material, para as camadas populares mais baixas, que anseiam por uma nova ordem econômica e social mais racional e que muitas vezes se articularam através da união operária e das revoltas populistas. Dessa forma, são elaboradas por eles associações institucionais que sustentam importantes barreiras à equiparação socioeconômica de seus países àqueles desenvolvidos, como observa Baran (2010, p.111):

A classe média capitalista, ao fazer alianças com todas as outras classes dominantes, foi abandonando uma posição estratégica atrás da outra. Amedrontada com a possibilidade de que uma disputa com os senhores rurais fosse explorada pelo movimento populista radical, a classe média abriu mão de todas as suas atitudes progressistas no terreno agrário. Receosa de que um

conflito com a Igreja e os militares pudesse enfraquecer a autoridade política do governo, cedeu terreno em suas convicções pacifistas e liberais. Temerosa, ainda, de que a hostilidade em relação aos interesses estrangeiros pudesse subtrair-lhe o apoio externo em caso de uma emergência revolucionária, os capitalistas nativos abandonaram suas clássicas plataformas anti-imperialista e nacionalista.

Essa caracterização da elite capitalista latino-americana foi o ponto central em torno do que se sistematizou a literatura da dependência. Esta tentava interpretar as estruturas de reprodução do subdesenvolvimento na periferia, dadas as condições exploratórias da sociedade internacional de meados do século XX. Suas teorizações fundaram uma crítica às posições marxistas convencionais dos partidos comunistas e negavam que o atraso verificado em alguns países se limitava à causalidade da condição agrário-exportadora, já que esta coordenava-se também por intermédio imperialista e elitista. Por sua vez, a superação do subdesenvolvimento foi um tópico que fragmentou a teoria da dependência em suas três interpretações fundamentais: a da super-exploração, a associada e a nacional-dependente (BRESSER-PEREIRA, 2010).

A primeira, desenvolvida por Mauro Marini e Theotônio dos Santos, admitia que o desenvolvimento na América Latina – e em especial no Brasil – “baseava-se essencialmente na super-exploração dos trabalhadores, definida pelo fato de os trabalhadores receberem salários inferiores ao nível de subsistência, além do aumento de sua jornada e carga de trabalho” (BRESSER-PEREIRA; 2010, p. 35). Ante a configuração dessa exploração, mesmo as tentativas de associação entre burguesia e proletariado com objetivos reformistas seriam incapazes de suscitar a construção de uma nação na periferia do capitalismo devido

às limitações imperialistas. Esta tornou-se a interpretação mais radicalmente de esquerda da dependência e defendeu que a única saída ao subdesenvolvimento seria uma revolução socialista.

A dependência associada, por sua vez, surgiu como uma guinada na interpretação nacionalista, que visava estratégias nacionais de desenvolvimento latino-americano, já que “rejeitava a possibilidade de uma burguesia nacional e, conseqüentemente, de países verdadeiramente independentes na região” (BRESSER-PEREIRA; 2010, p. 17). Dessa forma, os autores dessa versão – à exemplo de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto – acreditavam que o centro não negava a industrialização da periferia e que inclusive a estimulava através dos investimentos feitos pelas corporações multinacionais, atribuídos ao caráter dinâmico do capitalismo. Com uma designação moderadamente de esquerda e cosmopolita, a dependência associada concebia que, devido à impossibilidade da constituição de uma elite burguesa eficiente, seria necessária uma associação da periferia aos países adiantados para a efetivação do desenvolvimento periférico.

Finalmente, a perspectiva nacional-dependente começa a se destacar da percepção basilar da dependência, que supunha uma impossibilidade de alianças entre o proletariado latino-americano e suas respectivas burguesias nacionais, e ajuda a inaugurar uma nova corrente de pensamento na literatura do subdesenvolvimento. Essa versão é distinguida apenas por Bresser-Pereira e por Gabriel Palma, já que estes identificam como seus autores prevaletentes Celso Furtado e Osvaldo Sunkel, fundadores da teoria estruturalista do desenvolvimento da Cepal. Para a interpretação nacional-dependente é possível admitir a existência

de uma burguesia nacional na periferia, mas a considerava “ambivalente e contraditória – ora associada à nação, ora subordinada às elites dos países ricos” (BRESSER-PEREIRA; 2010, p. 36). Era, portanto, moderadamente de esquerda e notadamente nacionalista já que criticava veementemente o imperialismo. Sua relativa autonomia em relação à teoria da dependência deve-se ao fato de que acreditava na possibilidade de uma emancipação da burguesia nacional da sujeição internacional.

2.3- Estruturalismo e Neoestruturalismo: a contribuição cepalina

O embasamento dado por Raúl Prebisch em 1949, sobre o qual se fundamentou a teoria estruturalista de Furtado e Sunkel, também partiria dessa compreensão de uma sociedade internacional repartida entre o centro hegemônico industrial e a periferia dependente agrária. Sobre uma percepção analítica voltada à inserção internacional da América Latina, seu pensamento ajudaria na década seguinte a originar o estruturalismo, cujos trabalhos estão associados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), e que formularam toda uma nova compreensão das defasagens de desenvolvimento voltadas às deficiências de estrutura, sejam elas econômicas, políticas ou sociais.

O desenvolvimento desigual originário, como havia sido conceituado por Prebisch (1949), reportava-se às condições internas e externas articuladas pela problemática da dependência internacional e havia se agravado no período entre guerras ante o fracasso da doutrina de mercado. Tal derrocada devia-se a três condições econômicas globais observadas acentuadamente nas primeiras décadas do século XX: a sinalização equivocada dos preços em razão das distorções de monopólio, a

resposta inadequada dos fatores de produção a essa perturbação dos preços, e a imobilidade dos fatores em virtude da má formação estrutural da periferia (LOVE; 1996). Assim, sustentada por tais considerações acerca da crise de mercado, e identificando a inferioridade no valor da produção agrícola frente à produção industrial – aquela sendo a principal expoente nas economias latino-americanas –, a perspectiva estruturalista articulou-se em 1948 na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a partir de uma iniciativa do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, e fundou a literatura cepalina.

Desafiando o princípio das vantagens comparativas introduzido por Ricardo (1817), pelo qual se explicava por que o comércio entre dois países poderia ser benéfico, mesmo quando um deles é mais produtivo na fabricação de todos os bens, a teoria cepalina verificou que os ganhos em produtividade na primeira metade do século XX haviam sido maiores na indústria que no setor primário e que, combinados à monopolização produtiva, propiciou a deterioração dos termos de troca dos commodities, pilares da exportação nos países latino-americanos (LOVE, 2007). Para muito além de uma alocação vantajosa dos diferentes setores produtivos entre os países, a subvenção periférica à produção primária volta a ser explicada pela exploração do centro: esta relega à periferia as atividades de extração e modificação de matéria-prima, porque elas geram valores agregados mais baixos e demandam investimentos de capital – sejam eles financeiros, técnicos ou humanos – comparativamente menores, o que proporciona a manutenção da dependência entre países e a desigualdade interna latino-americana.

Admitindo-se como necessidade a industrialização da América Latina, a literatura cepalina voltou seus esforços à promoção

da indispensabilidade de um sistema de industrialização por substituição de importações (ISI), que estruturasse uma base produtiva passível de competir internacionalmente. Para isso, far-se-ia beneficiária a integração econômica regional, já que “o desenvolvimento voltado “para dentro” poderia criar um tecido industrial pouco competitivo que, protegido por tarifas e outras medidas que distorcem os sinais de mercado, seria incapaz de adquirir competitividade internacional” (MISSIO, F. J.; JAYME JR, F. G.; 2011, p. 213). Para além, e assumindo-se também como condição fundamental, os estruturalistas acreditavam que o Estado deveria ostentar um papel ativo para corrigir a ineficiência dos atores privados; dessa forma, era cabível ao governo a intervenção voltada à promoção de novos mercados, ao fortalecimento de outros setores produtivos e à eliminação das disfunções econômicas estruturais.

Foi na década de 70, devido à ineficácia dos programas de substituição de importação que a corrente estruturalista perdeu espaço nas teorias desenvolvimentistas. À despeito dos esforços governamentais voltados à industrialização periférica, o sistema cepalino de ISI acarretou uma significativa estagnação industrial aliada à alta inflação e ao desequilíbrio na balança de pagamentos. Com necessidades de importação cada vez maiores, respaldadas pelo avanço tecnológico do centro capitalista fomentador do fetichismo mercadológico, os países latino-americanos apresentaram dificuldades de exportação produtiva, além de consideráveis déficits governamentais ocasionados pelo financiamento dessa forma de industrialização. Como consequência, a entrada de capital externo para suportar a dívida cingiu ainda mais o estrangulamento econômico e marcou o declínio da abordagem estruturalista

na primeira fase da Cepal.

Essa contradição de seus resultados empíricos – a saber, o choque de juros de Volcker e a crise da dívida externa – propiciou uma guinada no cenário mundial a partir da estabilização e liberalização sustentada pela literatura neoliberalista que postulava o não intervencionismo do Estado e a completa racionalidade dos agentes econômicos. Como força motriz da revisão clássica, as instituições de financiamento internacional, através do Consenso de Washington, impuseram como condição ao acesso de recursos financeiros o estabelecimento das medidas neoliberais que detivessem o controle mercadológico dos governos e que novamente promovessem uma esfera de competitividade baseada nas vantagens comparativas de Ricardo. Nessa visão, o papel do Estado resumia-se à proteção de um funcionamento adequado do mercado com somente limitados investimentos voltados à sociedade; ademais, seria possível à periferia alcançar o ótimo paretiano na medida em que a economia seria uma ciência cujas respostas dadas a problemas semelhantes seriam sempre iguais, à despeito do contexto histórico, político e social no qual está inserida.

Em resposta aos ataques liberalizantes, a CEPAL deu início nos anos 80 à reinterpretação do subdesenvolvimento latino-americano culminando na recente teoria neoestruturalista baseada na ideia de competitividade sistêmica. Nesta “a competitividade é determinada por todo um sistema social, em que mudanças na produtividade e na absorção do progresso técnico são determinados pelos fatores institucionais, políticos e culturais” (MISSIO, F. J.; JAYME JR, F. G.; 2011, p. 223); ou seja, seria necessário à periferia o desenvolvimento industrial voltado ao progresso técnico que viabilizasse a inserção satisfatória desta no

mercado internacional, e que promovesse padrões de crescimento com equidade interna. A partir dessa concepção, os autores da nova corrente de pensamento cepalina engendraram o que para eles representaria um “ciclo virtuoso” nas economias subdesenvolvidas, cujas premissas fiavam-se no aprendizado técnico e na criatividade empreendedora como condição aos ganhos de produtividade e à criação de emprego que, aliando-se à cooperação entre Estado e Sociedade Civil, viabilizaria a competitividade sistêmica junto ao crescimento econômico, e este, por sua vez, voltaria a desenvolver o aprendizado e a criatividade num ciclo constante.

Apontando simultaneamente os erros neoliberal e estruturalista – sendo aquele a fé excessiva no mercado e este a fé excessiva no Estado – os neoestruturalistas voltaram-se à ênfase nos ganhos de produtividade que deveriam ser coordenados através da inovação tecnológica periférica. Para isso, far-se-ia necessária uma orientação para o mercado que coexistisse com políticas econômicas seletivas, asseguradas por um governo que estivesse em consonância com a sociedade civil e que garantisse as demandas básicas da população. Entendendo que a estrutura produtiva primário-exportadora da periferia espelhava uma forma de especialização e heterogenia, sendo esse o único setor a avançar tecnologicamente, os autores da Nova Cepal formularam seu pressuposto fundamental que ficaria conhecido como Transformação Produtiva com Equidade (TPE); neste, os neoestruturalistas procuraram evidenciar a urgência de uma mudança na matriz produtiva latino-americana voltada tanto à substituição quanto à promoção de exportações, além de ressaltar a importância da diminuição da desigualdade interna nesses países através de uma melhor coesão político-social que engendrasses investimentos voltados

à capacitação humana e à desconcentração de renda (CORRÊA, H. F. S.; 2007). Destarte, como conceituam Missio e Jayme Jr. (2012, p. 228):

O conceito de competitividade sistêmica e, por conseguinte, da abordagem neoestruturalista, passa pelo entendimento de que a política econômica não deve se preocupar apenas com a promoção do crescimento, mas também com os impactos da sua distribuição, enquanto da mesma forma a política social não deve somente considerar a equidade, mas também ter o objetivo de promover o aumento da competitividade. O Neoestruturalismo, assim, não se limita a tentar promover um objetivo à custa dos outros, mas busca atingir um grau máximo de complementaridade entre eles.

3. AS CONSIDERAÇÕES OBJETIVAS PARA ALÉM DAS TEORIZAÇÕES DESENVOLVIMENTISTAS

O nexos fundamental sobre o qual pautam-se as três teorias pregressas é notadamente o reconhecimento da polarização centro-periférica na organização da sociedade internacional. Admite-se que exista ali um centro hegemônico, cuja preeminência sobre os países subdesenvolvidos estrutura-se a partir de uma relação parasitária, exploratória e mutuamente dependente, mas essas teorias compreendem enfoques substancialmente diferentes acerca dessas relações, e suas conclusões políticas se distinguem mesmo internamente às suas abordagens. Não cabe aqui explorarmos à fundo essas diferenças, mas é sumariamente importante reiterar a existência destas, já que a teoria do desenvolvimento não se configura como uma iniciativa homogênea, senão como uma larga tentativa de interpretar e propor expedientes sobre a questão.

Compreendemos, inicialmente, que a

literatura imperialista não constitui por si só uma teoria desenvolvimentista, mas ajuda a estruturar muitas delas, na medida em que percebe uma historicidade na construção da dependência internacional. A própria teoria da dependência, por sua vez, se utiliza desse arcabouço para fundamentar-se, mas suas diferentes abordagens exaltam propostas políticas notadamente diferentes: a da super-exploração preconiza a revolução social; a associada percebe como necessidade a aliança centro-periférica; e a nacional-dependente focaliza as urgências internas na construção de propostas ao desenvolvimento. Finalmente, a literatura Cepalina organiza-se formalmente como teoria desenvolvimentista ao prover soluções potenciais bem fundamentadas, acentuando o papel do Estado e das transformações estruturais, pautadas em diagnósticos socioeconômicos objetivos.

É essa objetividade analítica que marca as teorias do desenvolvimento de maior maturidade crítica, pautadas em induções construídas a partir de considerações profundas de conjuntura socioeconômica, e que vão além das teorizações de maior peso subjetivo, a exemplo da literatura imperialista e da dependência. Uma dessas teorias, elaborada a datar de meados do século XX, é a do economista W. W. Rostow acerca da escala evolutiva do desenvolvimento, assunto que será expandido na próxima sessão; no entanto, já podemos prever que essa abordagem é consideravelmente mais generalista, por não tratar do subdesenvolvimento a partir do enfoque latino-americano. Diferentemente das teses progressas embasadas na dependência internacional, seu diagnóstico e receituário voltam-se para a conjectura interna, dando especial atenção à oferta de fundos de empréstimos, às fontes do espírito empreendedor, e aos setores líderes da

decolagem. O que a torna relevante aqui é justamente sua capacidade de elucidar os descompassos estruturais internos de uma economia subdesenvolvida, identificados através das desigualdades internacionais na provisão de níveis de vida aceitáveis à toda população.

4. SUBDESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: OS OBSTÁCULOS À ESCALA EVOLUTIVA

Foi no ano de 1952 que o norte-americano Walt Rostow em seu livro *Etapas do crescimento econômico* deu à literatura do desenvolvimento sua expressão máxima: a ideia de uma escala evolutiva – como pontuada na sessão anterior. Segundo esta, o quadro de subdesenvolvimento apresentado por alguns países significava meramente a carência do próprio desenvolvimento, dentro de uma concepção antagônica. Por conseguinte, e inserida em um quadro de dicotomia gradativa, “a questão do desenvolvimento passou a ser um modelo ideal de ações econômicas, sociais e políticas interligadas que ocorreriam em determinados países, sempre que se dessem as condições ideais à sua ‘decolagem’” (SANTOS, T. 2000, p.17).

Deste modo, no período de meados do século XX, a problemática que daria prosseguimento à teoria do desenvolvimento voltou-se à compreensão das razões que articulavam a exacerbação e a manutenção da discrepância centro-periferia. À vista disso, uma nova abordagem teórica ganharia espaço dentro da literatura econômica para suprir as brechas analíticas ligadas à apreensão do subdesenvolvimento, entendido copiosamente como um estágio de desenvolvimento onde um país disporia de extenso estoque de fatores produtivos, cujas potencialidades não estriam

suficientemente alocadas entre a população devido a distorções socioeconômicas, conservadas por ineficiências institucionais características de nações periféricas. Algumas questões se tornariam notadamente importantes devido às ênfases na relevância da produtividade e serão tratadas nessa seção.

Contrariando, à princípio, os postulados clássicos, faz-se necessária a afirmação da existência de imperfeições de mercado que limitam a produção real a um nível muito aquém da fronteira máxima possível, passível de ser atingida mediante uma alocação ótima de recursos. As deficiências mais comumente citadas são o conhecimento deficiente – manifestado no desconhecimento dos recursos e da técnica potenciais, além da ignorância acerca das condições de mercado –, a mobilidade imperfeita, a especificidade e a divisibilidade imprecisa dos fatores. Todavia, estaríamos limitando a superação do subdesenvolvimento à uma alocação ótima de recursos se nos detivéssemos unicamente no preenchimento de condições mercadológicas limítrofes, pois, conforme conceitua Gerald Meier (2010, p. 91), “antes que os refinamentos marginais se tornem relevantes, deve haver em primeiro lugar várias transformações estruturais preliminares”, que aproximem a utilização dos investimentos da plena capacidade.

Em paralelo às imperfeições de mercado, evidencia-se também as limitações advindas da manutenção de um ciclo vicioso nas economias periféricas, sendo este caracterizado por um coeficiente baixo de capital e pela baixa produtividade per capita associada à estrutura produtiva primário-exportadora da América Latina. Como foi anteriormente analisado, a estruturação da dependência internacional relegou à periferia a produção de baixos valores agregados cujos rendimentos são quase totalmente escoados à

subsistência da população, e os lucros retidos pelos capitalistas não se transformam em investimento produtivo de capital, devido à tipificação do consumo burguês nesses países. Ademais, a baixa produtividade dos fatores deve-se à insuficiência de absorção técnica e à carência de capacitação humana, em um contexto caracterizado pela intensa utilização de terra e mão-de-obra, não modificado graças à ausência de aplicações de capital voltados a essas áreas. Assim sendo, o baixo nível de renda real e produtividade, que mantém raso o nível de poupança interna para modifica-los, perpetua o ciclo vicioso.

Afora a necessidade de provisão de capital para sustentar o desenvolvimento periférico, as repercussões do investimento estrangeiro obtiveram mais sucesso na perpetuação da dependência que na superação do subdesenvolvimento, posto que “o investidor estrangeiro era, em geral, não atraído pelas oportunidades do mercado interno do país subdesenvolvido, mas pela expectativa de lucros elevados em sua atividade de exportação, assim como pelas possibilidades de obter receitas em moeda estrangeira” (MEIER, G; 2010, p. 96). Dessa forma, as aplicações de capital exterior deram-se majoritariamente no setor primário-exportador, perpetuando a estrutura produtiva especializada e heterogênea da periferia e desfavorecendo o desenvolvimento do mercado interno, ainda que haja sido percebido um aumento no nível de exportação real desses países. Em consonância, as barreiras impostas através das imperfeições mercadológicas contribuíram para manter o nível de renda real baixo e a propensão a importar alta, dissipando todos os ganhos adquiridos com a expansão das exportações.

Finalmente, o último obstáculo a ser considerado no presente artigo diz respeito ao estilo concorrencial que caracteriza o

comportamento das empresas na América Latina. O padrão evidenciado por Fernando Fajnzylber, mentor intelectual da estratégia novo-cepalina, seria o de “concorrência espúria”, segundo o qual “a competitividade das empresas se basearia, acima de tudo, em seu poder de repressão dos custos salariais. Em outras palavras, as empresas reagiriam à concorrência repassando aos empregados baixas nos preços” (CORRÊA, H. F. S.; 2007, p. 64). Nesse paradigma de repressão dos salários, possibilitado através da abundância de mão-de-obra e da ânsia lucrativa dos capitalistas, sucedia-se a desmotivação dos ganhos de produtividade e o agravamento das disparidades de renda nas economias periféricas, mitigando a progressão da “competitividade sistêmica”, segundo a qual a concorrência empresarial se daria via inovação tecnológica, ou seja, mediante aumento de produtividade.

5. A DECOLAGEM PARA O DESENVOLVIMENTO POR MEIO DE MUDANÇAS ESTRUTURAIS

Dadas as caracterizações prévias do subdesenvolvimento na América Latina, contemplaremos nessa seção as urgências estruturais que fundamentam o progresso periférico. Nesse sentido, as distorções de estrutura socioeconômica, propiciadas pelo arcabouço da dependência centro-periférica na sociedade internacional, escancaram a inaptidão do mercado para prover plenas disposições materiais a toda população mundial, além da ineficácia do cerceamento completo do poder estatal. É preciso que haja uma coordenação sócio-política que supere as explicativas economicistas e estabeleça condições prévias à decolagem, ou seja, ao crescimento do investimento, que tanto gera quanto é gerado pela expansão da renda per capita. Portanto, da

forma como conceitua Rostow (2010, p.184):

Partimos de uma sociedade razoavelmente estável e tradicional que possui uma economia essencialmente agrícola, utiliza métodos de produção mais ou menos fixos, e poupa e investe produtivamente pouco mais do que é necessário para cobrir a depreciação. Geralmente vinda de fora da sociedade, mas às vezes como resultado de sua própria dinâmica, surge a ideia de que o progresso econômico é possível. Essa ideia se propaga entre a elite estabelecida ou, mais frequentemente, entre algum grupo desprivilegiado, cuja falta de status não impede, no entanto, o exercício de alguma iniciativa econômica. Na maioria dos casos, os motivos econômicos para buscar o progresso econômico se aliam a motivos não econômicos, tais como o desejo de maior poder social e prestígio, orgulho nacional, ambição política, etc. A educação, para alguns pelo menos, se amplia e se transforma a fim de adequar-se às necessidades da atividade econômica moderna. Surgem novos empreendedores, desejosos de mobilizar poupanças e de se arriscar na busca de lucros, principalmente no comércio. Os mercados comerciais de produtos agrícolas, produtos artesanais e bens de consumo importados são ampliados. Aparecem instituições para mobilizar capital ou elas se ampliam a partir de seus níveis primitivos de magnitude, segurança e horizonte temporal para empréstimos. Expande-se o capital básico, principalmente em transportes e comunicações, em geral para trazer ao mercado as matérias-primas de interesse para outras nações, sendo frequente o financiamento por meio de capital estrangeiro. Aqui e ali surgem as modernas empresas manufatureiras, geralmente para substituir as importações.

5.1 A estrutura social

Como previamente destacado, o diagnóstico idiossincrático da sociedade latino-

americana na literatura do desenvolvimento entra em foco a partir da contribuição cepalina em meados do século XX, e expande-se com as reformulações neoestruturalistas, cujas premissas se voltam à Transformação Produtiva com Equidade. Essas reformas interpretativas seriam de suma importância para a ampliação da compreensão acerca das razões que sustentavam o subdesenvolvimento na América Latina, cujas especificidades não se bastavam nas análises de natureza econômica, além de impedirem a totalidade perceptiva do que seria a dependência internacional. Destarte, a ênfase proposta nessa sessão aponta as deficiências estruturais que permeiam a organização social na periferia e que se espelham, principalmente, na evidente desigualdade interna. Esta, demanda, por consequência, “a existência ou o surgimento rápido de uma estrutura política, social e institucional que explore os impulsos de expansão do setor moderno (...) e que conceda ao crescimento um caráter de processo contínuo” (ROSTOW, W; 2010, p. 188)

Inicialmente, precisamos reconhecer a inexistência de igualdade de oportunidades na formação da sociedade latino-americana, com especial atenção ao caso brasileiro. A chamada “abordagem das capacitações” foi proposta pelo ganhador do prêmio Nobel Amartya Sen e empenhava-se em entender do que constituir-se-ia a igualdade. Nessa perspectiva, a ética e a justiça sociais dependem da igualação das oportunidades individuais, e “a pobreza é apreendida pelo enfoque das capacidades como um cerceamento das liberdades fundamentais dos sujeitos” (CORRÊA, H. F. S.; 2007, p. 42). Por conseguinte, não se faz suficiente – ainda que seja importante – a mera redistribuição de renda que não dê as condições reais de superação das desigualdades por parte dos indivíduos marginalizados. É necessário que

se ampliem as políticas de acesso à terra, ao crédito e, principalmente, à educação, posto que, esta última, diploma o capital humano para viabilizar a evolução da produtividade, essencial pré-requisito ao desenvolvimento.

Em segundo lugar, é preciso repensar a alocação do excedente de mão-de-obra na economia a partir da ampliação das aplicações de capital. Uma das características da sociedade periférica é o acelerado crescimento populacional que amplia a oferta de trabalhadores no mercado, gerando significativos níveis de desemprego. Em paralelo, o subdesenvolvimento econômico caracteriza-se pela ineficiência ao alocar os recursos disponíveis. Nesse cenário, evidencia-se uma absorção da mão-de-obra em atividades majoritariamente agrícolas de baixíssima produtividade e constantemente de forma exploratória. Isto posto, faz-se necessário novos investimentos de capital que ampliem as matrizes produtivas nas economias latino-americanas e que promovam novos mercados capazes de absorver mão-de-obra.

Finalmente, para que hajam tais aplicações de capital é preciso rever a identificação burguesa na América Latina. Diferentemente de como é promovida a concorrência nas economias periféricas, o aumento do excedente produtivo deve ocorrer por via da produtividade e não da oneração salarial dos empregados. Ademais, esse excedente de capital não poderá se transformar em consumo conspícuo, mas sim em investimentos revertidos na construção de novas matrizes de produção e de novos mercados voltados ao progresso tecnológico. Consequentemente, a caracterização do dispêndio capitalista na periferia deve superar a obsolescência lucrativa e as pretensões individualistas das elites que assistem despreocupadas à miséria

marginal. Em uma reforma de larga escala, a estrutura da sociedade latino-americana demanda transformações institucionais aptas a prover tanto as capacitações básicas quanto os estímulos à concorrência sistêmica, alavancando o desenvolvimento econômico, bem como a equidade social.

5.2 A estrutura econômica

Afora a dedicação à análise das singularidades na formação da sociedade latino-americana, a literatura do subdesenvolvimento evidentemente empregaria seus maiores esforços na avaliação da estrutura econômica periférica, principalmente no seu período inicial de meados do século XX. Suas maiores preocupações versariam sobre a caracterização da matriz produtiva desses países e como esta cerceava a escala evolutiva do desenvolvimento, minando os esforços para superação de seu estágio antagônico. Da forma como conceituou o economista brasileiro Celso Furtado (1983, p. 149), notável expoente do estruturalismo cepalino:

Para uma apresentação esquemática do subdesenvolvimento, denominaremos de setor *avançado* aquele em que já penetrou a forma capitalista de produção, podendo seu mercado ser externo ou interno. Ao remanescente chamaremos de setor *atrasado*. O grau de subdesenvolvimento está dado pela importância relativa do setor atrasado, e a primeira condição para que haja *desenvolvimento* é que aumente a participação do setor avançado no produto global. Esse aumento depende da intensidade relativa da acumulação no setor avançado, da orientação do progresso técnico e do aumento da população em idade de trabalhar no conjunto da economia.

Nesse sentido, precisamos novamente

atentar-nos à significância que há na participação majoritária do setor primário-exportador nas economias da América Latina. Seu peculiar desenvolvimento periférico deve-se as determinações centristas que permeiam a identidade dependente da sociedade internacional, posto que, em uma estrutura alusiva à luta de classes, as nações que já se encontram na forma capitalista de produção preterem à periferia o feito de sua subsistência – a entender, a atividade agropecuária e de exploração da matéria-prima – para se dedicarem à fabricação de itens com grande valor agregado, orientados a seus elevados padrões e vida. Dessa forma, a economia dos países dependentes restringe-se ao setor externo para sustentar a prosperidade do centro internacional, caracterizando-se pela significativa especialização no setor primário, cujos rendimentos de capital são ínfimos para sustentar a transformação produtiva. Para além, a diversificação da demanda acaba sendo atendida pelo recurso às importações, com os pontuais progressos técnicos periféricos sendo apropriados pelo centro.

Acrescentando-se à especialização, a estrutura econômica na América Latina identifica-se sumariamente pela heterogeneidade. Por essa acepção entendemos o setor exportador como o único que avança tecnologicamente, o que “sintetiza a própria existência nessas economias de técnicas mais produtivas, presente nos setores exportadores, e de técnicas menos produtivas, nas demais atividades” (CORRÊA, H. F. S.; 2007, p. 54). A precária estrutura de progresso técnico evidencia-se a partir daí como uma das principais problemáticas que afligem as nações subdesenvolvidas, posto que a deficiência de investimentos de capital, tanto pelo lado privado quanto público, impede o desenvolvimento de

novos setores e matrizes produtivas modernas e posterga os ganhos de produtividade. Dessa forma, não se absorve capital, mão-de-obra e tecnologia na produção primária da forma como poderia ocorrer nos demais setores, propiciando grandes níveis de desemprego, padrões de vida precários e deterioração nos termos de troca, num ciclo constante de subdesenvolvimento e desequilíbrios macroeconômicos.

Por último, é preciso destacar que para efetivar-se o desenvolvimento periférico, na perspectiva de estrutura econômica, é necessário mais que a mera e desorientada substituição de importações. Ainda que seja importante diminuir a dependência da produção externa, é primordial expandir também a exportação de produtos com valores agregados maiores do que aqueles propiciados pelo setor primário-exportador. Para isso deve-se substituir importações considerando as vantagens comparativas já existentes na estrutura produtiva da periferia, e examinando os itens potenciais com maiores absorções técnicas. Se nossa produção está vinculada ao setor primário exportador, não temos que levar à obsolescência todos os fatores ali aplicados, mas sim promover novos mercados que também necessitem, ou que pelo menos se relacionem, com esses fatores, a fim de projetar economias de escopo e de escala. Ao fazermos essas associações produtivas é necessário considerar a estrutura pré-existente, em paralelo a matrizes potenciais que absorvem progresso técnico, passíveis de levar a economia a novos estágios de complexidade, associados a valores agregados superiores (HIDALGO, C. A.; 2007).

5.3 A estrutura internacional

Enfim, é de notável importância assimilarmos e reiterarmos brevemente o

papel da dependência, associado à dicotomia centro-periferia na sociedade internacional. Seus alicerces fundamentados desde à colonização e exacerbados pelo imperialismo financeiro na recente fase do capitalismo estruturam uma importante problemática de manutenção do subdesenvolvimento latino-americano. A derrocada da livre concorrência na conjuntura monopolística do século XX, aliada à exportação parasitária de capital, abriu espaço para a repartição do mundo subdesenvolvido entre as grandes potências financeiras, em um ciclo constante de sujeição da periferia. Nesse contexto, a carência de capital para investimento nas mudanças estruturais internas das economias atrasadas é duplamente condicionada pelo ciclo vicioso e pelas exigências de financiamento externo, que cerceiam o Estado em suas medidas sociais e mantém a dependência periférica do capital internacional.

A partir do início da globalização até os dias atuais, verifica-se que a produção industrial é realizada majoritariamente pelos países desenvolvidos, ou, ao menos, com capital oriundo destes. Nesse sentido, torna-se necessidade urgente realocar a periferia na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) para modificar sua especialização e heterogeneidade produtiva rumo ao progresso técnico, permitindo a justa concorrência e a sua inserção eficiente no mercado internacional. Podemos ponderar que essa inserção internacional seria potencialmente favorecida com a integração latino-americana, que fortifique determinados mercados e promova a expansão de outros inteiramente novos voltados à complexidade produtiva, mas não cabe aqui analisarmos os benefícios e deficiências de organizações intergovernamentais à exemplo do Mercosul. O que deve ser percebido é a indispensabilidade

da superação da dependência periférica, que acomete a América Latina em conjunto, e que não pode ser sobrepujada de maneira virtuosa pelos países em sua individualidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura do subdesenvolvimento surgiu para preencher as brechas teóricas deixadas pelas teorias do desenvolvimento em suas falhas interpretativas ligadas às especificidades socioeconômicas da periferia capitalista, que garantem a divergência nos níveis de progressão dos diferentes países do globo. Com contribuições analíticas promovidas pelas teorias da dependência e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o atraso latino-americano passou a ser entendido em si mesmo, e as consagrações ao mercado se tornaram evidentemente ineficazes à solução das falhas estruturais que diferenciavam o mero crescimento econômico do desenvolvimento em sua completude. Assim, da forma como escreveu – na época da prevalência interpretativa clássica – Celso Furtado (1983, p. 78):

O conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexo. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura. Esta sofre a ação de uma multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam à análise econômica corrente.

A compreensão paradoxal que se impõe a partir daí é justamente no que tange a elaboração de uma sintonia fina entre a completude estrutural da economia e seu crescimento hegemônico. Como Furtado bem assinala, a complexidade que circunscreve esse crescimento fundamenta-se em necessidades sociais, que não se limitam a conveniências materialistas, mas que se expandem para o vasto campo do bem-estar social. Nesse sentido, a heterogeneidade tecnológica se apresenta como um resultado estrutural da escassez de capital invertido, que é ao mesmo tempo causa e consequência da baixa produtividade do trabalho, refletida na precariedade de formação e amparo da coletividade nacional. Esta, por sua vez, também expõe as insuficiências no vínculo entre Estado e Sociedade Civil, além das veementes desigualdades de oportunidade entre as classes do mesmo país.

Isto posto, a permanência de uma dualidade interna e externa, onde as elites atrasadas reproduzem os padrões de consumo do centro, e cujas nações forçam a permanência da sujeição periférica, estrutura todo o arcabouço do subdesenvolvimento e deve ser superada. Nesse sentido, não nos devemos atermos às questões de natureza meramente econômica, mas também a todo esqueleto sócio-político internacional que condiciona a escassez de capital e a desigualdade social interna em todos os países sobrepujados, e em especial na América Latina. Trata-se, portanto, de compreender a globalização e a falta de oportunidades em sua completude, com o objetivo principal de atingir uma maior complementaridade entre crescimento sustentado e equidade social, e, para isso, a focalização das estruturas é de sumária importância.

REFERÊNCIAS

- BARAN, P. A. Sobre a economia política do atraso. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.) *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p. 107-122.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *As três interpretações da dependência*. São Paulo: Perspectivas, v.38, p. 17-48, 2010.
- CORRÊA, H. F. S. *A Nova Cepal e o "mal-estar" social na América Latina: uma alternativa de desenvolvimento?*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia. 2007.
- FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HIDALGO, C. A. The Product Space Conditions the Development of Nations. *Science*, v. 317, n. 5837, p. 482-487, 2007.
- KUZNETS, S. Os países subdesenvolvidos e a fase pré-industrial nos países avançados. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.) *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 163-180.
- LÊNIN, V. I. *O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*. Edição eletrônica. Campinas: 2011.
- LOVE, J. L. Las fuentes del estructuralismo latino-americano. *Desarrollo Económico*, v. 36, n. 144, p. 391-402, 1996.
- LOVE, J. L. The Latin American Contribution to Center-Periphery Perspectives: History and Prospect. *Working Papers in Technology Governance and Economic Dynamics*, n. 10, 2007.
- MEIER, G. M. O problema do desenvolvimento econômico limitado. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.) *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p. 87-106.
- MISSIO, F. J.; JAYME JR, F. G. Estruturalismo e Neoestruturalismo: velhas questões, novos desafios. *Análise Econômica*, v. 30, n. 57, p. 205-230, 2012.
- PREBISCH, R. *El desarrollo económico de la América Latina y sus principales problemas*. Santiago, Chile: CEPAL, 1949.
- RICARDO, D. *Princípios de Economia, Política e Tributação*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.
- ROSTOW, W. W. A decolagem para o crescimento autossustentado. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.) *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p. 181-211.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- SANTOS, T. *A Teoria da dependência: balaços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- WRIGHT, E. O. Compass Points: Towards a Socialist Alternative. *New Left Review*, v. 41, n.

93, p. 93-124, 2006.

**Artigo recebido em setembro de 2017 e
aprovado em outubro de 2017.**

SUBRAHMANYAM, S. THE PORTUGUESE EMPIRE IN ASIA, 1500-1700: A POLITICAL AND ECONOMIC HISTORY. CHICHESTER: WILEY BLACKWELL, 2016.

Fernando Henrique Bonfim de Almeida

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia - UFBA E-mail: fhenriqueba@gmail.com.

A obra historiográfica *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700, A Political and Economic History* foi, inicialmente, publicada em 1993 em Londres e em Nova Iorque, tendo sido lançada a sua segunda edição no ano de 2012, a qual teve a sua edição digital lançada, ora resenhada, em 2016. A autoria é do economista e historiador indiano Sanjay Subrahmanyam, graduado e mestre em economia pela Universidade de Dehli, onde também obteve o doutorado em história econômica com a tese *Trade and the Regional Economy of South India, 1550-1650*.

A trajetória acadêmica de Sanjay Subrahmanyam levou-o a lecionar história econômica e desenvolvimento econômico comparado a partir de 1983 na própria universidade onde realizou os seus estudos superiores. A sua bio-bibliografia revela o seu campo de interesse, qual seja, os estudos de história política e econômica sobre o comércio, e a diplomacia a este subjacente, na Ásia da época moderna (séculos XIV a XVIII). A história, a política e a economia encontram-se em áreas de interseção no campo das ciências sociais, nas quais estas disciplinas interagem, como na obra do autor. Por conseguinte, este interesse inter e transdisciplinar se percebe no título do seu primeiro livro: *The Political Economy of Commerce: Southern India, 1500-1650*.

A abrangência geográfica dos seus estudos, no entanto, se alarga com o crescente interesse nas investigações históricas de política e de economia sobre os impérios hegemônicos no início da idade moderna, nomeadamente os ibéricos, o português e o espanhol, e o resultante da união, ainda que efêmera, entre

eles de 1580 a 1640, os quais nesta altura se faziam presentes na dinâmica intra e inter-regional, respectivamente, da Ásia e desta com a África, a América e a Europa, anunciando com isso o processo de globalização da economia-mundo europeia. Esse interesse resulta no livro já apresentado, o qual ao abordar o império português na Ásia analisa também a sua relação com o império espanhol, na época da União Ibérica, e as consequências da presença portuguesa na Ásia para os impérios coloniais europeus que a vieram suceder.

A obra também esboça as relações do império português na Ásia com os continentes africano, vinculado à Ásia pelo Índico, e americano, esta resultante dos descobrimentos vinculados a mesma expansão marítima do final do século XV e início do XVI e de dinâmicas surgidas com a formação, e a dissolução, da União Ibérica. Subrahmanyam esboça ainda no *The Portuguese Empire in Asia*, um estudo comparativo entre os impérios que se sucederam no domínio dos mares do Índico e do comércio intra-asiático e intercontinental, nomeadamente, o português, o holandês e o inglês. O economista e historiador indiano avalia que as transformações ocorridas no tempo e no espaço estudados, mesmo dentro do quadro referencial do império português na Ásia, resultam da interação de práticas e de mudanças ocorridas em diversas partes do mundo, nem sempre movidas pelos interesses dos poderes centrais e formais. Com isso, o autor expõe uma perspectiva global que permite a percepção de relações transversais entre indivíduos auto-organizados e poderes centrais reguladores.

No referido livro o autor traça uma

perspectiva diacrônica do império português na Ásia, abordando-o ao longo dos séculos XVI e XVII, não deixando, no entanto, de tratar de acontecimentos relevantes que antecederam e que sucederam o objeto de análise no corte temporal proposto. Embora o subtítulo da obra não reconheça esta pode ser igualmente referida como um trabalho de história social na medida em que ao tratar da evolução política e econômica do império português na Ásia o autor aborda temas sociais, os quais são tratados pormenorizadamente ainda dentro da perspectiva diacrônica, nos dois capítulos finais que antecedem a conclusão da obra. A rede de relações políticas e comerciais estabelecidas por portugueses na Ásia de alguma maneira alteraram o quadro social da região, por meio da miscigenação com os povos que a habitavam e onde se estabeleceram como agentes individuais, a serviço da Coroa e ou dos seus próprios interesses privados. O estabelecimento destas relações em redes políticas e comerciais, muitas das vezes à margem de demandas formais, explicam porque apesar do fracasso do Estado português na Ásia ainda assim os portugueses permaneceram como agentes fundamentais na dinâmica comercial da região, conforme aponta estudos de enfoque global focados em análises de redes auto-organizadas (POLÓNIA, 2012).

No seu arranque em *The Portuguese Empire in Asia* Subrahmanyam descreve por meio de uma abordagem geopolítica e geoeconômica as sociedades asiáticas nos primórdios da época moderna, demonstrando que quando da chegada dos europeus, em particular dos portugueses, no final do século XV e início do XVI, já havia na Ásia uma dinâmica intra-regional de grande envergadura, a qual iria condicionar a presença portuguesa nos séculos analisados. O que não quer dizer que o império português não tenha tido capacidade de interferir nesta dinâmica, como de fato ocorreu. Entretanto, que a Ásia quando da chegada dos

europeus já era uma região comercialmente dinâmica, dentro da qual o império português se insere, assimilando-a e também a modificando, assim como fizeram os impérios que o sucederam naquele continente.

Esta dinâmica própria da Ásia abrangia dois tipos de sociedade definidos pelo autor; o das sociedades baseadas na agricultura e na tributação e as sociedades predominantemente comerciais. Quando da chegada dos portugueses a dinâmica interna da Ásia caminhava para a intensificação das atividades comerciais e foi neste cenário que os portugueses se inseriram e com o qual tiveram de lidar devido à expansão do interesse comercial das sociedades asiáticas, conflitando com as próprias atividades comerciais em expansão do império português asiático. Os conflitos, no entanto, também estiveram presentes entre as próprias sociedades asiáticas, os quais eram até mesmo fomentados pelos agentes portugueses em aliança com reinos rivais da região em que se encontravam. O que demonstra a fluidez da política nestas sociedades asiáticas.

Os capítulos que se seguem discorrem sobre a existência desta dinâmica e como ela foi sendo aproveitada pelos atores portugueses envolvidos no empreendimento marítimo e comercial do vasto Oceano Índico, do leste do continente africano aos arquipélagos do distante leste e sudeste asiático. Os atores portugueses que penetraram neste dinâmica, por vezes modificando-a, abrangiam uma diversidade de indivíduos e grupos de indivíduos, que, atuando em rede, nem sempre agiam de acordo com os interesses da Coroa, representada na instituição do Estado da Índia. Neste contexto, estudos mais recentes, como o de Polónia (2012), que seguem esta perspectiva global de cooperação em rede traçam a maleabilidade com que as relações entre poderes centrais e agentes individuais ocorriam, longe da rigidez de relações formais tipicamente monopolistas que, até

então, se vinha atribuindo aos impérios marítimos europeus na Época Moderna.

A primeira fase da presença portuguesa no Oceano Índico e na Ásia, em particular, na primeira metade do século XVI, foi marcada pelo protagonismo da Coroa na exploração das rotas comerciais intra-asiáticas, além da ligação Europa-Ásia-Europa. Com o desenvolvimento do empreendimento português na Ásia a exploração comercial das rotas passou a ser uma concessão da Coroa aos comerciantes privados, a partir de meados do referido século. O Estado, no entanto, marcou presença na organização do império português asiático, sobremaneira com fins diplomáticos e arrecadatórios.

No que toca à diplomacia Subrahmanyam escreve como é particularmente importante no império asiático português a presença das Ordens Religiosas, especialmente, da Companhia de Jesus que igualmente se envolveu diretamente no comércio intra-regional, como motivo de financiamento das suas missões eclesiais e diplomáticas, já que nem sempre contava com recursos da Coroa. Estas ordens religiosas, além da dos jesuítas, a dos franciscanos, a primeira a se estabelecer na Ásia com a chegada dos portugueses, os agostinianos e os dominicanos jogaram um importante papel na abertura de relações políticas e comerciais com os reinos asiáticos, além de tocar as suas próprias missões evangelizadoras, como no importante caso do Japão na segunda metade do século XVI.

A importância do *The Portuguese Empire in Asia*, de Subrahmanyam, para a historiografia revela-se na exploração da dinâmica local do próprio continente asiático como fator determinante à construção dos impérios marítimos-comerciais, demonstrando a participação de pessoas, locais e estrangeiras, como atores, além das instituições, também locais e estrangeiras, num complexo de relações que, por um

lado, opunham e, por outro, faziam convergir interesses privados e públicos. Isso é particularmente importante por revelar mecanismos de cooperação entre “colonizadores” e “colonizados”, indicando haver um fluxo de mão dupla nas relações ao contrário da visão que advoga o relacionamento unilateral de subserviência do colonizado perante o colonizador. Ou seja, que há protagonismo e submissão de ambos lados, ainda que haja um domínio de um deles. Mas, também revela que mesmo entre os nacionais colonizadores não havia uma rigidez no projeto formal, o qual, frequentemente, entrava em conflito com interesses particulares dos indivíduos participantes da rede de negócios comerciais.

Por outro lado, talvez por não ter sido objeto de seu questionamento e de proposição, a obra historiográfica de Subrahmanyam tem como limitação a superficialidade ou mesmo ausência da análise sobre as consequências e repercussões do império asiático português no plano interno de Portugal, sobretudo no que toca ao seu desenvolvimento político e econômico, ainda que dedique um capítulo, o segundo do livro, à discussão sobre o Estado e a Sociedade portuguesa num período antecedente à expansão marítima-comercial na África e na Ásia. Esta interrelação, no entanto, entre a expansão ultramarina e as dinâmicas internas em Portugal vem sendo tratada mais recentemente por outros autores como Polónia (2012), a partir de uma microanálise numa perspectiva global de cooperação entre redes de indivíduos e grupos de indivíduos.

A construção da narrativa de Sanjay Subrahmanyam é amparada na consulta de fontes diversas como livros, relatos, diários, impressões de atores pessoais e institucionais vinculados direta ou indiretamente ao império português asiático, tanto portugueses quanto estrangeiros. Particularmente interessante é o recurso às fontes que tratam da VOC, a Com-

panhia Holandesa das Índias Orientais, na análise do império português a partir da percepção deste pelos agentes comerciais e rivais holandeses. Cartas de correspondência entre os oficiais do Estado da Índia e a Coroa também foram objeto de análise por Subrahmanyam.

O livro revela também os conflitos por vezes existentes entre a Coroa e os seus próprios representantes no Estado, bem como os conflitos entre esta instituição e seus representantes e os comerciantes privados. São conflitos que revelam não só a diversidade de atores que atuam localmente e que estão associados a uma diversidade de interesses que estavam em jogo na dinâmica comercial e política da região. Questões que complexificam a realidade do espaço naquele tempo e ao longo do tempo e que abordam os conflitos dentro do próprio império, para além dos conflitos entre os impérios europeus na Ásia.

Na análise comparativa entre os impérios europeus que se sucederam na Ásia é talvez onde resida a mais significativa originalidade da obra de Sanjay Subrahmanyam. Primeiro, porque os impérios que sucederam do ponto de vista hegemônico o império português, segundo o autor, não conseguiram simplesmente por ter feito melhor e diferente do que os portugueses no sentido de que o conhecimento acumulado pelos portugueses sobre a política e as redes comerciais das sociedades asiáticas teriam sido fundamentais aos holandeses e ingleses que os seguiram. Este conhecimento reduziu as incertezas e as assimetrias de informação intrínsecas às atividades comerciais. Segundo, porque a racionalidade econômica atribuída aos impérios marítimos-comerciais holandês e inglês não invalida o papel importante que a diplomacia e o uso da força tiveram nas conquistas políticas e comerciais deles, como também no caso português.

Referências Bibliográficas

POLÓNIA, Amélia. *Indivíduos e Redes Auto-Organizadas na Construção do Império Ultramarino Português*. In: GARRIDO, A.; COSTA, L.; DUARTE, L. (orgs.). *Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães. Economia, Instituições e Império*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 349-71.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History*. Chichester: Wiley Blackwell, 2016 (e-book).

EURÁFRICA: INTEGRAÇÃO APÓS O PROCESSO COLONIAL? REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO CONGO BELGA

Bovick Wandja Yemba

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - E-mail: bovickw@yahoo.fr.

INTRODUÇÃO

Pensar a formação da Europa como um bloco integrado política e economicamente demanda analisar seu passado, especialmente no que diz respeito a seus projetos imperiais. Dissociar esse processo histórico da colonização e descolonização seria uma "concepção imaculada", nas palavras de Hansen e Jonsson (2014). A Euráfrica, concebida no período entre guerras e essencial para se pensar a criação da Comunidade Econômica Europeia, é tida como um projeto de integração entre os continentes europeu e africano. A história desses países, de fato, se interconecta: "esforços para unificar a Europa coincidem sistematicamente com esforços para estabilizar, reformar e reinventar o sistema colonial na África" (HANSEN; JONSSON, 2014, p.6, tradução minha). A Euráfrica, portanto, não significou uma relação mútua de interesses, mas a propagação de categorias eurocêntricas, que seria muito mais efetiva caso os países europeus unissem suas capacidades políticas e econômicas.

O processo de formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) foi marcado pela inclusão de algumas colônias de seus países membros, dentre as quais se destaca o Congo Belga, atual República Democrática do Congo. O caso congolês é bastante emblemático, tendo em vista que o atual país foi tomado como propriedade privada do rei Leopoldo II, cuja colonização foi marcada pela crueldade.

Certamente, o passado influencia a situação atual do país, sendo impossível uma reversão automática desse processo de exploração no momento da independência. A pro-

posta é analisar criticamente a ideia de Euráfrica como projeto integrador: como é possível falar sobre integração econômica e política entre iguais tendo em vista o recente contexto de dominação? O processo de descolonização do continente, no final dos anos 1950 e ao longo dos anos 1960, não significou uma ruptura de fato. Em grande parte da África, o estado pós colonial se moveu a partir de estruturas já estabelecidas pelos governos coloniais, modeladas pelas rotinas da administração colonial e continuou a conduzir atividades econômicas e comerciais de acordo com os antigos padrões.

Assim sendo, esse texto apresentará brevemente na seção seguinte aspectos importantes da história da atual República Democrática do Congo para depois discorrer sobre o projeto Euráfrica e o processo de descolonização do continente. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais.

O CONGO BELGA

A Conferência de Berlim, em 1884, buscou estabelecer princípios para a ação europeia na África. Especificamente para o Congo Belga, isso significou o território sendo confiado à Associação Africana Internacional, em outras palavras, ao rei Leopoldo II. Embora ainda pouco se conhecia sobre o local, o rei tornou-se o maior proprietário de terras do mundo (CALVOCORESSI, 2011). Inicialmente, segundo Calvo-coressi (2011), sua obrigação envolvia terminar com o tráfico de escravos, permitir o livre comércio e garantir a liberdade de passagem no Rio Congo. Com o tempo, ainda segundo o autor, o que se viu foi uma parceria entre a

administração, as casas financeiras belgas e a Igreja Católica. E assim permaneceu por quase meio século.

A colonização desse país é significativa de muito escândalo¹. O Congo foi uma fonte lucrativa e de prestígio para a Bélgica, que incentivou fortemente a exploração de seus recursos minerais, especialmente cobre, manganês e diamante. Exploração que se restringia à retirada de produtos minerais e agrícolas para a exportação, não havendo preocupação, dentro dos padrões coloniais, nem com a produção de gêneros alimentícios para a população nem com o mínimo de desenvolvimento econômico e social da colônia (CANÊDO, 1985).

Segundo Canêdo (1985), o explorador matinha relações paternalistas evitando, assim, o contato do congolês com o mundo exterior. Ainda em meados do século XX, a Bélgica chega a lançar um plano decenal com o objetivo de reformar a infraestrutura congoleza e criar uma classe nativa que permaneceria politicamente confiante e capaz de estabelecer um mercado consumidor dos produtos belgas (GARAVINI, NYBAKKEN, 2012).

Com a proclamação da independência, em 1960, nasce a República Congoleza. Não sendo possível africanizar os quadros burocráticos (CANÊDO, 1985), um projeto de nação não se consolidou. Esse processo não foi fácil, foi um período em que o Congo Belga sofreu uma das sublevações mais violentas da história: gerou-se o caos interno e uma guerra civil, além de uma grave crise internacional (CALVOCORESSI, 2011). Os belgas não prepararam a colônia para a independência. Tratava-se de um território de grande dimensão, além da coabitação de diversas tribos e etnias. Para completar, o exército se rebelou logo após a independência.

Em meio a esse conflito, em 1965,

¹ Cf. DOYLE, Arthur Conan. *The crime of Congo*. London: Hutchinson & Co., 1909.

o coronel Joseph Mobutu, com ajuda da CIA, toma o poder e cria uma ditadura despótica até 1997 (CALVOCORESSI, 2011). Após se consolidar na posição, na década de 1970, Mobutu rebatiza o país de Zaire. Isso não significa estabilidade: há problemas na economia, muita intervenção internacional e desconfiança por parte de lideranças políticas e sociais do país. O colapso do governo Mobutu acontece em 1997, após uma guerra regional. Poucos meses depois, o ex-ditador morre. Laurent Kabila, que já buscava sucedê-lo desde o final da década de 1980, chega ao poder mantendo a ausência do modo democrático de governar.

As divisões étnicas e políticas tornaram-se mais problemáticas após problemas na economia do país. Kabila, que renomeou o país de República Democrática do Congo, não conseguiu manter as rédeas, não sendo capaz de controlar mais do que a metade do país (CALVOCORESSI, 2011). Assassinado em 2001, Kabila foi sucedido por seu filho Joseph, que ocupa o cargo na presidência até os dias atuais.

A COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA (CEE) E O PROJETO "EURÁFRICA"

O Tratado de Roma, de 1957, estabeleceu formalmente a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Quando da sua formação, compreendia a Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Holanda, Alemanha Ocidental e algumas partes dos países membros, os chamados "países e territórios além mar" (HANSEN; JONSSON, 2014). Essa comunidade um tanto distante do continente europeu constituiu uma nova esfera geopolítica de influência: a Euráfrica. O objetivo era resolver os problemas coloniais, especialmente da Bélgica e da França (idem). Segundo Hansen e Jonsson (2014), essa entidade foi fundamental para a sobrevivência geopolítica e econômica da Europa.

A intenção de se refletir criticamente

sobre esse processo tem a ver com a importância de se entender a motivação dessa “nova corrida” para a África. É necessário ir além do contexto da Guerra Fria, pois a racionalidade global e geopolítica da, hoje, União Europeia, leva ao poder global do continente (idem).

A movimentação em prol dessa “associação” ou “integração” ocorre no período de descolonização da maioria dos países africanos. As estruturas desenvolvidas nos tempos coloniais se mantêm mesmo quando se “libertam as amarras” dos países europeus, o que dificulta em muito um projeto que realmente se proponha a integrar o continente africano de uma maneira verdadeiramente independente (idem). Segundo Hansen e Jonsson (2014), o projeto “Euráfrica” se manteve na agenda por muito pouco tempo, até meados da década de 1960: a CEE e outras organizações internacionais encontraram maneiras mais eficientes e menos custosas para intervir na África, mantendo o discurso de desenvolvimento, ajuda e conselho diplomático (p. 16). Ainda é forte a perspectiva da abolição da escravidão e da introdução da civilização na África. Para os autores, o que se torna novo é o discurso em torno da integração como um caminho para unificar a Europa e estabelecer uma esfera geopolítica capaz de equilibrar o sistema global, formado pelas Américas de um lado e Ásia e Austrália de outro.

O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA

A perspectiva de colonização passa a ser questionada entre 1950 e 1960, quando, pelo menos, 40 países, representando mais de um quarto da população mundial, conquistam sua independência (GARAVINI; NYBAKKEN, 2012). Como ocorreu em todo processo desse tipo, dá-se um fim na relação de exploração, mas, como legado, permanecem os laços cultu-

rais e econômicos com as antigas metrópoles. Por motivação econômica, as antigas metrópoles tentam resistir ao processo.

Ainda no contexto da Guerra Fria, o continente é alvo de tentativa de influência das ideologias dominantes da época. Há uma mudança do panorama global e os países do “terceiro mundo” passam a buscar mudanças nas negociações internacionais para melhorar suas condições. A Europa sofre muito no pós Guerra, os países buscam reconstruir sua infraestrutura e dar melhor condição de vida à sua população.

Num primeiro momento, tentou-se repactuar os tratados coloniais. É durante o processo de descolonização dos territórios ultramarinos que surgem as Convenções de Yaoundé (1963 – 1975) e Convenções de Lomé (1975). A primeira buscava estabelecer relacionamento com outras partes do mundo, sendo a França a grande entusiasta (PEREIRA, 2014). Segundo Pereira (2014), a assinatura desses documentos se baseou no mesmo mecanismo estabelecido pelo Tratado de Roma. Embora não fosse mais possível falar em termos de colonização, a intenção era garantir acesso a matérias-primas e produtos do setor primário desses países recém-independentes. Ainda de acordo com o autor, a dimensão política ainda não fazia parte das negociações propostas pelas Convenções de Yaoundé nem das medidas de cooperação e desenvolvimento da CEE.

A Convenção de Lomé surge da necessidade de adaptar acordos anteriores. A partir dela, a CEE amplia sua negociação com mais países, especialmente os da África, Caraíbas e Pacífico. Para Pereira (2014), esse documento se diferencia pelos princípios igualitários que propõe ao buscar estabelecer uma solidariedade internacional: uma tentativa de deixar a noção de colonialismo. Ainda segundo o autor, e fundamental para a reflexão crítica aqui proposta, foi deixada de lado a preocupação com questões culturais e sociais dos países que

buscavam se estabelecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como um país que sofreu uma colonização tão opressiva e sem algum planejamento de futuro e preparação para a independência pode fazer parte de um movimento de integração com os países europeus? Fica essa questão como visão crítica à Euráfrica, que muitos autores trataram como um projeto integrador, uma parceria entre países europeus e africanos (Hansen; Jonsson, 2014).

A experiência do Congo Belga foi tomada como exemplo por ter se tratado de um caso extremo de dominação. Como Canêdo (1985) aponta, a exploração no território foi de tal ordem que, em comparação com as experiências coloniais, o caso não se enquadra dentro desses parâmetros: em momento algum se incentivou o mínimo de desenvolvimento humano à população local. O legado da junção entre a ausência de capital humano para a criação de uma burocracia de origem congoleza e os resquícios da exploração tornaram a busca pelo poder em si o motivo principal da disputa eleitoral no país. Até hoje, os poucos líderes políticos que chegaram ao poder o exerceram de maneira ditatorial e buscaram o enriquecimento próprio.

Torna-se uma das experiências que impossibilita retirar do espectro de análise a questão do neocolonialismo. A busca por um "projeto integrador" num contexto de descolonização dos países africanos e de surgimento de esforços em prol de uma Comunidade Econômica Europeia certamente coloca essa "integração" como parte importante do projeto geopolítico global do continente europeu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALVOCORESSI, Peter. *Política Mundial a partir de 1945*. COSTA, Roberto Cataldo (tradução). Porto Alegre: Penso, 2011. Capítulo 23.

CÂNEDO, Letícia Bicalho. *A descolonização da Ásia e da África: processo de ocupação colonial, transformações sociais nas colônias e os movimentos de libertação*. São Paulo: Atual. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1985.

GARAVINI, Giuliano; NYBAKKEN, Richard. *After Empires: European integration, decolonization and the challenge from the global South 1957-1986*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2012. Capítulos 1 e 2.

HANSEN, Peo; JONSSON, Stefan. *Eurafrica: The untold history of european integration and colonialismo*. London: Bloomsbury Publishing Plc, 2014. Capítulos 1 e 2.

PEREIRA, Francisco Manuel Rente Nunes. *A União Europeia e os Países de África, Caraíbas e Pacífico – Meio século de parceria*. Dissertação (Mestrado). Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes. 2014, 177 f. Capítulo 2: Quatro décadas de convenções ACP – EU.

**Documento submetido em agosto de 2017
e aprovado em novembro de 2017.**

OBRIGAÇÃO E LIBERDADE: UMA INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE DÁDIVA

Diogo David de Matos

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - E-mail: diogo.matos3@gmail.com.

O discurso econômico dominante é marcado pela noção do homo oeconomicus, segundo a qual o ser humano é naturalmente propenso à troca, à barganha, à acumulação e à maximização de seus interesses. Esse conceito, entretanto, é muito questionado, seja por economistas ou por outros cientistas sociais, que apontam seu caráter histórico (e não natural) e seu uso para servir a uma lógica específica de organização das sociedades humanas: a sociedade de mercado. Existiriam, portanto, outras lógicas que orientam a produção e a circulação de coisas (bens, serviços, pessoas ou símbolos) nas sociedades, como os princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade, propostos por Karl Polanyi ([1944] 2000). Outra dessas lógicas foi estudada pelo antropólogo e sociólogo francês Marcel Mauss no início do século XX em sua teoria da dádiva. A partir da década de 80, a teoria desse autor foi recuperada por pesquisadores na busca de um novo paradigma sociológico contrário à lógica economicista.

Este trabalho tem por objetivo realizar uma introdução à teoria da dádiva em Marcel Mauss e a sua recuperação enquanto modelo interpretativo sociológico por autores como Allain Caillé e Jacques Godbout. O trabalho se divide em três partes: na primeira, elucidam-se os princípios da dádiva na obra de Marcel Mauss; na segunda, elencam-se as críticas dos teóricos aos paradigmas da sociologia; e na terceira, traçam-se os elementos para um paradigma explicativo da dádiva.

PRINCÍPIOS DA DÁDIVA EM MARCEL MAUSS

Em sua obra seminal de 1925, Ensaio

sobre a dádiva, Marcel Mauss define a dádiva, ou dom, como um sistema de trocas e contratos “que se fazem sob a forma de presentes, em teoria voluntários, na verdade obrigatoriamente dados e retribuídos” (MAUSS, 2003, p. 187). Estudando regimes de direito contratual e sistemas de prestações econômicas em sociedades “arcaicas”, Mauss elege a dádiva como objeto de estudo e a identifica como um fenômeno social total, isto é, um fenômeno que exprime de uma só vez diversas instituições (religiosas, jurídicas, morais, econômicas) e que não pode ser entendido a partir de apenas uma dessas dimensões. Dentro desse fenômeno, o traço destacado por Mauss é “o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e no entanto obrigatório e interessado, dessas prestações” (p.188). A pergunta que orienta o autor é: o que faz com que nessas sociedades o presente dado deva ser obrigatoriamente retribuído? Por meio desta pergunta, Mauss pretende realizar uma arqueologia das transações humanas, através de uma coleção de fatos etnográficos sobre sociedades da Polinésia, da Melanésia e do Noroeste americano e a análise do direito em civilizações antigas, e mostrar como a moral e a economia dessas sociedades ainda funcionam em alguma medida.

As sociedades ditas arcaicas não são privadas de mercados, mas seu regime de troca é diferente, pois não existem mercados ou moeda. Mauss destaca a inexistência nessas sociedades de uma “economia natural”. Não se estabelecem simples trocas de bens num mercado estabelecido por indivíduos: são coletividades que se obrigam e trocam mutuamente; e não trocam exclusivamente bens e riquezas.

Essas prestações se estabelecem de forma voluntária, por meio de presentes, mas, na verdade, são de natureza obrigatória, sob pena de guerra. É o que Mauss chama de “sistema de prestações totais”. Dessas prestações totais, um tipo mais evoluído é a potlatch norte-americana, que consiste em um festejo oferecido a todos, por meio da destruição suntuária das riquezas acumuladas para eclipsar o chefe rival. Os chefes competem entre si, oferecendo-se quantidades cada vez maiores de bens. Ou seja, é uma relação marcada pela rivalidade, configurando uma prestação total agonística, além de poder ser considerada um bem de “prestação usurária”, uma vez que o beneficiário tem que retribuir mais que o equivalente, para se sobrepor ao outro. (SIGAUD, 1999)

Mauss, coletando outros elementos, conclui pela existência da obrigação tríplice: a obrigação de dar, a obrigação de receber e a obrigação de retribuir. É a partir do direito Maori que ele identifica mais claramente a obrigação de retribuir, através do conceito do hau, o espírito das coisas. Considerando-se que A dá um artigo de presente para B e B o entrega a uma terceira pessoa, C, então C decide retribuir B com outro artigo. O artigo que B recebe de C é o espírito (hau) que B recebeu de A inicialmente e não seria justo mantê-lo. Por isso, existe a obrigação de que B retribua A com o artigo que recebeu de C. Toda a transação é movida pelo espírito da dádiva de A, isto é, os artigos trocados são produtos do hau do artigo presenteado por A inicialmente. Mesmo abandonada pelo doador, a coisa dada conserva em si o seu espírito, o que para Mauss elucida o princípio da dádiva.

Compreende-se logicamente, nesse sistema de ideias, que seja preciso retribuir a outrem o que na realidade é parcela de sua natureza e substância; pois aceitar alguma coisa de alguém é aceitar algo de sua essência espiritual, de sua alma; a conservação dessa coisa seria perigosa e mortal, e não simplesmente por-

que seria ilícita, mas também porque essa coisa que vem da pessoa (...) tem poder mágico e religioso sobre nós. (MAUSS, 2003, p. 200).

O hau ilustra ao mesmo tempo a obrigação da retribuição e a totalidade do fenômeno da dádiva, uma vez que abarca as dimensões jurídica, religiosa, econômica, moral. O material e o espiritual se misturam e o hau atua como razão de circulação da dádiva (SABOURIN, 2008).

As obrigações de dar e de receber, por sua vez, são mais evidentes e encontram exemplos claros em muitas sociedades. “Pois um clã, os membros da família, um grupo de pessoas, um hóspede, não são livres para não pedir hospitalidade, para não receber presentes, para não negociar” (MAUSS, 2003, p.201).

Não receber significa não contrair aliança, significa declarar guerra. Da mesma forma, a obrigação de dar é igualmente importante, pois a doação também é um ato de aliança e de comunhão. Negligenciar dar, assim como recusar receber, é equivalente a declarar guerra. O dar e o receber indicam um vínculo social e espiritual. Como afirma Godbout (1998), a dádiva é tudo aquilo que circula em prol do laço social.

Em um esforço que revela certo evolucionismo no pensamento do autor (LANNA, 2000), Mauss busca analisar extensões do sistema de prestações totais para ilustrar a generalidade da dádiva. Entre a prestação total e o contrato individual, seria possível pensar o kula, um sistema de troca circular entre tribos de várias ilhas da Melanésia, onde coisas circulam através dos princípios de dom e contradom e configura-se um sistema de “troca-dádiva”, nas palavras do autor. Para Mauss, na sociedade capitalista, por sua vez, a dádiva se enfraquece em nome da obrigação e da prestação não-gratuita, ou troca mercantil. O direito moderno teria separado o direito real do direito pessoal, uma separação que não existe no direito da Polinésia, da Melanésia e do Noroeste americano.

Entretanto, o autor aponta a permanência de traços da moral da dádiva na sociedade capitalista no início do século XX, onde ainda existiria uma atmosfera em que dádiva, obrigação e liberdade se misturam. Aponta para a dimensão simbólica das trocas, do “valor sentimental” das coisas, sobretudo em ocasiões especiais, rituais e festas. Ainda existe a obrigação da retribuição, pois a dádiva não retribuída ainda torna inferior quem a aceitou. As implicações dos princípios da dádiva sobre a sociologia econômica e a economia política, já apontadas por Mauss, serão recuperadas muito mais tarde e mais bem desenvolvidas nas próximas seções.

INDIVIDUALISMO E HOLISMO METODOLÓGICOS

A teoria da dádiva foi resgatada, a partir da década de 80, como um modelo interpretativo para pensar a aliança nas sociedades contemporâneas ou mesmo como um novo paradigma sociológico (MARTINS, 2005). Essa tese é defendida por alguns autores, como Jacques Godbout e Alain Caillé, fundador do M.A.U.S.S. (Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais, na sigla em francês). Para esses autores, a teoria da dádiva de Mauss é uma alternativa aos dois paradigmas das ciências sociais: o individualismo e o holismo metodológicos.

Cabe uma explicação sobre os dois paradigmas antes de lançar luz sobre o paradigma da dádiva. Em primeiro lugar, segundo Caillé, entende-se por paradigma “um modo generalizado e mais ou menos inconscientemente compartilhado de questionar a realidade social histórica e de conceber respostas para essas questões.” (CAILLÉ, 1998, p. 13) O paradigma é, para esse autor, algo de maior alcance que um programa de pesquisa e existem apenas dois paradigmas nas ciências sociais.

O paradigma dominante é o que Caillé chama de individualismo metodológico e que

Godbout (1998) denomina paradigma do neoliberalismo, podendo também ser reconhecido como teoria da escolha racional, racionalidade instrumental, utilitarismo ou teoria econômica neoclássica. De maneira geral, esse paradigma busca explicar a produção e circulação de bens e serviços na sociedade com base nas noções de interesse, racionalidade e utilidade, e com um espelho na figura do homo oeconomicus. Nesse paradigma, as relações sociais são compreendidas como resultantes do entrecruzamento dos cálculos efetuados pelos indivíduos. O indivíduo age de acordo com suas preferências, que representam seus interesses, valores e necessidades, e toma suas decisões com base na otimização, um mecanismo de racionalidade instrumental, que maximiza a diferença entre benefícios e custos. Essa escolha se expande ao coletivo, pois, de acordo com a teoria, quando indivíduos maximizam seus interesses individuais, maximizam o bem-estar coletivo.

Godbout (1998) aponta como aspectos positivos desse paradigma o seu realismo, a utopia da liberdade e a ausência de dívida. O interesse como princípio norteador das ações dos indivíduos é válido por ser realista, uma vez que sua existência e seu papel são inegáveis, embora não totalizantes. Por outro lado, a ideia de que a maximização de interesses individuais gera resultados ótimos para a sociedade certamente não é realista, mas é sedutora, na medida em que sugere que a estrutura do mercado presta respeito aos valores de cada um, além de “libertar” os indivíduos de relações sociais indesejadas. Esse último aspecto é mais bem explicado pela ausência de dívida: no modelo mercante, que é baseado no princípio da equivalência, cada troca é completa e, portanto, não existe dívida. O mercado constitui-se como um laço social que visa escapar das obrigações: “a liberdade moderna é, essencialmente, a ausência de dívida”. (p. 41)

Por outro lado, há fortes limitações e

fraquezas nesse paradigma. A principal delas é que ele se assume como neutro quanto aos valores dos indivíduos, mas desde que estes valores sejam passíveis de serem transformados em mercadorias, pois existe, como valor implícito, o crescimento. Portanto, os indivíduos tornam-se libertos de seus laços sociais, porém cada vez mais dependentes das mercadorias, dos produtos e da necessidade de produzir mais, de forma que o produto torna-se um fim e não um meio. O paradigma se baseia no princípio da racionalidade instrumental, que separa os fins dos meios, e no utilitarismo, que coloca a felicidade como fim. "O problema fundamental é que essa distinção não se sustenta. O meio contamina o fim, e assim o transforma em produto mercantil". (p. 42)

O outro paradigma é representado por diferentes teorias que buscam substituir ou criticar o paradigma economicista, representando diferentes formas de holismo, isto é, teorias segundo as quais a totalidade é maior do que a soma das partes; isto é, a sociedade é mais importante do que o indivíduo. Esse paradigma busca contextualizar o indivíduo em suas relações sociais e, assim, reintroduzir a dimensão moral, pois os agentes não agiriam apenas em função de seus interesses, mas também em função de normas e valores, distintas da noção de prazer. E o dever não seria uma imposição externa, mas um conjunto de normas "internalizadas", que orientam a ação.

Essa é a principal limitação do holismo: ele não mostra como o laço social é gerado, supõe que ele está dado de saída e preexiste à ação dos sujeitos (CAILLÉ, 1998). Se, por um lado, o holismo tem a vantagem de mostrar o papel das normas, das regras e da moral, por outro, ele esbarra no problema da liberdade em face ao controle social, uma vez que as normas são concebidas como obrigações externas e a "internalização" pela socialização não é uma questão explicada por esse paradigma.

Godbout (1998) afirma que, na verdade, os dois paradigmas representam o mesmo sistema de ação. Haveria apenas dois princípios que podem orientar a ação humana: o interesse e a interiorização das normas. Entretanto, "se devemos supor que todo comportamento não regido pelo modelo do homo oeconomicus precisa ser interiorizado pelos agentes sociais é porque, afinal, postulamos que só o interesse é natural, só o interesse não precisa ser aprendido, só o interesse não requer explicação." (GODBOUT, 1998, p. 47). Ou seja, o holismo é limitado na medida em que se baseia, afinal, no mesmo princípio de ação do individualismo; ele apenas supõe uma obrigação externa que constrange o indivíduo.

De maneira simplista, é possível identificar na distinção entre os dois paradigmas a dicotomia típica da modernidade entre o mecanismo de mercado orientado pelo autointeresse e a ação planificadora externa do Estado (representante da lei e da moral). De um lado, um sistema de equivalências contratuais e binárias, representado pelo mercado; de outro, o racionalismo burocrático, "que reduz a relação social a um sistema de trocas regulamentadas que reduz a relação social a um sistema hierárquico vertical." (MARTINS, 2005, p. 64)

Ao afirmar que nenhum dos dois paradigmas é capaz de explicar a gênese do laço social e a dádiva, Caillé (1998) sugere que a teoria da dádiva se mostra como alternativa a essa dicotomia e ao interesse como único princípio de ação natural e pode ser interpretada como um terceiro paradigma, nem individualista nem holista.

A DÁDIVA COMO PARADIGMA

Godbout (1998) elucida características do fenômeno da dádiva – aqui entendido como uma lógica de circulação ampla, até hoje presente na sociedade capitalista, como na troca

de presentes entre amigos – que fazem com que ela não seja explicável por nenhum dos dois paradigmas. A primeira característica marcante da dívida é a inexistência do princípio de equivalência: os agentes no sistema de dívida, na verdade, buscam se afastar da equivalência. Embora exista a obrigação de retribuir, não existe obrigação de retribuir exatamente o equivalente; em muitos casos, os agentes buscam retribuir mais do que o equivalente, como na potlatch. A dívida não é realizada com o objetivo da retribuição: dar é um objetivo em si. Por esse motivo, a dívida não se caracteriza por uma transação pontual, em que equivalentes são trocados e não existe dívida. Pelo contrário, a dívida no sistema de dívida é deliberadamente mantida, os agentes estão constantemente em dívida uns com os outros.

Por outro lado, ainda que a dívida se constitua de uma obrigação tríplice, ela não é regida pela moral do dever. Para Godbout, o agente valoriza o prazer da dívida e existe uma tendência do agente a negar as regras da dívida, a negar o valor da dívida. Ao descrever o kula das tribos da Melanésia, Mauss descreve o seguinte ritual:

A própria doação assume formas muito solenes: a coisa recebida é desdenhada, desconfia-se dela, só é tomada um instante depois de ter sido posta no chão; o doador simula uma modéstia exagerada: após levar solenemente, e ao som de trompa, seu presente, ele desculpa-se de oferecer apenas seus restos, e lança aos pés do rival e parceiro a coisa dada. (MAUSS, 2003, p. 216)

Essa diminuição da importância da dívida por parte do doador também se manifesta na troca de presentes e regalos na sociedade capitalista, como quando se responde “de nada”, “não foi nada” etc. O papel dessa modéstia é diminuir a obrigação da retribuição e torná-la incerta. Diminui-se o valor da dívida

para que o donatário tenha a liberdade de realizar também uma dívida. Mesmo que a obrigação de retribuir exista, ela não se manifesta como uma retribuição equivalente, mas, sim, com uma dívida em si. Não se dá para que o outro retribua; dá-se para que o outro dê.

Constata-se, desse modo, que os atores da dívida introduzem, deliberada e permanentemente, uma incerteza, uma indeterminação, um risco quanto à efetivação do contrato, de modo a se afastarem o máximo possível do contrato, do comprometimento contratual (mercantil ou social), e também da regra do dever; na verdade, de qualquer regra de tipo universal. (GODBOUT, 1998, p. 45)

A dívida representa um “jogo entre liberdade e obrigação”. O ator aumenta a liberdade do outro, mas a liberdade da dívida é distinta da liberdade do mercado: não é a liberdade de seguir seus próprios interesses e não estar preso a laços sociais indesejáveis, mas, sim, uma liberdade que aumenta o laço social. O ato da dívida cria a incerteza da retribuição, a incerteza da aliança; esse estado de incerteza estrutural, e em permanente ameaça de guerra, permite que a confiança se manifeste, isto é, ele permite que a aliança seja formada.

Portanto, de um lado, a dívida se afasta do paradigma individualista, devido à não equivalência, à espontaneidade, à dívida, à incerteza; por outro, se afasta do paradigma holista, devido ao prazer do gesto, à liberdade. O princípio da ação na dívida não é nem o interesse nem normas morais interiorizadas – princípios que, na verdade, implicam na mesma concepção de que o interesse é o único princípio “natural”. Qual é, então, o impulso psicológico por trás das ações humanas segundo o paradigma da dívida? Para Godbout, ao lado do “atrativo do ganho”, que é o interesse, existe o “atrativo da dívida”. O interesse não seria o único motor da ação humana e o ato da dívida não é regido

por regras morais que constroem o indivíduo, mas sim por um princípio de ação próprio.

A obrigação de dar, receber e retribuir em Mauss não é uma obrigação social ou moral. Por mais que exista uma dimensão moral, uma convenção – ou por mais que ela seja transformada, às vezes pelo próprio doador, em uma obrigação externa –, a dádiva é “uma obrigação que o doador dá a si mesmo”, uma obrigação “interna, imanente”. (GODBOUT, 1998, p. 47)

No sistema de dádiva, nem a ideia de obrigação pré-existe ao indivíduo (como sugere o paradigma holista), nem o interesse pré-existe à sociedade (como sugere o paradigma individualista). A sociedade e o indivíduo são, ambos, manifestações do fenômeno social total, que se cruzam e se causam por meio de interrelações motivadas pela circulação do espírito da coisa dada. (MARTINS, 2005). Para o M.A.U.S.S., Mauss compreendeu a importância da dimensão simbólica nas relações sociais. O simbolismo é parte fundante da totalidade dos fatos sociais e no sistema da dádiva, em especial, a dimensão simbólica excede a dimensão funcional e utilitária dos bens e serviços. “Entre o indivíduo e a sociedade não há mais um hiato, mas uma relação de co-tradução” (CAILLÉ, 1998, p. 10).

Godbout ressalta que o estado de dádiva é uma manifestação do espírito, da vida e da criação. Os sistemas mecanicistas do Estado e do mercado pretendem sujeitar a circulação das coisas à sua lei, à equivalência, ao cálculo. Entretanto, a dádiva seria uma experiência social dos fundamentos da sociedade: a experiência que liga o indivíduo à sociedade. A dádiva “concretiza a tensão entre indivíduo e sociedade, entre liberdade e obrigação”. (GODBOUT, 1998, p. 49).

A teoria da dádiva de Marcel Mauss se distancia fortemente do paradigma dominante economicista baseado no individualismo metodológico e na noção de homo oeconomicus. Ela rompe a dicotomia entre indivíduo e sociedade,

entre liberdade e obrigação, entre mercado e Estado, ao se estabelecer como um fato social total. A tríplice obrigação da dádiva é, na verdade, uma obrigação de liberdade, que dá origem ao laço social pela concretização da confiança, e onde razão de circulação das coisas é o espírito da coisa dada, e não o princípio de equivalência. Longe de se pretender um estudo exaustivo da teoria da dádiva, este trabalho buscou introduzir seus princípios e a incapacidade do paradigma dominante de explicá-la.

REFERÊNCIAS

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *RBCS*, São Paulo, v.13, n.38, p.5-38, out. 1998.

GODBOUT, J.T. Introdução à dádiva. *RBCS*, São Paulo, v.13, n.38, p.39-52, out. 1998.

LANNA, M. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a dádiva. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 14: p. 173-194, jun. 2000.

MARTINS, P. H. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73, p. 45-66, 2005.

MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

SABOURIN, E. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. *RBCS*, São Paulo, Vol. 23 nº. 66 fevereiro, 2008.

SIGAUD, Lygia. As vicissitudes do "ensaio sobre o dom". *Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 89-123, Oct. 1999.

Documento submetido em setembro de 2017 e aprovado em novembro de 2017.

O PAPEL DA COMUNIDADE ACADÊMICA NA SAÚDE MENTAL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Elise Hungaro da Cunha

Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e Presidenta do DA FACE na gestão 2017. E-mail: elisehungaro@gmail.com.

Este artigo de opinião tem como objetivo contextualizar a questão da saúde mental na universidade através da experiência de uma aluna enquanto membro da comunidade discente e dos órgãos deliberativos da universidade; discorrer acerca das inter-relações entre o ambiente acadêmico e o desenvolvimento de sofrimento mental; e introduzir opiniões e subsídios para a realização de um debate mais amplo acerca deste fenômeno que apenas recentemente passou a ser debatido em larga escala, devido a uma série de acontecimentos e relatos de casos extremos em diversas universidades brasileiras.

A faculdade, especialmente a universidade pública, é o sonho de muitos. Entretanto, a relação entre a quantidade de alunos que se aplicam para uma vaga nestas instituições é geralmente maior do que aqueles que efetivamente tem acesso a uma vaga. É de conhecimento público que os estudantes passam por uma grande pressão pela escola, pela família e pela sociedade como um todo durante o vestibular. Depois que entram na universidade os alunos passam a sofrer com uma nova pressão. É preciso estudar muito, há pressão para se conseguir um estágio rapidamente, para se especializar, aprender outras línguas, fazer iniciação científica e participar dos projetos de extensão. A comunidade, incluindo professores, técnicos administrativos e alunos como um todo, estabelece padrões quase impossíveis de serem alcançados. Metas de publicações, carga horária e de leitura que muitas vezes faz com que os discentes precisem escolher a quais matérias se dedicar mais ou menos. A pressão em casa continua. A pressão pela sociedade conti-

nua. A pressão na universidade só cresce.

A depressão e a ansiedade são conhecidas como "o mal do século". O problema não está só na faculdade. É uma questão muito mais profunda do que poderíamos entrar aqui. Mas é preciso reconhecer que a faculdade, como instituição importante na nossa vida e onde passamos a maior parte de nosso tempo tem um papel crucial na saúde mental de toda sua comunidade. Ao lidar com estas questões pessoalmente, passamos a compreender que não são apenas alunos, tanto na graduação quanto nos programas de mestrado e doutorado, que passam por sofrimento mental. Esse também é um problema recorrente para professores, técnicos e terceirizados. É preciso que estejamos atentos a essa situação e é importante perceber que nossa faculdade não é uma ilha e não está imune a isso. Pedimos que alguns alunos da FACE enviassem depoimentos sobre como a faculdade afeta a sua saúde mental e separamos aqui alguns trechos:

Nunca foi fácil estar submetido a cobrança, a pressão. Ao meu ver, tais coisas são inerentes a nossa geração. No entanto, na UFMG foi diferente, a pressão e a cobrança foi anexado um sentimento de impotência. E como é nítido isso nos corredores dessa Universidade. Mas o porquê dessa forma? (...) Quem se preocupa com o fato de termos matérias demais, tempo de menos e condições psicológicas insuficientes para estarmos em um ambiente de pressão constante e apoio nenhum? Ninguém. Nós não precisamos de mais psicólogos, precisamos de novos métodos, precisamos de mais compreensão. (Depoimento anônimo)

Acredito que pode-se aprender muito na universidade. Mas muita coisa que a gente aprende vem acompanhada de muito problema e perda de vitalidade. Especialmente na UFMG, nossa cobrança já começa quando as pessoas te enxergam como “merecedor” da vaga. Isso traz um peso sobre as costas imensurável motivado pelo fato de todo mundo acreditar que você é diferente só porque garantiu uma vaga na universidade federal, quando na verdade você é só mais um jovem querendo estudar. (...) A UFMG tira o tempo, e se o aluno for sedento por conhecimento fora de classe então, como é o meu caso, certamente irá ainda mais se sentir sobrecarregado já que vai procurar mil e um projetos de extensão e se sentir culpado por às vezes preferir ficar até tarde assistindo uma palestra legal do que estudando um monte de conteúdo maçante que não deixa claro o que vai acrescentar na nossa trajetória. Às vezes eu acho que falta uma comunicação de igual para igual entre aluno e professor, em que pelo menos a gente entenda a utilidade daquele monte de conteúdo na nossa grade. (...) A universidade devia ser mais como cidade de interior, onde a comunicação é menos hierárquica e mais colaborativa. Se a instituição vivesse 1% dos ideais que prega, teríamos muito menos doença mental por aí. (...) (Depoimento anônimo)

Muitas vezes os alunos que mais sofrem e tem dificuldade para estar na universidade são os que mais precisam estar nela. O aluno que fica semanas sem vir na aula por estar tendo um surto em casa por não ter sua sexualidade aceita por seus pais pode ser aquele que mais precise se formar para ter condições de se mudar de casa e se sustentar sozinho, em um ambiente menos tóxico. Uma aluna que depende da assistência financeira oferecida pela universidade para se manter na cidade e que tem seu auxílio cortado, como o de muitos alunos foi esse ano e começa a ter que fazer seu dinheiro render o dobro do que antes e se sente impotente por não conseguir e começa a

ter seu desempenho acadêmico reduzido pode ser a que mais precisa conseguir se formar para melhorar a vida de seus parentes e mostrar ao resto de sua família que isso é possível. Uma aluna negra que não se sente bem-vinda e isolada em uma comunidade que ainda é preconceituosa e não a recebe bem, e pode ser facilmente excluída das várias outras mini comunidades que compõem a universidade, pode ser a que mais precise estar aqui dentro para escancarar os preconceitos que ainda existem mas ficam silenciados dentro da faculdade.

Apesar dos exemplos simbólicos, o problema é real e acontece em diversas universidades brasileiras. O papel de suas comunidades agora é compreendê-lo e escolher a melhor forma de lidar com ele.

Em uma conversa com uma aluna representante de um coletivo que luta pelo fim dos manicômios e pela reintegração das pessoas com sofrimento mental na sociedade, foram expostos os motivos pelos quais o coletivo defende a luta antimanicomial. Os manicômios partem da premissa de que o louco, ou aquele que não se encaixa no comportamento esperado da sociedade, deve ser excluído dela, de modo a não prejudicar os outros. Por isso, segundo ela, os manicômios funcionam como prisões e o “paciente” deve ficar lá, isolado da sociedade, até se recuperar (o que raramente acontece nesses ambientes) para poder voltar ao convívio.

Levando em consideração esta conversa e a experiência de contato com os representantes dos alunos nas congregações, colegiados e câmaras e convívio diário com o corpo discente, foi minha interpretação de que, dadas as devidas proporções, a faculdade atualmente segue em muitos casos essa lógica manicomial, no sentido de excluir da comunidade o aluno que não segue o que foi estabelecido como o normal. Ao invés de oferecer apoio, a universidade (por universidade refiro-me a seus res-

ponsáveis maiores como a reitoria e o Conselho Universitário, mas também nós, que compomos as instâncias deliberativas nos prédios, membros dos departamentos, câmaras e colegiados, professores, técnicos e alunos) opta por excluí-lo, apagar sua matrícula e removê-lo da nossa comunidade ao invés de tentar compreender de verdade o que o levou a chegar a tal ponto e pensar políticas que permitam o acompanhamento do aluno que precisa e que ofereçam os meios para que eles consigam permanecer e concluir os estudos.

Neste momento, é importante que unamos forças em prol de uma universidade mais inclusiva e que deixe essa lógica manicomial de lado para se preocupar em encontrar formas de apoiar esses alunos para que eles consigam concluir seus cursos ao invés de simplesmente excluí-los da universidade, em julgamentos nas instâncias deliberativas, quando temos o dever de decidir quais alunos tem o direito ou não de concluir o curso. É imprescindível levar em consideração as particularidades de cada caso. É irreal acreditar que teremos a capacidade de estabelecer regras completas ao ponto de abarcarem todos os casos, sem que seja feita uma exposição e discussão acerca da situação específica de cada aluno. Enquanto existem casos de alunos que não se esforçam para preencher com justiça a vaga que ocupam, temos inúmeros outros alunos que estão passando por dificuldades reais. É preciso humanizar nossas decisões. É importante lembrar sempre que estamos tratando de vidas e contextos individuais, cada qual com suas particularidades.

A questão da saúde mental nas universidades é tão presente e constante no meio acadêmico que muitas vezes passa a ser naturalizada. Entretanto, o fato de uma coisa acontecer com frequência não quer dizer que ela é normal, mas muitas vezes é um sinal de que existe um problema sistêmico com o qual é

preciso lidar. Não é "normal" ter casos como de alunos que fogem para outra cidade sem avisar ninguém por ter surtado ao estudar para uma prova. Não é "normal" que os alunos não se sintam a vontade para reclamar de uma nota ou da forma como o professor avaliou por ter medo de se sentir perseguidos. Não é "normal" que os alunos se sintam mal por descansar no fim de semana. Não é "normal" dormir 4 horas por dia para conseguir acompanhar a universidade. Não é "normal" se sentir inferior por não ter o mesmo ritmo ou o mesmo tempo para estudar que outros alunos. Mesmo assim, vemos situações como essas se repetirem todos os dias, e somente paramos para pensar a respeito ou tomar alguma atitude quando uma tragédia relacionada à situação chega aos noticiários.

O papel da comunidade, tanto alunos quanto professores e técnicos, especialmente agora, com a mudança dos perfis de alunos que frequentam a universidade pública, é o de decidir qual a universidade que acreditamos e que queremos. Não uma universidade que configura um ambiente tóxico e exclui os que não são considerados normais e que tem dificuldade em se manter aqui, mas uma universidade que oferece o apoio e auxílio necessário para que eles não só permaneçam, mas para que prosperem em seus estudos e possam contribuir para o desenvolvimento de uma universidade mais plural e representativa, capaz de compreender a importância de preservar as particularidades de cada um de seus membros. Uma universidade que se expande e gera conhecimento capaz de ser replicado e que alcance os lugares que mais precisam. Porém, para que este objetivo seja alcançado é preciso construir uma rede sólida de aparatos institucionais, como a ampliação das redes de psicólogos que atendem a comunidade, o incentivo à atividades de integração realizadas nos campus, mecanismos que garantam que os colegiados e câmaras le-

vem em consideração as avaliações de alunos e professores acerca dos desenhos das matérias e cursos, a regulamentação de visitas nas moradias universitárias, entre tantas outras medidas que somente emergirão do debate amplamente aberto e constante com a comunidade universitária.

PIPA 3.0: UM EXEMPLO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NA UFMG CONSULTORIA JR.

Henrique Machado Michelini

Graduando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - E-mail: hmmichelini@gmail.com.
Consultor e Coordenador do Núcleo Social da UFMG Consultoria Júnior

Rodrigo Saliba Dias dos Santos

Graduando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - E-mail: rodrigossantos@gmail.com.
Diretor de Projetos da UFMG Consultoria Júnior

INTRODUÇÃO: O NÚCLEO SOCIAL DA UCJ

A missão da UFMG Consultoria Júnior é: "Ser uma incubadora de talentos. Através da vivência empresarial e da excelência em consultoria, contribuir para a formação de profissionais mais preparados e conscientes de seu papel social". Este propósito configura-se como norteador de todas as iniciativas desenvolvidas pela empresa. Diante disso, a Presidência da UCJ, desde 2006, possui uma iniciativa estratégica denominada Núcleo Social, que se configura como um segundo viés de desenvolvimento dos membros da empresa, em paralelo com a atuação em projetos de consultoria, por meio da realização de projetos de cunho sócio empreendedor. Atualmente, o Núcleo Social é coordenado pelos consultores Henrique Michelini¹ e Gabriel Lessa² e supervisionado diretamente pela Vice-Presidente Camila Riêra. O case a seguir relata um dos projetos desta iniciativa, evidenciando como é possível alinhar projetos sociais com o core business e com a estratégia de uma organização.

CASE: PROGRAMA DE INTERVENÇÃO PARTICIPATIVA EM AGLOMERADOS (PIPA 3.0)

A seleção de projetos a serem executados pelo Núcleo Social da UCJ é realizada com base em três critérios norteadores: o caráter desenvolvedor da iniciativa, a viabilidade de

execução do projeto e o alinhamento estratégico com a empresa. O primeiro remete ao objetivo finalístico da empresa, que é desenvolver os membros nos âmbitos profissional, pessoal e social, por meio de experiências relevantes e desafiadoras. O segundo ponto, da viabilidade, remete à logística do projeto. É necessária uma análise minuciosa dos custos com deslocamento e dos recursos necessários à execução do projeto para que se compreenda a viabilidade do empreendimento. Por fim, o alinhamento estratégico é essencial, pois permite que os projetos sejam alinhados ao propósito da empresa e que se relacionem com os seus stakeholders, sendo esses a FACE (Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, o MEJ (Movimento Empresa Júnior), Sempre UCJs (ex-membros) e a sua rede de Parceiros Institucionais.

Com base nos critérios acima descritos, foi selecionado o projeto PIPA 3.0, que será descrito nesta publicação.

Desde 2016, o Núcleo Social da UCJ mantém uma parceria com a o FA.VELA (Fundação VELA), o qual, segundo os seus próprios fundadores: "É uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que busca solucionar a baixa oferta de educação empreendedora para o grande número de microempresários favelados. Ao democratizar o acesso a conhecimentos exclusivos ao universo de startups, a organização promove também a ponte entre asfalto e favela, quebrando paradigmas que impedem o pleno fortalecimento da economia local por

¹ Estudante do 3º período de Ciências Econômicas (FACE/UFMG).

² Estudante do 4º período de Controladoria e Finanças (FACE/UFMG).

meio de mais interações entre moradores de favelas e entornos.”. Através do conhecimento gerencial e da excelência em consultoria, a UCJ vem auxiliando nos projetos do FA.VELA, fornecendo conhecimentos em gestão para os empreendedores envolvidos nos projetos da Fundação.

Uma das iniciativas do FA.VELA que possuiu a participação da UCJ foi o Programa de Intervenção Participativa em Aglomerados (PIPA). A sua primeira versão ocorreu entre os meses de abril e junho de 2017. O programa consistiu na capacitação de empreendedores da Comunidade da Serra, com foco tanto na otimização de negócios já existentes, quanto no incentivo para que sonhos saíssem do papel. A UCJ atuou realizando mentorias e ministrando aulas nas áreas de Comunicação, Marketing, Gestão Estratégica e Finanças. O Programa ficou denominado PIPA 1.0. Ao final do programa, o FA.VELA solicitou que a UCJ preparasse mais uma semana de conteúdo, que conteve aulas de reforço de matemática básica, organização financeira e Excel. Esse breve segundo momento foi chamado de PIPA 2.0.

Realizadas essas duas etapas, o FA.VELA proporcionou aos empreendedores participantes a oportunidade do benchmarking com grandes empresas de seus setores de atuação. Porém seis dos negócios mentorados não obtiveram êxito nessas relações. Diante disso, a organização procurou a UCJ e pediu oferecêssemos consultoria em gestão para cada um destes negócios. Grata pelo reconhecimento, a empresa aceitou o desafio e assim começou a iniciativa que denominada PIPA 3.0.

O motivo para a empresa ter aceitado participar da terceira fase do programa foi pautado nos pilares já mencionados. O caráter desenvolvedor está presente na oportunidade de oferecer consultoria em gestão, que está rela-

cionada ao core business da UCJ. A viabilidade do projeto foi possível pela parceria com o FA.VELA, de modo que os custos logísticos foram apoiados pela Fundação. Pensando em abordar os stakeholders, na execução do programa tivemos um empreendedor sendo auxiliado por uma Sempre UCJ, além de dois empreendedores que receberam a consultoria de membros de outras Empresas Juniores, como a Farmácia Júnior e a Produção Júnior. Ademais, o FA.VELA é um dos parceiros institucionais do Núcleo Social da UCJ.

A estrutura das equipes dos projetos seguiu a que é presente na rotina da empresa, contendo um Gerente de Projetos e dois Consultores. A seleção dos participantes foi a partir da demonstração de interesse dos membros da UCJ. A seleção para gerência de projetos ocorreu através de uma adaptação do Processo Seletivo de Projetos (PSP) que acontece na empresa. Com a ajuda dos Gerentes de Projetos, dos Gerentes de Recursos Humanos e da Diretoria de Projetos, o Núcleo Social adaptou o processo de seleção de forma mais direcionada ao que o PIPA 3.0 demandava. Ao final do mesmo, os Gerentes foram alocados, cada um com seu projeto e seus respectivos Consultores. O foco é que o gerente possuísse autonomia para liderar o projeto, podendo testar metodologias de gerenciamento ágil, bem como as boas práticas presentes no Guia PMBOK. Independente do método, o objetivo era gerenciar os recursos e as pessoas de modo a gerar os melhores resultados aos empreendedores favelados.

O relato a seguir é do membro Luis Fernando Marinho³, que foi gerente de uma equipe de consultoria do PIPA 3.0. Neste, ele conta como foi o decorrer do projeto com seus consultores da Produção Júnior.

“Inicialmente, realizamos uma reunião de diagnóstico, a qual teve por objetivo conhe-

³ Estudante do 4º período de Ciências Econômicas (FACE/UFMG).

cer o cliente e sua demanda. Nesta, tivemos o primeiro contato com a pessoa sensacional e extremamente positiva que é o Cristiano, dono da empresa Dê Vida ao Seu Jardim. O projeto era muito importante para nosso Diretor de Projetos Rodrigo Saliba⁴, que já havia prestado mentorias ao Cristiano em outras edições do PIPA, e também para mim e para os consultores da Produção Jr. que saímos de nossa zona de conforto para gerar impacto social.

Em um papo descontraído e de muitas perguntas, entendemos pela primeira vez o sonho do cliente e o direcionamento que o projeto tomaria nas semanas seguintes. Desenhamos o planejamento em uma estrutura analítica, no intuito de gerar, através de pequenas ações práticas, o máximo valor ao cliente. O projeto se dividiu em duas etapas de marketing, sendo a análise de concorrentes e estratégias de divulgação, intercaladas com duas etapas de finanças, consistindo em orçamentação e controle financeiro.

O setor de jardinagem é tradicionalmente marcado pela competitividade, com muitas empresas de pequeno market share (parcela de mercado) e com uma variação de preços restrita que obriga a concorrência através de pequenos diferenciais. O maior número de residências na área periférica de Belo Horizonte evita a concentração de serviços em uma única região, abrindo espaço para a utilização de um marketing efetivo, que impacte no crescimento dos pequenos empreendimentos.

O grande desafio do projeto era o prazo. Três semanas nas quais os integrantes tinham vários compromissos para transformar a Dê Vida ao Seu Jardim. Muita dedicação era necessária e os resultados do intercâmbio entre UCJ e PJ precisavam responder à expectativa. Em meio a vários imprevistos, foi a obstinação pelo resultado e o engajamento dos consulto-

res que conduziram o projeto a um patamar surpreendente.

Uma das maiores dificuldades da empresa era entender como os concorrentes se diferenciavam em um mercado extremamente competitivo e de baixa retenção de clientes. Para isso, foram pesquisados os nomes de jardineiros e empresas de jardinagem com avaliação positiva nas redes sociais. Os resultados apontaram como diferenciais a qualidade dos contratos de serviço, a realização de mais de um orçamento, de serviços de manutenção e a visita a viveiros e floriculturas com os clientes.

Quanto à etapa de estruturação financeira, a prioridade era diferenciar as contas da empresa das contas pessoais do empreendedor e fornecer um método prático de criação e envio de orçamentos aos clientes. Para tanto, fez-se necessária a criação de um plano de contas, um fluxo de caixa para a empresa, um controle financeiro pessoal e, por fim, um padrão de orçamento com geração automática na planilha entregue, visando facilitar o envio via email.

A etapa final se baseava na necessidade de melhorar o sistema de divulgação e reduzir a sazonalidade da demanda, ou seja, a concentração dos serviços em certo período. Por um lado, esse problema implicava em novas estratégias de como propagar a empresa, utilizando principalmente grandes clientes já costumeiros para formação de uma rede indicações e atualizando o modo como a empresa se apresentava através de novos produtos. O próximo passo seria então um plano de fidelização capaz de, simultaneamente, mitigar a sazonalidade e garantir uma estrutura de receita básica mensal.

A resposta para driblar o tempo foi uma mescla entre metodologia e criatividade. Duas reuniões periódicas por semana, o uso de redes sociais e liberdade de execução foram os ingredientes principais para que as habilidades

⁴ Estudante do 6º período de Administração (FACE/UFMG).

⁵ Estudantes de Engenharia de Produção (UFMG).

de André e Nicolas⁵, da PJ, ultrapassassem o aprendizado da engenharia e gerassem valor para a gestão do Cristiano. Acredito que o desenvolvimento de uma relação mais que profissional entre os membros nós tornou o desafio tão deles quanto meu.

Com o objetivo de colocar à prova novas metodologias de gerenciamento e execução, foram delimitados Sprints, objetivos curtos de execução para serem realizados em menores prazos, segundo o Scrum, metodologia de gerenciamento ágil. A principal característica desse sistema é a de fail fast (falha rápida), que permite validações de curto prazo para aprimorar o resultado das entregas, e, através destas, um maior alinhamento entre o gerente e seus consultores.

Após o desenvolvimento das soluções, fomos ao Morro do Papagaio para apresentar os resultados finais ao nosso cliente. Tivemos uma conversa de quase três horas, ensinando o uso das ferramentas e repassando cada etapa desenvolvida, visando cumprir o objetivo do projeto, que era a sua implementação.

Os materiais apresentados foram uma Planilha Excel para organização financeira e criação de orçamentos, um guia de uso do email, um plano de fidelização, um manual de boas práticas de gestão, um padrão de contrato de serviços e um novo vídeo de divulgação da empresa. A percepção acerca dos resultados gerados para a Dê Vida ao Seu Jardim pode ser sintetizada no pedido para gravarmos um vídeo em conjunto, como uma marca do sucesso da parceria e como um agradecimento de nosso cliente pela solução entregue⁶.

Esse escopo completo e desafiador levou ao desenvolvimento dos consultores na área de gestão e a aplicação de conhecimentos diversos para solucionar os problemas do Cristiano. Sempre alinhados com a estratégia da

UCJ, conseguimos mudar a realidade do empresário e o modo como ele pensa seu negócio.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal como essa, outras cinco consultorias foram prestadas pela UCJ através do Núcleo Social. No total do projeto, foram envolvidos os dois coordenadores do Núcleo Social, uma sempre UCJ, dois Diretores de Projeto, dois Gerentes de Recursos Humanos, três Gerentes de Projetos, cinco membros de outras empresas juniores e quatorze Consultores, onde seis destes assumiram o papel de Gerentes nos Projetos das equipes de consultoria do PIPA 3.0.

Os empreendedores tiveram suas vidas profundamente impactadas, por meio da oportunidade de aplicar os conhecimentos na prática. Os participantes do projeto foram desenvolvidos pela excelência em consultoria prestada, além da satisfação da entrega de um projeto tangível e pessoal para os empreendedores favelados. A passagem da missão da UCJ que diz que a empresa forma profissionais “mais preparados e conscientes de seu papel social” significa que os membros devem ser agentes de transformação social, aliando propósito, preparação e senso de execução. O Núcleo Social é uma das iniciativas de impacto da UCJ. Através de projetos, tal como o PIPA 3.0, os membros da empresa conseguem concretizar mudanças que desejam ver na sociedade, sempre trabalhando duro, trabalhando juntos, e gerando resultado.

⁶Vídeo disponível na página da UCJ no Facebook: facebook.com/UFMGConsultoriaJr.

**Documento enviado em novembro de 2017
e aprovado em novembro de 2017.**